

Terça-feira, 24 de Março de 1981



DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1980-1981)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 23 DE MARÇO DE 1981

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
 Guilherme Gomes dos Santos
 António Mendes de Carvalho
 José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 10 horas e 35 minutos.

Iniciou-se o debate na generalidade das propostas de lei n.^o 18/II — Grandes opções do Plano para 1981-1984 e grandes opções do Plano para 1981 — e 19/II. — Orçamento Geral do Estado para 1981 —, tendo intervindo, a diverso título — intervenções, esclarecimentos e pedidos de esclarecimentos, protestos e contraprotestos —, os Srs. Ministros da Agricultura e Pescas (Cardoso e Cunha), da Habitação e Obras Públicas (Luis Barbosa), da Indústria e Energia (Baíão Horta) e das Finanças e do Plano (Moraes Leitão), além do Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro (Basilio Horta) — apenas para um protesto —, e os Srs. Deputados Oliveira Dias (CDS), Heriberto Goulart (MDP/CDE), Rogério Brito (PCP), Mário Lopes (PSD), Lopes Cardoso (UEDS), Veiga de Oliveira (PCP), Borges de Carvalho (PPM), José Alberto Xerez (CDS), Manuel da Costa (PS), Carvalho Cardoso (CDS), Angelo Correia (PSD), Carlos Lage (PS), Adriano Moreira (CDS), João Cravinho (PS), Mário Tomé (UDP), Fernando Cardote (PSD), Natália Correia (PSD), Teresa Ambrósio (PS), Joaquim Miranda (PCP), Magalhães Mota (ASDI), Azevedo Soares (CDS), Jerónimo de Sousa (PCP), Ilda Figueiredo (PCP), Luis Coimbra (PPM), Luis Martins (PSD), José Manuel Mendes (PCP) e Vidigal Amaro (PCP).

Entretanto foi lido e aprovado o relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre a substituição de um deputado da UEDS.

A Assembleia saudou ainda, com aplausos, a presença na tribuna do corpo diplomático de dois representantes das Cortes Espanholas à União Interparlamentar.

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 21 horas e 5 minutos.

O Sr. Presidente: — Vai proceder-se à chamada.

Eram 10 horas.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.
 Álvaro Barros Márques Figueiredo.
 António Augusto Ramos.
 António Maria de O. Ourique Mendes.
 Arménio Jerónimo Martins Matias.
 Fernando Manuel Cardote Barbosa Mesquita.
 Jaime Adalberto Simões Ramos.
 João Manuel Coutinho Sá Fernandes.
 Joaquim Pinto.
 José Ângelo Ferreira Correia.
 José Manuel Pinheiro Barradas.
 Leonardo Eugénio R. Ribeiro de Almeida.
 Leonel Santa Rita Pires.
 Luís António Martins.
 Luís Fernando C. Nandim de Carvalho.
 Manuel Filipe Correia de Jesus.
 Manuel Maria Portugal da Fonseca.
 Manuel Ribeiro Arruda.
 Manuel João Vaz Freixo.
 Maria da Glória Rodrigues Duarte.
 Maria Margarida do R. da C. S. M. Ribeiro.
 Mário Dias Lopes.
 Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
 Pedro Augusto Cunha Pinto.
 Pedro Manuel da Cruz Roseta.
 Reinaldo Alberto Ramos Gomes.
 Valdemar Cardoso Alves.
 Vasco Francisco Aguiar Miguel.
 Virgílio António Pinto Nunes.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho.
 António Fernando Marques Ribeiro Reis.
 Fausto Sacramento Marques.
 João Cardona Gomes Cravinho.
 Júlio Filipe de Almeida Carrapato.
 Luís Silvério Gonçalves Saias.
 Manuel Francisco da Costa.
 Manuel da Mata de Cáceres.
 Teófilo Carvalho dos Santos.

Centro Democrático Social (CDS)

Alexandre Correia de Carvalho Reigoto.
 Alfredo Albano de C. Azevedo Soares.
 António José Tomás Gomes de Pinho.
 António Mendes de Carvalho.
 Carlos Alberto Rosa.
 Diogo Pinto Freitas do Amaral.
 Francisco Mário L. V. de Oliveira Dias.
 Isilda da Silva Barata.
 João Caetano M. Figueiras de Andrade.
 João Gomes de Abreu de Lima.
 João José M. Ferreira Pulido de Almeida.
 José Alberto de Faria Xerez.
 José Carlos Barbosa Macedo.
 José Eduardo F. de Sanches Osório.
 Luís Filipe Paes Beiroco.
 Luisa Maria Freire Cabral Vaz Raposo.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira.
 Álvaro Favares Brasileiro.
 António Anselmo Aníbal.
 António José de Almeida Silva Graça.
 António José Monteiro Vidigal Amaro.
 Carlos Alberto do Carmo da C. Espadinha.
 Carlos Alfredo de Brito.
 Custódio Jacinto Gingão.
 Francisco Miguel Duarte.
 Georgette Ferreira de Oliveira.
 Jerónimo de Carvalho de Sousa.
 Joaquim António Miranda da Silva.
 Jorge Manuel Lampreia Patrício.
 José Fernando V. Cabral Pinto.
 José Manuel Antunes Mendes.
 José Rodrigues Vitoriano.
 Josefina Maria Andrade.
 Manuel Rogério de Sousa Brito.
 Maria Alda Barbosa Nogueira.
 Mariana Grou Lahita da Silva.
 Zita Maria de Seabra Roseiro.

Partido Popular Monárquico (PPM)

Amadeu Domingos R. de Sá Menezes.
 António José Borges Gonçalves de Carvalho.
 Jorge Victor M. Portugal da Silveira.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho.

União de Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António Manuel de C. Ferreira Vitorino.
 António Poppe Lopes Cardoso.

Movimento Democrático Português (MDP/CDE)

Herberto de Castro Goulart da Silva.
 Raul Fernandes de Morais e Castro.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

O Sr. Presidente: — Responderam à chamada 84 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 10 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Carlos Brito, estava marcada desde a sessão anterior uma reserva de palavra para a Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo fazer um protesto. Em todo o caso, a inscrição também está marcada para o Sr. Deputado e gostaria de saber se é V. Ex.ª quem vai fazer esse protesto.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, quem tinha anunciado a intenção de fazer um protesto era a deputada Zita Seabra e ela dirá o que tencionamos fazer.

O Sr. Presidente: — Então tem a palavra a Sr.ª Deputada Zita Seabra.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Sr. Presidente, uma vez que passou tanto tempo desde a intervenção do Sr. Ministro até agora, reservarei a palavra para o protesto, em nome do meu grupo parlamentar, em relação às afirmações do Sr. Ministro dos Assuntos Sociais para a minha intervenção sobre o orçamento da segurança social.

O Sr. Presidente: — Então tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Brito.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Sr. Presidente, pela parte que me diz respeito também creio que o Sr. Ministro vai beneficiar pelo facto de eu não fazer de imediato o protesto e reservá-lo para a minha intervenção.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Dias.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Ministros: No seguimento de estudos feitos desde há muito nos serviços competentes, decisivamente impulsionado durante o exercício do VI Governo Constitucional, é possível — finalmente — ao governo actual submeter a esta Assembleia não só o Plano e o Orçamento para o ano corrente mas fazê-lo em coerência com um conjunto de grandes opções para os próximos quatro anos.

É justamente acerca das grandes opções do Plano para 1981-1984 que desejaría apresentar à Câmara, em nome do Grupo Parlamentar do CDS, algumas reflexões.

Antes, porém, queria salientar que, como muito bem diz o Governo, tratando-se de «preparar, em simultâneo, dois instrumentos legais, um referente ao plano a médio prazo, outro ao plano anual, é indispensável assegurar a sua articulação coerente. O pla-

no anual inscrever-se-á naturalmente nas perspectivas do desenvolvimento a médio prazo consideradas mais adequadas, embora tenha de referir de algum modo os condicionalismos particulares da conjuntura».

Para além de qualquer argumentação jurídico-formal que é sempre possível e, como se viu totalmente reversível, o que me parece necessário salientar é que se a oposição criticou a apresentação simultânea dos dois textos que partem dos mesmos pressupostos e se orientam para os mesmos objectivos, definidos a prazo de meses ou de quatro anos, respectivamente, por mim estou certo de que se o Governo separasse um do outro os planos e eventualmente os não apreciássemos em conjunto, não faltariam também as críticas — e essas com fundamentos bastante mais substanciais. De facto não se encontraria qualquer lógica em que a Assembleia discutisse, eventualmente, um plano para 1981-1984, sem uma especificação e concretização para o ano corrente — quando estamos já em fim de Março; nem seria fácil dar resposta, na hipótese de que aqui nos trouxessem apenas o Plano e o Orçamento para o ano corrente, a quem perguntasse por que se não revelariam e discutiriam as perspectivas e opções a médio prazo em que as propostas para o ano corrente se inserem.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estamos perante a primeira proposta de lei de grandes opções do Plano que, desde 1974, é apresentada a esta Assembleia. Não devem passar sem uma referência a importância e o significado político deste facto em si.

Por que é possível fazer hoje esta discussão e não foi possível, até aqui, apresentar à Assembleia um plano a quatro anos?

Estamos perante mais uma demonstração do que pareceria desnecessário demonstrar para quem assume profunda e sinceramente as regras do jogo democrático: ou há maioria — como há desde Dezembro de 1979, reforçada em Outubro de 1980 —, maioria parlamentar estável e um governo apoiado nessa maioria, ou não pode haver decisões importantes e que de alguma maneira transcendam o imediatismo conjuntural.

Aquilo que eu desejaria salientar, neste momento, é que, sem prejuízo das críticas, contributos e eventuais apoios que a oposição venha a exprimir em relação a este texto, não pode legitimamente divorciar-se a sua existência e discussão dos resultados das eleições e da criação da maioria. Por isso, não pode nem deve esperar-se que os pressupostos e os métodos de desenvolvimento global do País que aqui se consubstanciem se afastem da filosofia subjacente ao programa e ao pensamento da Aliança Democrática.

Não me demorarei a demonstrar o absurdo que se traduziria um plano que a formação da maioria torna possível, e que viesse contrariar os compromissos que a Aliança Democrática anunciou ao povo e que lhe valeram a vitória eleitoral.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

propostas que a fizeram maioritária e a proposta não poderá subordinar-se por muito que as respeite às opções da oposição.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não se estranhe, por isso, que estas não sejam as opções do I Governo Constitucional. Quero eu dizer, com esta reflexão e estas afirmações que são banais mas que andam ou se admitem andar esquecidas, duas ou três coisas, igualmente simples mas que importa neste momento sublinhar:

Se até aqui não houve plano a médio prazo não foi por deficiência que agora tivesse sido superada ao nível dos serviços. Os serviços de planeamento sofreram vicissitudes diversas no decurso da Revolução, mas não houve melhoria qualitativa das suas capacidades. Estão, como estavam há já bastantes anos, em condições de fazer os seus diagnósticos e de elaborar e propor os seus modelos de desenvolvimento globais, regionais ou sectoriais. Daqui decorre simultaneamente uma palavra de justiça que me parece importante que aqui se diga, e numa expressão criativa que não deve entender-se como contraditória daquela: não é por culpa dos serviços que Portugal tem vivido sem opções a médio prazo, pelo menos sem opções democraticamente discutidas e legalmente aprovadas. Foi por insuficiência de capacidade política; foi por falta de maioria política, democraticamente definida.

Uma palavra de crítica que os funcionários competentes desses serviços serão, estou certo, os primeiros a partilhar: os recursos disponíveis para o estudo do planeamento económico, das projecções económicas e sociais e de avaliação das acções desenvolvidas em confronto com as realidades, com as respostas por elas suscitadas, com as modificações internas e internacionais — esses recursos continuam a ser, face às exigências e possibilidades presentes, em termos humanos e de equipamento, manifestamente insuficientes e, por vezes, irrisórios. Os exemplos são demasiado abundantes para fazermos referências especiais; uma palavra apenas em relação às bem conhecidas dificuldades e incapacidades do Instituto Nacional de Estatística.

Em suma: não foi por se ter consagrado o Plano na Constituição — aliás em termos que o CDS não votou — que se passou a fazer um plano. Para tanto são precisos maioria e vontade políticas e recursos técnicos. Não havendo os primeiros, tudo o mais é como se não existisse.

Hoje, finalmente, discutimos as grandes opções do Plano para Portugal porque há uma maioria e, naturalmente, assentes nos elementos técnicos elaborados, as grandes opções do Plano são as que decorrem da sua interpretação pela Aliança Democrática.

Não sendo nós súbditos nem adoradores do Plano ou do mítico planismo económico — palavras que se dizem e conceitos que se jogam e que podem servir para tudo, para manipular as massas ou para dominar a vida de um povo inteiro, a quem se promete ao mesmo tempo a liberdade —, não sendo nós nem querendo que outros sejam súbditos do Plano, dizia, sabemos, reconhecemos e verificamos que o planeamento a médio prazo é indispensável.

Como era e é indispensável e não se fez — ou se se fez ou acabou por se desenvolver alguma coisa parecida, tudo isso aconteceu em manifesta confusão de competências e à margem da legalidade democrática —, a situação económica e social do País que já não era boa, através de uma revolução e de uma conjuntura internacional de efeitos sabidos, entrou em crise e apesar de tudo quanto se disse e se fez ou se não fez continua em crise. Dela não acabará de sair sem profundas modificações estruturais que nós reclamamos, não só em nome de uma filosofia e de conceitos que defendemos, mas em nome da experiência e dos factos que estão à vista e são sentidos por todos os portugueses, excepto os beneficiários da confusão e os novos ricos que nela se instalaram.

Não foi só por isso, mas foi também por isso e pelo que a ausência de condições para aprovar um plano significa que as condições de vida dos Portugueses se afundaram até ao ponto em que as encontramos, a economia se dissociou em circuitos aparentes e circuitos clandestinos, as liberdades não se aprofundaram e as esperanças se atraíçoaram.

Mas os tempos passaram, a vontade do eleitorado evoluiu, a maioria formou-se, a economia portuguesa vai modificar-se, os postos de trabalho vão criar-se, as condições de vida dos Portugueses vão melhorar.

Não é esta, de certo, a situação desejável para qualquer governo elaborar um plano a médio prazo. A crise interna foi muito funda e a conjuntura internacional é de recessão e de temor. Mas nós não temos o hábito de encobrir incapacidades com evocações acerca de heranças pesadas. Uma coisa é certa: não nos consideramos responsáveis pelos termos em que o diagnóstico da situação económico-social do País se define.

Mas consideramo-nos responsáveis — para isso nos elegeram — pelas medidas que agora se propõem e pelo seu rigor e adequação aos objectivos pretendidos de modificar a nossa economia, e, com ela, na justiça e no trabalho, a esperança e as condições reais de vida dos Portugueses.

Diz-se-á que é optimista este Plano. Ao longo do debate os deputados do CDS bem como os dos outros grupos irão aos temas mais concretos.

Por mim, desejaria salientar que uma aceitação das responsabilidades do Governo sem condições para ser optimista quanto à viabilidade de modificar o estado de espírito e as condições de vida dos Portugueses é que não seria séria.

Quando se aceitam responsabilidades é porque se têm forças e recursos para superar as dificuldades que se assumem — mesmo quando, como muito bem disse o Ministro das Finanças, «o caminho é estreito». Ao fim e ao cabo, aqui está um passo fundamental para concretizar a mudança que a Aliança Democrática propôs ao eleitorado e que ele afirmou claramente desejar nas últimas eleições legislativas.

Mudança gradual mas substancial: daí este modelo de crescimento moderado mas realista em contraste com os irrealismos que tudo comprometem, mesmo a ingenuidade com que alguns possam propugná-los.

A mudança começou nas condições políticas e vai continuar nas opções do plano de desenvolvimento a quatro anos que ousadamente aceita os quatro objectivos difíceis mas possíveis de perspectivar ao mesmo tempo: a evolução controlada do défice com o exte-

rior; a redução da taxa de inflação; a redução acen-tuada do desemprego, com a criação de mais de duas centenas de milhares de postos de trabalho; a expansão da economia, mediante o aumento do investimento produtivo e da produtividade.

Mas não é só isto nem é, fundamentalmente, isto em si o que se pretende e o que se aceita ao votar as grandes opções do Plano.

O que mais importa são as projecções dele na vida da sociedade e no perfil implacável dos casos concretos — da vida das pessoas que nós respeitamos como são e vivem, na sua família, no seu trabalho, nos locais aonde vivem — e não diluídas em massas que não passam de abstracções manipuladas.

De um país atrasado e em crise, que se encontra às portas da Europa e há-de integrar-se na CEE na vigência deste Plano, vamos passar cautelosa mas seguramente para um país mais solidário consigo próprio mas mais próximo, bastante mais próximo dos padrões de vida europeus.

Um país pequeno mas disperso, em que as distâncias se hão-de atenuar pela melhoria das comunicações e dos transportes.

Um país mais europeu mas mais fiel à sua identidade, na preservação e incremento dos seus valores culturais e na descentralização, na regionalização que também a Constituição consagrou mas não foi realizada pelos centralistas que nos precederam.

Um país em que a juventude e as famílias tenham perspectivas diferentes quanto à educação, ao emprego, à habitação, ao valor do salário que recebem e à segurança perante os riscos de doença, de invalidez e de velhice.

Um país em que o desenvolvimento se processe, aproximando a cidade do campo, o interior do litoral, defendendo o ambiente.

E é isso que se pretende.

É tudo isso que está em jogo e é esse o sentido da proposta do Governo.

Dai o nosso apoio ao Governo, o sentido da nossa actuação neste debate e o significado e o compromisso da aprovação das grandes opções do Plano que esperamos — e vamos apoiar.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente:—Srs. Deputados, como VV. Ex.^{as} sabem, ficou convocada para esta manhã uma conferência dos grupos parlamentares. Por isso pedia ao Sr. Deputado José Vitoriano o favor de me substituir na presidência da sessão e convoco para já uma conferência dos presidentes dos grupos parlamentares.

Neste momento assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente José Vitoriano.

O Sr. Presidente:—Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE):—Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Governo apresenta a proposta de lei n.º 18/II, com os seus anexos, como contendo as grandes opções do plano a médio prazo e do plano anual para 1981.

O nosso ordenamento jurídico não estabelece o que deve ser o conteúdo das grandes opções correspondentes a cada plano. Talvez por isso, o Governo entendeu ser oportuno enunciar no preâmbulo da

proposta de lei o seu entendimento de grandes opções como os grandes fins a prosseguir, associado à identificação de objectivos económicos como o comportamento tendencial desejável e possível das principais variáveis macroeconómicas.

A definição de grandes opções dada no preâmbulo da proposta de lei poderia, pois, vir associada a uma sistematização de escolhas claras em relação à estrutura económica e social e às grandes linhas orientadoras das políticas económica, social e cultural, definindo sem equívocos o modelo apontado para o desenvolvimento económico e o progresso social.

Não é porém isto que se encontra no documento que o Governo apresentou à Assembleia da República.

Em vez de grandes opções para um plano de médio prazo, o que encontramos no documento que nos foi presente é uma quarta ou quinta versão do programa da AD, como implicitamente reconheceu o Sr. Ministro das Finanças e do Plano ao afirmar, sexta-feira passada, que no documento em apreciação não se encontrava «uma vírgula, um adjetivo, diferente do projecto que a AD tem apresentado» (citem de memória).

Na mistura de adjetivos, princípios, orientações gerais, até medidas pontuais que o anexo do médio prazo da proposta de lei enuncia, as situações contraditórias são muitas.

É a filosofia de uma fé cega na capacidade de intensificação do investimento privado... e o reconhecimento de que os depósitos a prazo se mantêm praticamente como único veículo de poupança para a generalidade dos portugueses.

É a intenção de intensificar o investimento directo estrangeiro na medida em que contribua para a melhoria da estrutura produtiva e respeite a preservação do ambiente... sem que se criem reais instrumentos de controle dos respectivos projectos e que contrariem a tendência de transferência de indústrias altamente poluentes.

É a distribuição do crédito entre o sector público e o sector privado a ser feita segundo o prioritário interesse na dinamização do investimento privado... substimando o facto de que os investimentos dos sectores público administrativo e produtivo se podem subordinar a um plano imperativo, o que não sucede com o investimento privado.

É a pretensa liquidação de monopólios estatais para dar condições à iniciativa privada nacional... e vermos as multinacionais a caírem como abutres sobre o futuro cadáver da EPAC.

É procurar formular a política orçamental para baixar o défice corrente e utilizar o orçamento como instrumento da política de investimento... e logo no primeiro ano do quadriénio fazer a contenção do défice global não à custa das despesas correntes, mas das despesas de capital.

É pretender satisfazer as necessidades básicas dos tempos sociais mais carenciados... mas contrariamente, preconizar uma política de livre funcionamento das regras de mercado que conduza à prática de preços reais... e em «coerência» com tal contradição esvaziar o «cabaz de compras».

É fixar o objectivo de diversificar os nossos mercados de exportação... mas estrangular o nosso comércio externo na CEE.

É afirmar que as pequenas e médias empresas devem beneficiar de apoios adequados para superarem as suas dificuldades... mas reconhecer que só um estrato destas empresas poderá ver garantida a sua competitividade após integração na CEE.

É intenção que a produção agrícola em 1984 seja 18% superior à actual... mas afinal marginalizar os pequenos e médios agricultores, cujo peso na economia e na sociedade é significativo, pois que as adaptações sectoriais e transformações institucionais pressupostas pela integração na CEE não são compatíveis com a existência daquelas categorias.

É a intenção programada de racionalizar o uso e a reparação da terra... mas nada projectar quanto ao arrendamento compulsivo ou mesmo expropriação das áreas subaproveitadas, ou, com mais razão, abandonadas ou quanto à suspensão da devolução de terras a agrários que se caracterizam pelo subaproveitamento, pelas reduzidas produções e pela fraca produtividade dos factores utilizados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo: Apresentando os objectivos económicos como o comportamento tendencialmente desejável das principais variáveis macroeconómicas, procura-se no capítulo 3.º do anexo à proposta de lei demonstrar a consistência entre tais valores, com o que se transformariam também em tendencialmente possíveis.

Da interdependência econométrica entre as várias variáveis, algumas são utilizadas como variáveis independentes.

Que estudos estão por detrás dos respectivos valores, ainda que apresentados apenas como cenários possíveis? Qual a base séria de que se partiu para definir valores às variáveis, todas batendo muito certinhas umas com as outras — na lógica do modelo prévio — num trabalho elaborado em escassas semanas, ao nível de Ministros, Secretários de Estado e seus assessores, ao nível de Ministros, Secretários de Estado e seus assessores, sem intervenção generalizada a toda a estrutura do planeamento?

Em que estão fundamentadas as taxas alternativas de evolução das exportações, perante uma economia ocidental prevendo agora uma maior degradação da situação económica, do que a que previa há pouco mais de três meses atrás?

Como fundamentar uma alta taxa de investimento privado, se o passado recente, já com condições bem favoráveis para a iniciativa privada, indica que o maior dinamismo da formação bruta de capital fixo é no sector público que continuam a verificar-se?

* Em que assenta a legitimidade de perspectivar uma taxa elevada de crescimento do produto agrícola comparada com a evolução média anterior, o que está à partida fortemente afectado pela seca de 1980-1981 e pela ausência de medidas de apoio efectivas, particularmente no campo da correção da estrutura fundiária e do ordenamento agrícola?

Com que base de seriedade se pode prever a possível passagem da taxa de desemprego em 1984 para 6%, com a criação de uns 250 000 novos postos de trabalho no quadriénio; sem ter feito um desenvolvimento sectorial dos nossos investimentos a gerar no período do plano a médio prazo?

Todas estas interrogações legitimam a nossa dúvida quanto ao realismo ou à coerência das projecções

macroeconómicas que o Governo apresenta no capítulo dedicado ao médio prazo.

O Governo, nesta sua tentativa de apresentar as grandes opções do plano a médio prazo, de que se reclama pioneiro, não vai para além da definição das suas opções ideológicas, portanto ao simples nível de programa político, sem suporte no estudo sério e aprofundado da realidade nacional e envolvente, portanto sem assegurar credibilidade à afirmação que as suas medidas conduzam a estes ou aqueles resultados, como aliás reconheceu o Sr. Ministro das Finanças e do Plano ao referir a deficiência dos instrumentos organizativos e materiais de que dispõe.

De toda a filosofia subjacente às orientações — ou opiniões — governamentais há, porém, um aspecto que surge com grande nitidez.

O Governo raciocina como se não tivesse havido o 25 de Abril!

O Governo pretende agir como se a constituição económica configurasse o modelo caracterizador da sociedade portuguesa de 1968, ou 1969, ou 1970 ...

O Governo pretende ignorar uma nova realidade económica e social que surgiu com o desmembramento dos grandes grupos monopolistas; com a Reforma Agrária, criando novas formas com potencialidades crescentes para assegurar a expansão e valorização da produção agrícola; com alterações nas relações de produção da forma do minifúndio; com um potencial enorme de meios nas mãos do Estado, permitindo-lhe seguir uma orientação fortemente intervencionista e correctora dos mecanismos de mercado e do jogo da actividade económica por simples critério de lucros; com condições novas para um diferente papel dos trabalhadores no processo de produção, pela sua possível participação activa no planeamento, condução e controle da produção.

O Governo esquece que esta nova realidade não surgiu por acaso. Foi a contrapartida lógica do derrube do fascismo e a destruição das condições anquilosantes da sociedade portuguesa que aquele regime engendrava.

O Governo, nas suas opções ideológicas visa reconstituir os mecanismos económicos da era marcelista e restaurar o poder económico e, consequentemente, político das grandes fortunas que dominaram Portugal, agora coligadas e subordinadas a grandes interesses estrangeiros.

O seu economicismo é a capa que esconde o seu desinteresse pelas condições de vida e pelo futuro da população portuguesa. E isto é tão nítido, que uma das grandes opções apresentada é a da correcção dos efeitos sociais negativos do processo de desenvolvimento económico!

Do desenvolvimento económico que deveria estar associado ao progresso social, se encarado na perspectiva das respostas às necessidades da população portuguesa e não aos interesses mesquinhos dos detentores nacionais e estrangeiros do capital!

A opção ideológica do MDP/CDE é bem outra.

Passa pelo aprofundamento das transformações económicas, sociais, culturais e políticas que Abril produziu.

Passa pela caminhada em frente com os trabalhadores da indústria e dos serviços, com os agricultores, com os pequenos e médios comerciantes e industriais, e não com os grandes detentores do capital.

Na crítica destas grandes opções não é o scepticismo que nos domina, Sr. Ministro das Finanças e do Plano. As concepções profundamente divergentes que nos separam da AD impedem a existência de qualquer solidariedade com os objectivos que o Governo prossegue nas suas opções a médio prazo.

As nossas opções são outras. Identificadas com os interesses do povo português e com a forte confiança de que este saberá encontrar formas de prosseguir o seu destino nacional livre de tutelas dos poderosos e dos interesses estrangeiros.

Por isso recusamos as grandes opções do VII Governo.

Applausos do MDP/CDE, do PCP e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Oliveira Dias.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Heriberto Goulart: Gostaria de lhe colocar uma pergunta sobre um ponto que me parece ser fundamental e grave.

O Sr. Deputado sabe que estas grandes opções se orientam no sentido dos modelos de organização e funcionamento da economia na Comunidade Económica Europeia. Contudo, o Sr. Deputado ao mesmo tempo afirma que a filosofia subjacente ao texto das grandes opções do plano se identifica com o marcelismo, pelo que gostaria de perguntar se entende que os Governos dos 10 países membros da Comunidade Económica Europeia perfilham o marcelismo-caetanismo como projecto político ou opção económica.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Sr. Deputado Heriberto Goulart, gostaria que me explicasse porque é que a adesão à CEE é incompatível com a existência de pequenos agricultores, sabendo-se que nos países membros da CEE eles são predominantes.

Também gostaria que me dissesse se não é verdade que a própria adesão poderá ajudar-nos material e tecnicamente nas grandes modificações estruturais que teremos de fazer na agricultura.

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Heriberto Goulart, se assim o desejar.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Oliveira Dias: Naturalmente que quando me refiro ao marcelismo não me referia rigorosamente ao regime político do fascismo no aspecto do cercear das liberdades, embora pense que com as alterações que se prendem com o plano económico se vai, naturalmente, caminhar para uma situação muito próxima da que conhecemos em 1969, 1970 e nos anos que indiquei na minha intervenção.

De facto, aqueles que foram dirigentes e teóricos da liberalização marcelista, representados hoje claramente nas hostes governamentais, também pensavam ...

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — Dá-me licença que o interrompa, Sr. Deputado?

O Orador: — Desculpe, mas o tempo que tenho disponível para falar é muito curto e, por isso, a interrupção tem de contar no tempo do partido do Sr. Deputado.

O Sr. Oliveira Dias (CDS): — É só para lembrar a referência à Comunidade Económica Europeia, que falta no raciocínio do Sr. Deputado.

O Orador: — Lá iremos, Sr. Deputado. A sua interrupção perturbou-me um pouco no meu raciocínio, mas vou continuar.

Portanto, na nossa perspectiva, esta evolução de natureza económica faz perigar o próprio regime democrático, a própria existência das liberdades em Portugal, e faz indicar que, a curto prazo, e com este governo da AD no Poder, se possa caminhar — se não houver uma forte oposição dos trabalhadores, que certamente haverá, e uma forte oposição das forças democráticas — para uma democracia cada vez mais musculada.

Contudo, quando eu identificava as opções económicas deste Governo e da AD com as opções económicas do marcelismo é porque, Sr. Deputado Oliveira Dias, entre os projectos e os objectivos que são apresentados nestas grandes opções e os mesmos objectivos de contribuir para a melhoria do nível de vida e para condições mais favoráveis das classes trabalhadoras encontrávamos exactamente os planos de fomento anteriores ao 25 de Abril.

O que está em causa, Sr. Deputado, não é uma problemática de maiores ou menores liberdades, mas sim uma economia orientada no sentido da reconstituição dos grandes poderes económicos e dos grupos monopolistas, ou uma economia orientada no sentido da participação real e efectiva dos trabalhadores, dos pequenos agricultores, dos pequenos empresários industriais e comerciantes. E é nesse ponto, Sr. Deputado Oliveira Dias, que as nossas divergências, ao que parece em relação a V. Ex.^a e ao projecto apresentado pelo governo da AD, são profundas e inconciliáveis.

Em relação ao Sr. Deputado Carvalho Cardoso queria dizer que, de facto, nos países da CEE há muitas pequenas e médias explorações agrícolas.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — São a maioria.

O Orador: — De facto são a maioria.

Contudo, antes de lhe dar directamente a resposta, vou recordar uma conversa que aqui há algumas semanas tive com um técnico estrangeiro que apoiava certo serviço do Ministério da Agricultura e Pescas. Dizia ele, com ar de grande incompreensão, o seguinte: por que é que em todos os países da Europa por onde ando as grandes preocupações do Governo são precisamente no sentido de apoiar as pequenas e médias explorações agrícolas, pelas suas dificuldades, e aqui em Portugal encontro uma preocupação de apoiar apenas as grandes explorações no campo da agricultura? Naturalmente que lhe era difícil entender a nova realidade que é este governo AD no Portugal do 25 de Abril.

Sr. Deputado Carvalho Cardoso, em relação às pequenas e médias explorações da CEE, a dimensão é bem diferente dos milhares — que em algumas zonas

de Portugal atingem 90% — de pequenissimas explorações de minifúndio que os senhores ...

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Quais senhores?!

O Orador: — ... tratam displicentemente como agricultura de subsistência, como agricultura que tem de ser conduzida à ruína e à falência dos respectivos trabalhadores e agricultores.

Vozes do MDP/CDE e do PCP: — Muito bem!

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra para formular uma pergunta em relação à problemática dos pequenos agricultores.

O Sr. Presidente: — Faça favor.

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Gostaria de saber se é verdade que o Sr. Secretário de Estado da Integração Europeia, numa entrevista ao *Financial Times*, disse, a determinada altura, que durante a fase de integração muitos pequenos proprietários e seus descendentes deverão deslocar-se para as cidades, deixando as suas pequenas propriedades nas mãos de empresários mais empreendedores.

O Sr. Presidente: — A quem é que o Sr. Deputado fez a pergunta?

O Sr. Rogério de Brito (PCP): — Sr. Presidente, deixo-a no ar. Haja quem responda!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Lopes.

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Na sequência das afirmações do Sr. Deputado Heriberto Goulart, queria dar um pequeno esclarecimento do que se passa e queria também que ele depois me respondesse no que diz respeito às pequenas e médias empresas a nível europeu.

Gostaria que o Sr. Deputado Heriberto Goulart me dissesse qual é a estrutura média rentável de uma unidade viável para que possa desenvolver uma acção social a nível europeu. O Sr. Deputado fez até a observação de que um técnico europeu disse que estava preocupado que em Portugal o Governo só apoiasse as grandes empresas agrícolas e não os pequenos e médios proprietários, mas isso não se passa, porque V. Ex.^a sabe muito bem que nós temos uma Lei de Bases da Reforma Agrária e se está precisamente a fazer uma reestruturação fundiária. Além do mais, tem de ter conhecimento de que este governo mais do que qualquer outro tem apoiado todas as empresas de pequenos e médios agricultores do Norte do País. E se V. Ex.^a bem se recordar, durante os anos de 1974, 1975 e 1976, todo o crédito agrícola de emergência foi canalizado para o Alentejo, onde estão os verdadeiros latifúndios, onde há propriedades com cerca de 18.000 ha, e, se repararmos, só o Norte do País produziu dois terços da produção nacional.

Queria que o Sr. Deputado me desse uma explicação de como é que este governo da Aliança Democrática só apoia os grandes empresários, e não os pequenos e médios agricultores, e me dissesse tam-

bém qual a capacidade produtiva dessas unidades — pequenos e médios agricultores da Europa —, para podermos saber como é que, de facto, devemos caminhar para o Mercado Comum.

O Sr. Presidente: — Para responder, se desejar, o Sr. Deputado Heriberto Goulart dispõe dos últimos trinta segundos destinados para hoje ao seu grupo parlamentar.

O Sr. Heriberto Goulart (MDP/CDE): — Sr. Presidente, como é visível, não há condições de intervir neste debate das grandes opções do plano e do orçamento para os pequenos partidos da oposição. Estamos, de facto, quase que a dar cobertura a esta formalidade de discussão na Assembleia da República, a esta situação, perfeitamente anormal e inacreditável, de, introduzindo em relação aos anos anteriores mais a discussão das opções a médio prazo, ter esta Assembleia, com um maior número de partidos políticos, exactamente o mesmo tempo que teve para discutir as opções do Plano de 1980 e o Orçamento Geral do Estado para 1980.

Portanto, vou entrar um pouco no tempo que temos estipulado para amanhã, se possível vou gastar muito poucos segundos, só para lhe dizer o seguinte, Sr. Deputado, e sem entrar agora em questões da Reforma Agrária: é que, naturalmente, não é com concepções de que as explorações rentáveis terão de ter um mínimo de 2 ha ou de dez vacas que se vai resolver o problema dos pequenos agricultores com parcelas de menos de 0,500 ha, dos pequenos agricultores que têm uma vaca ou uma vaca e um porco na sua courela, para se fazer a tal economia de subsistência. Para resolver o problema desses agricultores o que é necessário é fomentar, com interesse e com entusiasmo, o problema do associativismo, do emparcelamento, da junção destes trabalhadores, quer na produção, quer na própria exploração comercial. E não é isso, Sr. Deputado, que o governo da AD tem feito desde que está no Poder.

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Sr. Presidente, gostaria de esclarecer e dizer à Câmara que o Sr. Deputado Heriberto Goulart não leu bem certamente as grandes opções do Plano no que se refere à agricultura.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Uma voz do PSD: — Não teve tempo!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estamos sem inscrições. Informo o MDP/CDE de que esgotou o tempo de que dispunha para hoje.

Visto não haver inscrições, pergunto à UEDS se está em condições de fazer a sua intervenção neste momento.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Com certeza, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sendo assim, tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Se dúvidas houvesse quanto às razões que teriam levado a maioria e o Governo a escamotear a discussão do plano a médio prazo, amalgamando-a com a discussão do Orçamento Geral do Estado e do plano anual, forçando-nos a uma maratona parlamentar em que a Assembleia da República deverá apreciar e votar em escassas horas as grandes opções, que, em princípio, orientarão e condicionarão a vida económica e social do País durante quatro anos, se dúvidas houvesse, dizia, a simples leitura do documento que, sob o título «Grandes opções do plano a médio prazo para 1981-1984», nos foi distribuído será mais do que bastante para as dissipar.

Na verdade, comprehende-se que não interesse ao Governo e à sua maioria parlamentar uma discussão suficientemente ampla, capaz de tornar claro aos olhos da opinião pública o significado real das opções que nos são propostas. Compreende-se que lhes não interesse que a opinião pública se aperceba de como nessas opções se faz tábua rasa de tudo quanto foram as grandes transformações sociais e económicas do desenvolvimento em voga no consulado marcelista, elaborando-se um plano que apenas desmerece do IV Plano de Fomento porque é tecnicamente pior elaborado e necessariamente menos claro, já que a situação política não permite a assunção sem reticências de certos valores e a democracia obriga a lançar sobre sentido real dessas opções o manto de uma linguagem onde afloram, aqui e ali, certas preocupações de índole social, numa como que homenagem prestada pelo vício à virtude.

Aliás, a pouca clareza do texto é patente também no permanente confundir de conceitos e na desarmonização lógica que o caracteriza, nele se misturando opções e princípios, acções e propósitos.

As grandes opções do Plano são, antes de mais, uma grande opção, essa, sim, quanto ao modelo de sociedade, modelo de sociedade esse que não se justifica em razão dos objectivos, mas que se procura impor em nome de princípios fundamentais, a que se empresta um valor de dogma.

É assim que os princípios fundamentais que devem enquadrar o Plano não são, por exemplo, «melhorar as condições de vida dos Portugueses» ou «promover a satisfação das necessidades sociais», mas, antes, «assegurar para os Portugueses um modelo europeu» e «dar condições à iniciativa privada».

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — É o que eles querem!

O Orador: — A melhoria das condições de vida e a satisfação das necessidades sociais surgem, é verdade, como grandes opções, mas que, na lógica do Plano, se subordinam àqueles princípios: «reforço da iniciativa privada» e «modelo europeu de sociedade».

Isto é, não se parte do que devem ser as grandes opções, os grandes propósitos colectivos, para um modelo de sociedade que resulta da integração dessas opções ou desses propósitos colectivos. Ao contrário,

submetem-se as opções ao modelo, sem cuidar de saber da sua compatibilidade.

A sua formulação não é inocente. Traduz a preocupação — compreensível do ponto de vista da Aliança Democrática — de deixar claro à sua clientela, no pôrtico do documento, ao serviço de quem se encontra o Governo, deixar claro o seu propósito de retorno a um sistema dominado pela iniciativa privada, entendida esta como sinónimo dos grandes grupos económicos. Numa palavra, sossega a sua clientela quanto ao entendimento mitigado que deve ser dado a supostas preocupações de índole social que aqui e ali enfeitam o documento.

Nesta perspectiva, pouco importa ao Governo que os princípios fundamentais que proclama e as grandes opções que diz perfilhar possam ser contraditórios.

Arvorado o «modelo europeu» em princípio axiomático, propõe-se como grande opção reduzir as disparidades regionais. Que se faça desse modo tábua rasa da experiência europeia, onde as disparidades regionais são gritantes, a desertificação económica e social e a degradação ecológica de vastas áreas são uma realidade de há muito diagnosticada e denunciada, é para o Governo uma questão de somenos importância.

Que a iniciativa privada, comandada pela lógica implacável do lucro e promovida a princípio fundamental da organização económica, pouco ou nada tenha a ver com a «melhoria das condições de vida dos Portugueses», com a «promoção de uma efectiva igualdade de oportunidades» ou com a «satisfação das necessidades sociais» é para o Governo também questão de somenos importância. O que não significa que o Governo a ignore. É, aliás, porque a não ignora que, cuidadosamente, ao longo de todo o Plano, não concretiza nenhuma meta que melhor deixasse entender os objectivos e a coerência interna desse próprio Plano. Tentar fazê-lo seria — e o Governo sabe-o — tornar evidentes as contradições entre os princípios fundamentais em que se diz assentar o Plano e as opções que anuncia perfilhar.

Dois exemplos, que são ao mesmo tempo duas perguntas:

«A política de rendimentos e preços para 1980-1984 visará reduzir as desigualdades na distribuição do rendimento», proclama-se a.p. 157. Quais são concretamente as metas que o Governo se propõe alcançar na repartição funcional e pessoal do rendimento?

«Reducir o desemprego» é o propósito inscrito, nomeadamente, a p. 159. A que níveis concretamente se propõe o Governo fixá-lo? É inútil procurar as respostas, o texto é, no aspecto, cautelosamente omisso.

Mas onde o Governo já não pode ser omisso, onde o significado das opções surge em toda a sua clareza, é no Orçamento Geral do Estado. Dele nos ocuparemos mais pausadamente na altura própria. De momento deixa-se aqui apenas como ilustração gritante do fosso que separa as opções proclamadas e os propósitos perseguidos a fria e incontrovertida expressão destes números: as despesas orçamentadas para a saúde e para a segurança social, por exemplo, sofrem, em relação a 1980, uma variação, em valor real, de menos 3 % e menos 23 %, respectivamente, enquanto as despesas com a defesa nacional se mantêm, em

valor real, a nível sensivelmente idêntico ao do último ano e as destinadas às forças de segurança crescem em valor real em relação a 1980. Os comentários seriam supérfluos. Estes simples números deixam entender melhor as dificuldades do Governo em manter uma certa linguagem, quando das afirmações abstratas é obrigado a passar à sua concretização.

Ressuscitando uma teoria velha de trinta anos, o Sr. Ministro das Finanças e do Plano veio propor-nos como objectivo o «quadrado mágico» da realização simultânea da expansão do pleno emprego, do equilíbrio externo e da contenção da inflação. Será que o Sr. Ministro acredita nisso? Sinceramente duvido. O Sr. Ministro das Finanças e do Plano deu-nos já aqui prova de uma inteligência e uma perspicácia que seriam incompatíveis com essa ilusão. O Sr. Ministro sabe exactamente, como qualquer um de nós, que um tal objectivo implicou uma série de pressupostos, entre os quais a energia barata e a exploração dos países do Terceiro Mundo, que se verificaram no período do pós-guerra, mas que são inimagináveis hoje. O Sr. Ministro sabe que há que escolher entre os vértices do quadrado. Só que ao Sr. Ministro não convém dizer-nos qual a sua escolha, com o receio compreensível de que dela facilmente se conclua que o seu «quadrado mágico» não passaria afinal do «círculo vicioso» da exploração, quando não da miséria, para a grande maioria dos portugueses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Porque me escasseia o tempo e certamente me escasseia também o engenho, limitar-me-ei, colocadas que foram estas interrogações iniciais, a um rápido comentário às grandes opções do plano a médio prazo, no que ao sector agrícola diz respeito.

Não vou retomar a descrição do quadro de desenvolvimento da nossa agricultura, com todo o seu cortejo de consequências económicas e todos os seus reflexos sociais, pois seria por de mais inútil. Não é por certo aí que reside a controvérsia entre a oposição e o Governo, entre a oposição e a maioria. Ela situar-se-á, porventura, ao nível do diagnóstico. Libera-se, seguramente, ao nível das acções a programar e do modelo a implementar e no qual essas acções se enquadram.

Quanto a este último aspecto, importa sublinhar desde logo o carácter paupérrimo, desarticulado e carente de lógica do documento que nos foi facultado como sendo as «grandes opções do plano a médio prazo» no domínio da agricultura.

Aí se confundem e se contradizem o que serão grandes opções, princípios informadores, do modelo de sociedade que se perfilha, acções que nem nesse quadro se entende desenvolver, num novelo de que não é fácil deslindar as pontas.

Mas passemos adiante, pois, como dizia, o tempo urge.

Diagnosticadas as causas de índole estrutural, institucional e tecnológica como as principais responsáveis do atraso da agricultura portuguesa, com particular relevo para as primeiras — as causas de índole estrutural —, o Plano é praticamente omisso quanto às opções que neste domínio nortearão a acção governamental e às acções que neste quadro seria necessário serem desenvolvidas.

Fala-se, é verdade, na «reestruturação das empresas agrícolas, com vista a imprimir-lhes dimensão

económica e maior poder competitivo». Nada se diz, no entanto, quanto ao modelo de empresa pelo qual se opta: cooperativo? familiar? capitalista? como nada se diz das acções a empreender nesse domínio.

Fala-se na «estabilização económica na zona de intervenção da Reforma Agrária», mas nada se diz quanto à política estrutural que aí se pretende prosseguir.

Será prosseguindo no desmembramento das cooperativas instaladas na zona de intervenção da Reforma Agrária e na distribuição de terras a pequenos agricultores (ou como tal supostos individuais, sem qualquer plano, sem ter em conta a viabilidade das explorações que assim se pretendem constituir, sem que se defina o seu estatuto, que o «Governo pretende contribuir para o propósito de imprimir às empresas agrícolas dimensão económica e poder competitivo»?

A pergunta foi aqui feita ao Governo vai para mais de duas semanas. Ficou então sem resposta. Aqui a deixamos de novo, para que talvez agora o Governo nos dê a resposta que na altura entendeu nos não facultar.

E o acesso dos rendeiros à terra? A estabilidade das suas empresas? O regime do uso da terra? O redimensionamento e reestruturação das zonas minifundiárias? O necessário reordenamento agro-florestal? A intensificação do aproveitamento dos recursos hídricos? A lista poderia alongar-se!

«Sair do impasse, não regateando o reforço dos meios necessários à recuperação do sector, é assim uma necessidade vital e um imperativo da política económica para o período de 1981-1984.» As palavras não são minhas. Vêm inscritas no plano a médio prazo, a p. 177. Mas será não «regatear o reforço dos meios necessários à recuperação do sector» reduzir, em termos reais, a dotação prevista para a agricultura nas despesas orçamentadas para 1981? (14,8 % de crescimento em valor nominal, para uma inflação da ordem dos 16,6 %, o que conduz a uma redução real das disponibilidades nesta matéria em cerca de 3 %.)

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Muitas críticas ficaram por fazer, muitos problemas por levantar. Para mais não chega o tempo que nos foi generosamente atribuído, com a mesma generosidade, aliás, com que a maioria ditou o calendário desta discussão.

Que fique, no entanto, claro: as críticas sectoriais, ainda que importantes, não são imprescindíveis; os muitos problemas que ficaram por levantar não alteram o fundo da questão.

O que é fundamental que se entenda é que as grandes opções do plano apresentado pelo Governo são incompatíveis com as transformações sociais concretizadas após o 25 de Abril e inscritas na Constituição da República, incompatíveis com a justiça social, com a dignidade e com a liberdade autêntica por que o povo português anseia, pelas quais luta e a que tem direito. Incompatíveis, afinal, com a tão proclamada libertação da sociedade civil, de que o Sr. Primeiro-Ministro nos encheu os ouvidos e de que tão esquecido parece o Governo — mesmo como simples slogan — quando se folheia o plano a médio prazo.

Dizer não às grandes opções do Plano é dizer, desde já e uma vez mais, sim à Constituição da República, ao seu espírito, ao espírito do projecto que ela encerra. Dizer sim à Constituição não por puro feti-

chismo, mas porque ela é a expressão da vontade popular e ela corresponde aos interesses reais do povo deste país.

Que a maioria assim não o entenda não nos espanta, nem tão-pouco deverá espantar a maioria e o Governo que o nosso entendimento seja diverso.

Ao povo português caberá julgar. Mais tarde ou mais cedo — e estamos cientes de que muito mais cedo do que tarde — o povo português o julgará.

Aplausos da UEDS, do PS, do PCP, da ASDI e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Visto não haver inscrições, dou a palavra, por ordem crescente, a um deputado da ASDI.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, nós não usaremos da palavra neste momento, mas apenas no período da tarde.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Vê como sobra tempo, Sr. Deputado Lopes Cardoso?...

O Sr. Presidente: — Sendo assim, pergunto ao PPM se deseja intervir agora.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Não, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Governo apresentou à Assembleia da República duas propostas de lei designadas uma «Das grandes opções do Plano para 1981-84 e das grandes opções do Plano para 1981» e outra «Do Orçamento Geral do Estado para 1981».

Não vale a pena repetir a nossa argumentação e o nosso desacordo quanto ao procedimento, às insuficiências de documentação, de tempo de análise e de discussão. Tão-pouco será útil insistir e reclamar da escandalosa decisão dos partidos da «AD» ao suprimirem as transmissões dos debates pela TV, nos moldes até agora usados por acordo e a contento de todos.

Sonegar os debates da Assembleia da República à opinião pública, diminuindo ou eliminando a utilização do mais poderoso meio de comunicação social — a televisão —, é fugir à transparência democrática, é aumentar o campo de manobra da intriga e da demagogia.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Quem assim se comporta lá saberá porque o faz. Sublinhe-se, entretanto, que para mais esta mutilação da publicidade dos trabalhos da Assembleia da República também a seca foi invocada. Mais uma vez, não sendo verdade é bem achado.

Afastada, pois, toda a trapaçada da forma e a indigência dos actos do Governo e da «AD» nesta emergência, vejamos mesmo assim o que resta.

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano resume: «Não sendo perfeitos [...] os documentos que apresento são interdependentes por decorrerem logicamente de um projecto coerente.»

E mais adiante realça «que quer a proposta das opções, quer a do Orçamento implicitam, [...] , a revisão constitucional — leia-se revisão inconstitucional da Constituição — e a adesão de Portugal à CEE.

O menos que poderei dizer é que quem assim fala não é gago ...

Risos.

... nem é por indigência cultural e intelectual que nos recomenda a humildade necessária para reconhecermos quanto são complexos os problemas nacionais, etc.

Portanto, o Ministro Moraes Leitão, do governo «AD»/Balsemão, anuncia-nos com grande agilidade que as grandes opções dos planos (GOPs) e o Orçamento deste Governo não se conformam com a Constituição vigente, mas antes pressupõem a Constituição revista (pelo figurino «AD», certamente). É um espanto! E pior do que isso, ... é inteiramente verdadeiro. E ficamos também a saber que a badalada adesão de Portugal à CEE, cada vez mais distante, impossível e inverosímil, é outro dos condicionantes fortes das GOPs e do Orçamento e, sobretudo, do projecto da «AD» e do seu governo.

Depois, e sempre com grande desenvoltura, este Ministro das Finanças e do Plano adianta-nos o seu quadrado mágico das opções de médio prazo, anuncia três pressupostos de que tudo depende e afirma que com o quadrado mágico das opções e os três pressupostos elaborou os cenários da evolução económica para 1981 e para o médio prazo. Em menos de uma página conclui que se algumas variáveis macroeconómicas se comportarem como é da sua vontade serão criados no quadriénio 250 000 novos postos de trabalho e o rendimento nacional será quase duplicado. Tudo o que nos pede é que moderemos o consumo e que forcemos o crescimento das exportações. Um espanto!

Valha a verdade que ele admite que nem todos estarão de acordo e haverá mesmo quem defenda outro modelo, mas logo, com grande eficiência, afirma categoricamente que esse outro modelo não passaria de uma nova e aventurosa fuga para a frente.

Por sobre tudo declara que voltariamos à situação em que caímos em 1975 e lembra como todos os males começaram com o 25 de Abril e como em 1980, com o governo da «AD», tudo começou a melhorar.

Mais claro não se pode ser. Honra lhe seja. Só que vejamos mais de perto o que este governo da «AD» e este Ministro das Finanças e do Plano pretendem.

Num quadro de profunda crise económica do sistema imperialista assumido, embora a contragosto, enfrentando as realidades económicas, sociais e políticas conquistadas pelo povo português após a libertação do 25 de Abril, este ministro, deste governo e desta AD, propõe transferir todo o peso da crise para cima dos ombros dos trabalhadores e recuperar o sistema capitalista, latifundista e imperialista...

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — ... vigente antes do 25 de Abril, contra a Constituição da República e contra a independência nacional, se preciso, dissolvendo antidemocraticamente Portugal numa qualquer comunidade vagamente europeia.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — A sua lógica é linear, a sua receita é simples e eficaz. Para reiniciar o poder económico e político do grande capital impõe-se, na ordem económica, moderar os consumos e, na ordem jurídica, substituir a Constituição e a legalidade democrática, invertendo-lhes o sentido.

O resto são minudências, bagatelas difíceis.

A Constituição da República estabelece que cabe à Assembleia da República aprovar as GOPs e as linhas gerais do Orçamento Geral do Estado. Para tal, incumbe ao Governo apresentar os elementos suficientes por forma a permitir uma avaliação correcta, serve dizer, apresentar não só a informação preparatória como as simulações que constituirão os planos e o Orçamento no caso de as propostas do Governo merecerem aprovação. Mas o governo AD/Balsemão prefere refugiar-se em fórmulas vagas de carácter propagandístico ou de mero ritual.

De resto, o Ministro das Finanças e do Plano do governo AD/Balsemão não se deixa enlear em pequenas coisas. Defende-se antecipadamente de acusações evidentemente comprovadas. Afirma, categórico, que só razões ideológicas poderão justificar a avaliação do nível de vida e do bem-estar dos trabalhadores em função da repartição funcional do rendimento nacional. Espantoso.

No seu desamor pelo 25 de Abril e pela democracia vai ao ponto — calcule-se — de avaliar as nacionalizações pela taxa de juro dos capitais em jogo! Não riam, Srs. Deputados. O Sr. Ministro da «AD» sabe onde está a falsidade, mas a sua ânsia de demonstrar que foi errado abalar até aos alicerces e mesmo eliminar o poder do grande capital monopolista leva-o a tais dislates.

Pela voz autorizada do Ministro das Finanças e do Plano, este governo da «AD»/Balsemão sente-se manietado pelas opções de 1975 e 1976, leia-se, pelas nacionalizações da banca e dos seguros e do grande capital monopolista, pela Reforma Agrária e pela consagração constitucional dos direitos dos trabalhadores e das suas organizações e, em geral, do Estado e da ordem democráticos.

E pasme-se: este Governo, que se diz manietado pelo Portugal democrático nascido com o 25 de Abril, declara que lutará e alcançará moralizar os serviços públicos a partir de uma peça essencial — a tributação dos funcionários (TFPs) em imposto complementar! Não se riam, porque foi o Sr. Ministro das Finanças e do Plano deste Governo da «AD» que o declarou peremptório.

Este governo da «AD»/Balsemão sente-se manietado, mas mostra uma grande agilidade no afrontamento da Constituição e da lei. Recusa cumprir a Lei das Finanças Locais e propõe-se reformulá-la à medida do seu vez centralista e autoritário.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Todos sabemos qual o valor ímpar da descentralização e das autonomias locais para a construção, aprofundamento e defesa da democracia. Todos sabemos que os atrasos e carências — saneamento básico, habitação, saúde, instrução, transportes, etc. — que afectam grande parte das populações

portuguesas só poderão ser económica e atempadamente resolvidos se o forem a nível local e regional e com a participação das próprias populações. Todos sabemos que a Lei de Finanças Locais, Lei n.º 1/79, foi um primeiro titubeante mas decisivo passo que importa acarinhar e desenvolver.

Mas este governo da «AD»/Balsemão, que tem um projecto coerente — como muito bem lembrou o Sr. Ministro das Finanças —, tem a marca antidemocrática e, logo, centralista que lhe é imprimida pelos dois partidos da direita, PSD e CDS, e pelas forças abertamente reaccionárias que dentro deles e ao seu lado intentam o regresso rápido ao passado de opressão e exploração, que se não compadece com a autonomia das autarquias locais e com a participação activa das populações na resolução dos seus problemas.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Não cumpre a Lei das Finanças Locais. Retira aos municípios uma verba próxima dos 36 milhões de contos e proclama, impante, que «o Estado — leia-se, o Governo — não tem a mínima vontade real de descentralização de funções». Já o sabíamos, mas vale a pena ouvi-lo da voz autorizada do Ministro das Finanças e do Plano.

Se, por sobre ser de direita e antidemocrático, este governo da AD não fosse também demagógico e falso, o que faria era uma proposta devidamente justificada, diminuindo este ano a percentagem prevista no n.º 2 do artigo 8.º da Lei n.º 1/79.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Se o governo da «AD»/Balsemão escolheu a via da interpretação falsa da lei para sonegar cerca de 36 milhões de contos aos municípios isso demonstra que ele sabe que nunca lograria convencer muitos dos seus próprios deputados e perderia se tentasse a única via formalmente correcta para uma tão grande diminuição da verba devida por lei aos municípios.

Aplausos do PCP.

Enfim, pela obra se conhece o artista.

E se as insuficiências e contradições nos documentos que nos foram presentes são gritantes nos domínios horizontais, em termos sectoriais, é o deserto em matéria de trabalho preparatório e de informação fundamentada. Para este governo desta «AD», medidas de política e objectivos ficam reduzidos a um discurso de efeito propagandístico e laudatório.

No seu discurso de abertura o Ministro das Finanças e do Plano afirmou não pretender esgotar a apresentação do debate que se iniciava, chamando «principalmente» a atenção para o enquadramento político global que das propostas seria feito pelo Sr. Primeiro-Ministro na sua intervenção final. Ficamos sem saber se tantos lapsos aparentes não traem uma atitude de repulsa perante o debate parlamentar.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Aguardemos calmamente que o Primeiro-Ministro Balsemão nos venha dizer, à moda

do teatro antigo, que: «Está representada a peça.» Entretanto não minimizemos a importância política deste debate e das propostas do Governo.

Embora sem grandes ilusões, apresentaremos as nossas propostas de correcção e alternativas, porque entendemos que o debate e as propostas do Governo — pese embora o silêncio que para o exterior se fará — contribuirão também para esclarecer a opinião pública e ajudarão a compreender à maioria do povo português que este governo «AD»/Balsemão não serve a democracia portuguesa e, por isso, deve ser demitido.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se não usámos da palavra quando V. Ex.º, Sr. Presidente, nos solicitou foi porque nos recusamos a entrar neste jogo infernal que aqui se estabeleceu e porque, contrariamente ao que nós julgávamos, ou seja, que a discussão do Orçamento e do Plano seria fundamentalmente um diálogo aberto entre a oposição e o Governo, acabámos por verificar que a oposição só sob pressão de V. Ex.º usa os seus direitos nesta Câmara.

Com efeito, a maioria foi acusada desde o princípio de tentar monopolizar os trabalhos parlamentares, mas o que afinal se verificou é que desde o início da sessão legislativa a agenda de trabalhos tem sido praticamente — de forma legítima, aliás — ocupada pela oposição, sem que a maioria a isso jamais se tenha oposto.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Depois da discussão que se travou sobre a organização deste debate — e que, principalmente em relação aos pequenos partidos, não deixou de ser legítima, na medida em que o seu tempo é na realidade escasso —, verifica-se que não há inscrições. Isto é triste e nós não podemos deixar de o assinalar.

No entanto, esperamos que o desenrolar do debate venha a contrariar esta nossa opinião.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Apresenta este governo um Orçamento e um Plano que, de um modo claro, deixaram de se basear na omnipotência e na omnipresença do Estado, na eficácia inquestionável da Administração Pública e nas nacionalizações e estatizações como mezinhas universais para os problemas do País.

Trata-se de um OGE e de um Plano que se baseiam nas energias próprias da sociedade portuguesa, na iniciativa e na capacidade dos Portugueses. Por isso, é natural que não sejam compreendidos pela oposição.

Na verdade, a oposição concebe o poder político sempre ligado ao poder económico e é incapaz de exercer o poder político sem ter nas suas mãos a totalidade do poder económico. Pelo contrário, o Governo da AD aposta na sociedade e desenvolve com este Orçamento e com este Plano o desiderado expresso no Programa do Governo da libertação da sociedade civil.

Esta opção tem os seus riscos e eu não me eximirei de apontar alguns deles. Assim, o primeiro consiste em que a dinâmica própria do sector público nacionalizado, das empresas públicas, implica que ele possa entrar em campos que claramente deverão ser exercidos pela actividade privada.

O segundo risco, não menos perigoso, consiste no próprio oportunismo da actividade privada, no entendimento demasiado lato, monopolista, que a actividade privada pode tentar obter através deste Plano.

Por outro lado, a política bancária poderá também inviabilizar também as grandes opções do governo da AD. Com efeito, se a política bancária continuar a ser a política do capitalismo bancário do antes e do depois do 25 de Abril, este Orçamento e este Plano serão inviabilizados.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Conseguirá o governo da Aliança Democrática realizar as suas opções? Conseguirá ele, libertando a sociedade civil, proporcionar a justiça social, prevenir a distribuição pessoal e local da riqueza em termos de justiça e evitar a tentação monopolista? Esse é o grande desafio e a grande responsabilidade deste governo.

Pela nossa parte estamos certos de que o conseguirá.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Para fazer a leitura de um relatório da Comissão de Regimento e Mandatos, tem a palavra o Sr. Deputado Alexandre Reigoto.

O Sr. Alexandre Reigoto (CDS): — É do seguinte teor o relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos:

Em reunião realizada no dia 23 de Março de 1981, pelas 9 horas e 30 minutos, foi apreciada a seguinte substituição de deputados, solicitada pelo Partido da União de Esquerda para a Democracia Socialista:

Maria Teresa Dória Santa Clara Gomes (círculo eleitoral de Aveiro) por António Ferreira Guedes. Esta substituição é pedida por um período não superior a quinze dias.

Analisados os documentos pertinentes de que a Comissão dispunha, verificou-se que o substituto indicado é realmente o candidato não eleito que deve ser chamado ao exercício de funções, considerando a ordem de precedência da respetiva lista eleitoral apresentada a sufrágio pelo aludido partido no concernente círculo eleitoral.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

A substituição em causa é de admitir, uma vez que se encontram justificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por maioria com a abstenção do deputado da União Democrática Popular.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai proceder-se à votação do relatório e parecer que acaba de ser lido.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade, não estando presente o deputado da UDP.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, por lapso não foram anunciados no final da última sessão os diplomas que durante a sessão deram entrada na Mesa.

Sendo assim, passo a anunciar-lhos: projecto de lei n.º 170/II, sobre a responsabilidade dos empreiteiros na construção de andares em propriedade horizontal, apresentado por deputados da ASDI; projecto de lei n.º 171/II, sobre o controle público da riqueza dos titulares de cargos políticos, apresentado pelo Deputado da ASDI, Sousa Franco; projecto de lei n.º 172/II, relativo à lei da Radiodifusão, apresentado por deputados do PS; proposta de lei n.º 25/II, relativa ao suporte nacional dos custos de insularidade, da iniciativa da Assembleia Regional dos Açores; proposta de lei n.º 26/II, que autoriza o Governo a celebrar com o Banco Europeu de Investimentos empréstimos e outras operações de créditos até ao montante de 150 milhões de unidades de conta europeias, da iniciativa do Sr. Primeiro-Ministro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lopes Cardoso.

O Sr. Lopes Cardoso (UEDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou fazer um protesto em relação à intervenção do Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. Deputado Borges de Carvalho entendeu afirmar que a oposição tinha intervindo neste debate sob pressão e sob coacção. Nós já conhecímos aqueles que tinham assinado a Constituição coagidos; ora, parece que se quer agora introduzir uma nova figura, ou seja, a dos deputados que falam sob coacção. Mas essa figura não assenta nos deputados da oposição.

Talvez a maioria gostasse depois de nos ter ditado o «quanto» das nossas intervenções, ditar-nos agora também o «como» dessas intervenções. Simplesmente, o «como» escolhêmo-lo nós, não nos submetemos a pressões, pois que os deputados da oposição ainda não estão nem estarão, Sr. Deputado, presentes nesta Assembleia como os deputados das Cortes — tão caras ao seu pensamento — e a que Eça de Queirós se referia como estando numa posição aparentemente de sentados e que por dentro estavam de cócoras.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Muito bem!

O Orador: — Quem decide das nossas intervenções somos nós. E, Sr. Deputado Borges de Carvalho, fique tranquilo que assim continuará a ser.

Aplausos da UEDS, do PS da ASDI e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para contraprotestar, tem a palavra o Sr. Deputado Borges de Carvalho.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Sr. Deputado Lopes Cardoso, parece-me que V. Ex.º está a fazer uma tempestade num copo de água.

Com efeito, eu falei em «pressão» e não em «coacção». Portanto, retiro do seu protesto, por minha alta recriação, a palavra «coacção».

Penso, contudo, que quando é o Sr. Presidente a ter de pedir aos grupos parlamentares que usem da palavra não se tratará talvez de pressão ou, pelo menos, que esta palavra seja demasiado impressionante. No entanto, é um facto que assim acaba de ser.

Quanto ao conteúdo das suas palavras, como é evidente, o Sr. Deputado diz o que quer e muito bem. Mas não se pode é depreender das minhas palavras que estejamos a coagir o Sr. Deputado.

Por outro lado e no aspecto de tempo concordo que aí fazemos parte do mesmo clube. Portanto, se o seu grupo parlamentar tem pouco tempo, nós não temos mais.

Parece-me assim que o Sr. Deputado fez uma tempestade num copo de água. É que a minha intenção era no sentido de lamentar — e espero que o Sr. Deputado me dê o direito de ter a minha opinião — que não tenha havido da parte da oposição aquilo que se esperaria, ou seja, a tomada de iniciativa. Ora, esta iniciativa pertenceu ao Sr. Presidente e não à oposição.

Parece-me que isto é inquestionável.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Veiga de Oliveira, tem a palavra o Sr. Deputado José Alberto Xerez.

O Sr. José Alberto Xerez (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou formular dois pedidos de esclarecimento relativos à intervenção do Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Deputado Veiga de Oliveira diz que o Plano é pouco claro, que é confuso, que é abstracto e que, enfim, é uma trapalhada. Por outro lado, o Sr. Deputado sente-se extremamente incomodado pelo modelo proposto, que diz ser de uma clareza sibilina quanto ao modelo de opção europeia e quanto ao modelo que se propõe, assente na iniciativa privada. Em resumo, o Sr. Deputado Veiga de Oliveira salienta, por um lado, o total confusionismo do Plano, mas, por outro, sente-se particularmente incomodado em relação à sua clareza.

Ora eu pergunto: o Plano é confusionista, tal como disse, ou é demasiado claro e propõe opções demasiado claras e firmes para o bem de Portugal? Esta é a primeira questão.

O segundo ponto é o seguinte: achei extremamente curioso, para uma pessoa que perfila uma ideologia como a que o Sr. Deputado perfila, que critica sistematicamente as sociedades de consumo, o desvelo com que trata o consumo. Por várias vezes, ao longo da sua intervenção, o Sr. Deputado se referiu à eventual diminuição, ainda que moderada, do consumo privado. Ora, parece-me que isto é uma inteira contradição em relação à teoria e ao modelo filosófico partilhado por V. Ex.^a, que, como sabe, é um modelo de ataque sistemático às sociedades de consumo.

Além do mais — e não vou desenvolver este assunto —, o Sr. Deputado Veiga de Oliveira sabe perfeitamente que a estrutura da despesa nacional é profundamente desequilibrada. Uma das variáveis que está perfeitamente desequilibrada é o consumo privado, e o Sr. Deputado sabe muito bem que o desequilíbrio do consumo privado tem como contrapartida o fraco nível na formação da poupança interna. Portanto,

quando V. Ex.^a propõe a política de «fio de navalha» em termos de consumo privado está simplesmente a propor a destruição da poupança deste país, a destruição do investimento e do produto.

O Sr. Presidente: — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Costuma dizer-se que de algumas portas o pobre pode ir sem esmola, mas não vai sem resposta. Portanto, o Sr. Deputado não irá sem resposta.

Antes de mais, o que ao Sr. Deputado lhe parece contradição fica-se a dever a si. Na verdade, eu disse e repito que este governo tem um projecto claro, clarinho mesmo sendo até às vezes ultraclaro. Simplesmente, um projecto não é um plano.

O Plano é um instrumento de orientação da vida económica e social do País e é exigido pela Constituição em certos termos. Aliás, é até um instrumento com tradições boas e tradições más, pois também há tradições boas que vêm do passado.

Ora, aquilo que o Sr. Deputado estranha não é de estranhar. Com efeito, o Plano que o Governo apresentou é o que eu disse, ou seja, é fúgido. Por exemplo, quanto aos documentos preparatórios e informação sectorial é, tal como eu disse, um deserto. O Sr. Deputado pode verificar que assim é. Se V. Ex.^a quiser, é um deserto ou então um discurso oco ...

Mas o projecto deste governo já é clarinho. Ele até nos fez o favor de ser desta vez mais claro — não para bem, mas para mal dos Portugueses — do que habitualmente.

Quanto à segunda pergunta, o Sr. Deputado tem razão em tudo menos numa coisa: é que quando o Sr. Deputado fala em consumo pensa em certas pessoas e eu penso noutras. Com efeito, eu penso naqueles que consomem abaixo do que deviam consumir e que o Sr. Deputado sabe que existem.

São precisamente estes consumos dos mais desprotegidos — como é uso dizer-se — que estão em causa. O Sr. Deputado sabe que há grandes consumos, que são inteiramente de dissipaçao, que não interessam a ninguém, seja àquele que consome ou a outros, e que poderiam converter-se em poupança, com vista a produzir mais no futuro.

Portanto, não é isso o que está em causa. Nem sequer está em causa que se ponha a questão de não consumir este ano alguma coisa com vista a que possa ser consumido melhor e mais no próximo ano. O que está em causa é saber a quem se pede, quem pede e com que objectivo o faz.

Ora, o que este governo nos propõe não é isso, ou seja, não é melhorar o futuro, mas sim reforçar no futuro a exploração e a agressão por aqueles que tudo tiveram no passado e que querem voltar a ter tudo no futuro, isto é, não apenas o domínio económico do País, mas também e de novo o domínio político.

Esta é, pois, a resposta que o pobre leva, embora não leve esmola.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, estamos de novo sem inscrições.

O PS quer intervir neste momento?

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel da Costa.

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Para que a produção nacional cresça 4,8% no ano de 1981 obriga-se a que o consumo não ultrapasse os 3,5% e que se dê cumprimento ao que a páginas tantas do texto das grandes opções do Plano quando diz que «o sector agrícola possa atingir em 1984 vaiores reais de produção 18% superiores aos actuais, o que, sendo possível dados os baixos níveis de algumas produções, estará, todavia, dependente de condições climatéricas».

«...falta incluir a velinha e as preces ao santinho da sua predilecção.»

É que para um governo que pela voz do seu Ministro da Agricultura e Pescas, aquando da discussão, nesta Assembleia da República, do seu programa de governo, aqui trouxe a afirmação, de dever-se à política favorável do MAP o excelente ano agrícola do ano transacto era bem de temer a ira e revolta dos «deuses» perante quem assim blasfemou e se quedou por ser temente apenas às forças das oposições sem ter em linha de conta as forças da natureza. Como diz o povo anónimo «cá se fazem cá se pagam».

E se as geadas e a seca deste ano são factores incontroláveis que todos nós temos de encarar e enfrentar com grande determinação e total solidariedade, não é menos certo que é ao Governo, em primeira instância, que compete assumir as responsabilidades criadas pela situação e daí não bastar a exaustiva inumeração de um rol de medidas, qual receita constante de compêndio, sem que para o efeito assuma a sua execução.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Pois, o ano agrícola de 1981 vai ser mau. As condições climatéricas foram adversas. Não choveu quando devia. E quando assim acontece num país como o nosso, onde a actividade agrícola se encontra quase em exclusivo à mercê das forças da natureza, não podem esperar-se milagres, mesmo que agora desatasse para aí a chover até mais não.

Este é já um dado adquirido que não será atenuado com atitude de carpideira chorona. Por isso, mal entendemos que nem o Plano Anual nem o Orçamento Geral do Estado contemplem tal situação. Sim, ninguém vai fazer crédito de um plano para o ano de 1981 que não qualificou nem quantifica as acções, e que apenas se limita nos objectivos às realizações decorrentes da quota-partes que lhe cabe quanto às grandes opções do plano a médio prazo, quando se sabe estar em presença de ano de exceção, marcado por situações, algumas já bem caracterizadas, que não se vão compadecer com tratamento apenas na base dos grandes objectivos que no próprio Plano apenas aparecem referenciados também e apenas em termos de caracterização.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Depois e ainda o descaramento de tecer preces pela «profunda crise com que o sector

se debate», para logo de seguida desancar sobre o mesmo acusando-o de ser responsável pelo agravamento da taxa de inflação, pelo desequilíbrio de balança comercial e pelo entrave do processo de crescimento económico global, como reza, a página 183, o texto sobre as grandes opções.

Há dias o Sr. Deputado do CDS Mário Gaioso insurgia-se aqui pelo facto de os trabalhos, nesta Assembleia, não decorrerem com a dignificação que são devidos a este órgão principal de soberania. Também nós nos sentimos incomodados com tal. Mas, pergunto: como é possível levar-se a sério, em termos de trato democrático, quem um dia diz que a inflação foi contida em determinados valores porque o ano agrícola foi excelente, bastando para o efeito conter os preços na produção, para no ano seguinte acusar essa mesma agricultura do agravamento da taxa de inflação? É que ter a maioria não significa ter sempre razão. Pode é ter sempre a mesma teimosia, e quando assim acontece o melhor é que manifestemos atitude de desprezo pelo debate. O último exemplo de complexo AD ocorreu aquando de recomendação feita pelo Sr. Ministro à sua maioria na Comissão de Agricultura para que esta votasse grande parte das propostas apresentadas pelas oposições a determinada ratificação. Pois sim! Ao que nos consta o Sr. Ministro acabou por apanhar um raspanete...

Risos do PS.

...dessa sua maioria e as propostas das oposições tiveram o mesmo destino de quase todas as outras: zero.

Sr. Ministro da Agricultura, o senhor tem à sua frente um ano, o de 1981, que até pelos motivos atrás expostos não pode ser entendido como um quarto do Plano a médio prazo, como em tudo o resto o Governo diz entender o Plano Anual. Por isso nele o englobou.

Não Sr. Ministro! O que afi está perspectivado é um ano agrícola já determinado para um sector, de há muito também já caracterizado e que se sabe ser fraco em termos de resposta aos estímulos mesmo quando estes lhe são oferecidos. Sendo assim, pensa o Sr. Ministro que basta enumerar os objectivos da política agrícola, que o MAP nunca definiu mas que o Plano diz ser «a produção agrícola, pecuária, silvícola e industriais agro-alimentares, circuitos e infra-estruturas da distribuição» (p. 184) e que se objectivam em aumentar a produção, reduzir o grau de dependência externa, promover as adaptações do sector e adequar a estrutura económica também do sector, para com os tais 11 270 milhões de escudos do OGE (pesca incluída) obter resposta satisfatória? É que, Sr. Ministro, nem sequer discutimos o muito ou pouco da dotação para o sector, ainda que nos pareçam sempre ridículos todos os aumentos quando os mesmos nem sequer equiparam a taxa de inflação, e este foi apenas de 15,3%. O que o meu partido quer aqui lembrar é o grau de responsabilização que assiste ao Sr. Ministro quanto à funcionalidade de um Ministério como o MAP que, dado o seu tamanho, até requer uma dotação superior à do sector, e que é de 12 288 milhões de escudos. Convença-se, Sr. Ministro, que o MAP está cada vez mais parado e a culpa não é dos funcionários, é sim e cada vez mais da confusão que este governo faz entre libertação da sociedade civil,

que é o que proclama, e o libertar-se dessa sociedade civil, que é o que pratica.

É que, a pretexto de reestruturação, ao que se tem assistido é ao alargamento dos quadros sem reflexos na sua capacidade de intervenção e de descentralização, daí que até à tradicional burocratização do MAP vá apenas o tempo suficiente à desarticulação dos serviços. Chefes é que é uma farturinha...

Risos do PS.

... só que a maior parte deles sabem da orientação do Ministério quando vêm e ouvem o Ministro na televisão, só que depois ainda têm que ficar a aguardar no Gabinete a «chegada de instruções».

Quando não se tem confiança na capacidade realizadora, opta-se pela retórica, porque sempre é mais cómodo. Elaboram-se os programas, traçam-se as diretrizes, apontam-se os objectivos, assana-se com a cenoura dos meios e depois culpa-se o sector por não ter capacidade de resposta.

É que, Sr. Ministro, quando se olha para o sector não se pode só querer ver nele o solo e o trabalho, mesmo que deste se pense apenas retirar «ganhos de produtividade». Neste existe o homem, e são mais de 30 % da população activa portuguesa que moureja na terra de sol a sol, quando não pela noite dentro, em busca do sustento e do dos seus. E o homem camponês que temos é este, analfabeto e idoso em mais de 45 % dos casos, não é outro. Desconfiado, resistente às inovações, individualista mas trabalhador como nenhum outro. É preciso e urgente que um serviço de extensão rural o contacte em permanência. Vão ver a resposta. Vai ser positiva e espectacular!

Como este governo é que não sei. Ele não deve ser de cá. Talvez das «arábias»...

Risos do PS.

... Apresentou na altura própria um programa para o sector, que o não era, foi uma peça literária inocua retirada de qualquer compêndio da matéria que o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas aqui trouxe.

Hoje o Governo trás um plano que é uma vergonha, orgulha-se de ser o primeiro a fazê-lo após 25 de Abril, vergonha maior para todos nós.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — O Ministro Salazarento Correia de Oliveira rebolava-se de gozo se os técnicos da Presidência do Conselho lhe apresentassem coisa assim.

Risos do PS.

Depois e ainda que o Plano seja apenas indicativo para a actividade privada, quer criar aquilo que já está criado em diploma e que são os conselhos e subconselhos regionais de agricultura, mas que os governos AD nunca puseram a funcionar, e onde têm assento os representantes dos agricultores. Em contrapartida o Plano diz, a página 187, «torna-se impensável encontrar o promover formas de participação institucionalizada, as quais permitam congregar a disponibilidade organizada dos agricultores portugueses» (não, havia de ser dos marroquinos!)

Risos.

Quanto às prioridades, aponta-se o aumento dos aprovisionamentos, refere as produções: de cereais secundários, de oleaginosas, de forragens, de carne e de leite, tudo na base do aproveitamento dos recursos naturais. É bonito de dizer, mas nós perguntamos: onde estão os programas de fomento e os estímulos? Estarão nos mais de 22 milhões de contos que só no ano transacto o Governo gastou em subsídio às rações? Pois é, é que a agricultura com terra caleja as mãos e essa continua reservada apenas para os portugueses de segunda.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O Governo, quando lhe convém e para não enjeitar a responsabilidade global da adaptação do sector agrícola à política agrícola comum, vem com a história dos preços e dos mercados de acordo com a CEE, «esquecendo» que essa é a fase última a atingir por um sector que estruturalmente está todo errado. E porque é na estruturação que há que investir e muito, perguntamos: onde estão as acções de reforma, voluntária para os agricultores idosos, onde estão os bancos de terra e onde estão os programas para jovens agricultores e as escolas de formação de empregados agrícolas?

Agora, onde o cúmulo do descaramento atinge o máximo de cinismo é quando a página 188 o Plano diz: «[...] estabilização económica e social na zona de intervenção da Reforma Agrária, por forma a relançar a produção e impulsionar o investimento.» Ou as palavras já deixaram de ter significado e sentido ou então é mesmo provação.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — «Estabilização económica e social» depois de deseçadeada uma ofensiva que, além de ilegal, é desumana e mesmo pecaminosa, visando destruir tudo quanto cheira a cooperativa de produção ou a outra qualquer formação económica gerida por colectivo de trabalhadores, lançando no abandono e no subaproveitamento as terras e no desemprego as pessoas, é uma afronta que todo e qualquer cidadão, desde que esclarecido e embuído de sentimentos humanitários, terá de repudiar.

Mas este plano não deve ser para este governo. Senão vejamos, a página 189, refere a necessidade de «implementar as redes de infra-estruturas física (armazenagem, conservação, abate por forma a racionalizar os circuitos de distribuição [...]», por sua vez o Governo anuncia o desmantelamento da EPAC e distribuição do partimónio pelas firmas daí herdeiras, autoriza o IGEF a vender a fábrica de oleaginosas e rações de Évora ao monopólio privado e já consta que os matadouros do Cachão também é para trocar por patacos.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Sector há, nas grandes opções — o cooperativismo — que nos merece alguma consideração, que mais não seja pela dignidade que lhe ofereceram, ao dedicarem-lhe três páginas de prosa escorreita, o que não será o mesmo que dizer que as medidas apontadas estão correctas, até porque mesmo, quando estão, entram em confronto declarado com o que tem sido e está a ser a prática deste Governo.

Veja-se a preocupação, que entendemos correcta, da «planificação nacional do escoamento dos bens produzidos» (p. 168) e por sua vez assistir-se à ofensiva de desmantelamento do património da organização corporativa e dos organismos de coordenação económica em favor do privado em vez de se darem os primeiros passos para a constituição de régios-cooperativas, com cedência do património à gestão do movimento cooperativo.

A página 169, diz-se pretender valorizar e fomentar o cooperativismo de produção agrícola, e a prática dos governos AD tem demonstrado, como deixei bem expresso nas referências à zona de intervenção da Reforma Agrária, o ódio mais visceral contra tudo o que sejam experiências novas na cooperação produtiva.

Por sua vez diz-se que «será apoiado e impulsinado o desenvolvimento do cooperativismo no âmbito das actividades comerciais», mas na prática quando se deparam condições objectivas para o fazer, respeitando os preceitos constitucionais que no n.º 2 do seu artigo 83.º, diz expressamente que «as pequenas e médias empresas indirectamente nacionalizadas fora dos sectores básicos da economia poderão, a título excepcional, ser integrados no sector privado, desde que os trabalhadores não optem pelo regime de autogestão ou de cooperativa», opta-se pela negociação, como parece estar a acontecer com a filial de Lisboa da Sociedade dos Vinhos Borges & Irmão, cuja administração, sem sequer ouvir os trabalhadores, se prepara para a traspasar, para o sector privado. Não seria aqui, Sr. Primeiro-Ministro — que não está presente —, uma boa oportunidade para dizer às oposições que vai inquirir do que se passa?

Não basta dizer-se cooperativista ou mesmo cantar-lhe loas todos os dias. É preciso praticá-lo de acordo com os princípios internacionalistas, mas sem deixar de ter em atenção o fim que ele visa — a vida libertada das agressividades do capital.

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

Entretanto reassumiu a presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso para pedir esclarecimentos.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Sr. Deputado Manuel da Costa, parece-me que desconhece totalmente qual foi a actuação do VI e do VII Governos Constitucionais e também de todos os anteriores porque deu a entender que estes governos nada tinham feito ou tudo tinham feito mal e que os governos anteriores tudo tinham feito bem. Parece-me que há um pouco de confusão da sua parte e conviria que o Sr. Deputado Manuel da Costa se debruçasse mais sobre a actuação de todos os governos desde o I até ao VII.

Mas não era esse o comentário principal que eu queria fazer. Da sua intervenção, que com certeza merecia muito mais comentários mas que o tempo não permite fazer, penso poder deduzir que o Sr. Deputado estava a favor dos organismos corporativos de coordenação económica que ouvi tantas vezes o Sr. Deputado Manuel da Costa e outros depu-

tados da sua bancada criticar, dizendo que tinham de ser extintos.

Pareceu-me igualmente poder deduzir que o Sr. Deputado é a favor de um grande aumento do preço das rações, uma vez que diz que este governo e o anterior protegeram muito o preço das rações. Será que as minhas deduções são correctas ou fui eu que percebi mal?

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Manuel da Costa, deseja responder imediatamente às questões formuladas pelos Sr. Deputado Carvalho Cardoso, ou no final de todos os pedidos de esclarecimento?

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Se houver mais pedidos de esclarecimento, prefiro responder no fim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Perfeitamente, Sr. Deputado. Igualmente para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Lopes.

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É evidente que a intervenção do Sr. Deputado Manuel da Costa foge à tónica que deveria ter um debate do Orçamento Geral do Estado.

O Sr. Deputado Manuel da Costa fez uma crítica às grandes opções do Plano e não se debruçou sobre o Orçamento Geral do Estado. Disse que o orçamento do Ministério da Agricultura e Pescas está reduzido e que é evidente que não pode executar as acções programadas no Plano.

V. Ex.ª talvez não tivesse lido a página 30 do Orçamento Geral do Estado, onde se trata do investimento na agricultura, pelo que lhe quero recordar que quanto à distribuição de despesas por sectores as dotações mais elevadas respeitam a investimentos com a educação, transportes e comunicações e precisamente também à agricultura, num montante de 61 milhões de contos.

Na sua intervenção, quanto ao facto de o Governo enunciar a paz social que deve e tem de existir na zona de intervenção da Reforma Agrária, V. Ex.ª critica a actuação do VI Governo Constitucional nesse sentido. Quero perguntar se V. Ex.ª não votou como deputado em 1977 a Lei n.º 77/77. Se não a votou, então aceitou as suas palavras; mas se a votou, deixou de ser coerente com a posição que assumiu nessa altura.

Além do mais, o VI Governo e agora o actual governo não fizeram nem estão a fazer mais do que o cumprimento dessa lei que veio emanada do Partido Socialista.

Quanto ao problema das rações: disse V. Ex.ª que no ano passado o Governo subsidiou as fábricas em 22 milhões e meio de contos. Pergunto-lhe agora quem é que desenvolveu a pecuária sem terra: se foi o VI Governo Constitucional, se foi até o VII Governo Constitucional, com o pouco tempo que tem de duração, ou se foram os governos do tempo do Partido Socialista que provocaram esse desenvolvimento.

E certamente que não poderia o VI Governo, nem o VII Governo o deverá fazer, atirar para a falência essas pecuárias sem terra que esses governos preconizaram e fomentaram.

No que diz respeito ao associativismo, o Sr. Deputado Manuel da Costa sabe perfeitamente — e isto não é hipocrisia do Governo mas sim a realidade da fomentação do associativismo — que só o VI Governo Constitucional teve a coragem de criar o Código Cooperativo, o que o Partido Socialista, enquanto foi Governo, não teve a coragem de fazer.

No que diz respeito à descentralização técnica, também tenho de lhe dizer que o seu fomento partiu dos governos socialistas, e se não se puseram na altura os técnicos a funcionar é porque não é certamente num ano que se põe a funcionar com eficiência uma equipa técnica descentralizada. É preciso primeiro criar condições para que ela possa funcionar e V. Ex.^a sabe muito bem qual a qualidade dos técnicos que foram admitidos no Ministério da Agricultura e Pescas ultimamente.

O Sr. Deputado Manuel da Costa omitiu, não sei se propositadamente, o Plano Florestal. V. Ex.^a esqueceu-se da relevância que têm para o produto agrícola bruto a produção e a indústria florestal. Certamente não quis entrar nesse campo ...

Pergunho-lhe, em último lugar, se V. Ex.^a é da opinião que Portugal deve entrar para a CEE ou se deve continuar a caminhar no sentido de uma agricultura de subsistência, em suma, uma agricultura sem futuro e com que todos nós podemos morrer de fome.

Queremos o equilíbrio da balança comercial e por isso fomentamos a agricultura, mas é evidente que não podemos continuar a produzir trigo a 700 kg por hectare. E V. Ex.^a sabe disso perfeitamente, pois como técnico que é deve pelo menos ter esse conhecimento. Era isso que lhe queria dizer, Sr. Deputado Manuel da Costa, além de lamentar muito a sua intervenção.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel da Costa, para responder, se assim o entender.

O Sr. Manuel da Costa (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Contrariamente ao que tinha prometido a mim próprio e decorrente da intervenção que o Sr. Deputado Mário Gaioso aqui fez nesta Assembleia, não tencionava dar qualquer tipo de esclarecimentos aos deputados da maioria porque essa parece-me ser uma forma de viciar este debate. O Governo trouxe aqui o seu plano e o seu OGE e portanto é com esse governo que nós, partido da oposição, nos confrontamos. Penso que o Governo não tem necessidade de muletas ...

Uma voz do PSD: — O que é que nós estamos cá a fazer?

O Orador: — Os Srs. Deputados estão cá para executarem a missão que lhes está incumbida de legislarem e de fiscalizarem a acção do Governo, mas se se entendem como escudo invisível do Governo nós não lhes reconhecemos essa condição e portanto estamos no direito de apenas nos querermos confrontar com o Governo. É um direito que nos assiste.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Aliás, nem esse direito lhe assiste!

O Orador: — Não sei se o Sr. Deputado Amândio de Azevedo leu o livro *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado, ou se teve oportunidade de assistir na televisão à telenovela *Gabriela* ...

Risos.

Aí de facto os senhores todo-poderosos tinham os homens-de-mão a que o Jorge Amado chamava «jagunços». Em Portugal, Ramada Curto dar-lhes-ia com certeza outra designação...

Eu não quero entrar em conflito com os Srs. Deputados mas, no meu entendimento, à oposição não assiste o direito de se envolver em conflitos verbais com os deputados da maioria. E é o Governo que dirá da sua justiça em relação às interpelações que nós aqui fazemos.

No entanto, a alta consideração que tenho pelos Srs. Deputados Carvalho Cardoso e Mário Lopes obriga-me a dar alguns breves esclarecimentos só para que possam assim mehor compreender o objectivo da minha intervenção.

Ao Sr. Deputado Mário Lopes queria dizer que a minha intervenção visou mais a discussão do Plano porque estava estabelecido que hoje aqui se discutisse essa proposta do Governo e não o OGE.

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Carvalho Cardoso, esclarecia que não estou aqui a fazer críticas nem elogios aos VI e VII Governos nem aos governos anteriores. Disse apenas que havia aqui uma grande distorção entre os objectivos que o Plano se propõe realizar e a prática que este governo tem feito. E isso foi única e exclusivamente aquilo que eu disse.

Em relação aos organismos de coordenação económica, o Sr. Deputado sabe perfeitamente qual é a nossa posição: nós somos pela integração dos organismos de coordenação económica no movimento cooperativo. E o Sr. Deputado sabe perfeitamente que é essa a nossa posição.

O que nós não aceitamos, e por isso temos levantado esta questão, é que se pretenda desmantelar os organismos de coordenação económica, integrando-os no sector privado.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — O sector cooperativo também é privado!

O Orador: — O Sr. Deputado pergunta-me se sou a favor do aumento do preço das rações. Eu não sou nem a favor nem a desfavor. O que disse na minha intervenção é que até estava de acordo, em relação ao Plano, quando se refere a prioridade de culturas alternativas sobre as rações, como sejam as forragens e a produção de carne na base dessas mesmas forragens. Simplesmente o que disse também é que não conheço nenhum plano do Governo de fomento à criação de culturas alternativas. Há uma vontade expressa mas não há efectivamente instrumentos, pelo menos que se conheça, disponíveis para a sua realização.

E voltando ao Sr. Deputado Mário Lopes, penso que o que aqui trouxe foi um contributo para a discussão. Quer dizer: o Sr. Deputado fez uma intervenção em que disse qual era a sua opinião em relação

a algumas destas matérias mas, de facto, não me fez propriamente perguntas.

Perguntou-me se eu era ou não a favor da Lei de Bases Gerais da Reforma Agrária. É evidente que sim, Sr. Deputado. Pois se ela foi aprovada com os votos do Partido Socialista é natural que nos mantenhamos solidários com essa mesma lei, embora, numa fase posterior, tenhamos verificado que era um instrumento perigoso nas mãos de um Ministério e de um governo que não tinha a vocação da Reforma Agrária. E nessa altura — acho que todos temos esse direito — reconhecemos que a lei não estava a corresponder aos nossos objectivos e propusemos então algumas alterações que não foram aceites e não fizemos qualquer tipo de guerrilha por isso.

Agora, uma coisa é estar de acordo com a lei e outra é estar em desacordo com a forma como essa lei está a ser aplicada e o nosso protesto tem sido todo ele dirigido nesse sentido. Temos disso provas mais do que evidentes e temos, alén disso, recomendado e apoiado o recurso para os tribunais pelo facto de a lei não estar a ser aplicada, quanto a nós, de forma correcta.

Aguardamos os resultados daí decorrentes e não vamos levantar qualquer tipo de espantalho em relação a essa situação. No entanto, assiste-nos o direito de sermos críticos em relação a ela.

E quero dizer-lhe ainda que quando essa lei foi aqui discutida foi também quantificada a forma de distribuição da terra na zona de intervenção da Reforma Agrária. E tendo em conta todos os excessos que daí pudessem decorrer, ficou mais ou menos determinado, não só pelos deputados do PS, mas também pelos deputados — da altura, claro — do PSD, que haveria um grande equilíbrio na proporção de terra a distribuir pelos três sectores: à volta dos 33 %, 34 % ou 32 % de terra para os pequenos agricultores, outra tanta para os trabalhadores rurais nas suas organizações cooperativas e outro tanto para os latifundiários que tinham sido expropriados e que tinham direito às reservas.

Ora, Sr. Deputado Mário Lopes, peço-lhe para ir à zona de intervenção medir a terra que foi distribuída, mesmo a palmo...

Risos.

... para ver se de facto essa proporção está a ser cumprida.

Quanto aos serviços do MAP e à sua ineficácia não é o tempo que vai contribuir para que eles se tornem mais expeditos e mais céleres na actuação junto dos agricultores, mas precisamente o contrário: deixaram-nos enquistar de tal maneira que cada vez estão mais parados e cada vez estabelecem menos contactos com os agricultores. Além disso, o Sr. Ministro reconheceu-o em todas as intervenções últimas ao dizer que, de facto, o Ministério não está a responder aos incentivos que lhe têm sido dados.

E desculpem os Srs. Deputados, mas tenho de terminar porque o tempo que dispomos é escasso.

Aplausos do PS.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — O Sr. Deputado Ângelo Correia pede a palavra em relação a esta intervenção? É que há outras inscrições e a Mesa necessita de saber para que efeito os Srs. Deputados pedem a palavra.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — É para formular um protesto, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Sr. Deputado Manuel da Costa teceu duas considerações que justificam da parte do PSD e julgo que da parte de qualquer democrata um protesto.

Em primeiro lugar, perante o posicionamento que, subentende-se na sua afirmação, o Partido Socialista toma neste debate ao dizer que não pretende dar esclarecimentos sobre a sua própria posição, já que isso é viciar o debate. Quererá isso dizer que o debate para o Partido Socialista não existe? Quererá isso dizer que a sua função aqui, de representação da parcela do povo português que o elegeu, não se manifesta? Será ou não uma traição ao eleitorado que o elegeu furtar-se a explicar a sua própria posição? Qual é o sentido da democracia representativa que o Partido Socialista eventualmente tenha já que não foi desautorizada a sua expressão de que se recusava a dar esclarecimentos? Qual o sentido da democracia representativa que V. Ex.^a, afinal, aqui representa?

Em segundo lugar, V. Ex.^a tratou alguns deputados, os deputados da Aliança Democrática, com referência a alguns adjetivos de algumas telenovelas. É evidente que a referência e o conteúdo são naturalmente adequados a quem as profere, mas o conteúdo que V. Ex.^a produziu não é um atentado aos deputados da Aliança Democrática mas sim, em última análise, um atentado ao funcionamento da Assembleia da República e ao povo português que nos elegeu.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Quando V. Ex.^a profere insultos dessa natureza que nós nunca fizemos nem faremos ao Partido Socialista perguntamos a nós próprios: o que é que entende o Partido Socialista de democracia? O que é que entende o Partido Socialista do povo português? Qual o sentido de representação que tem desse mesmo povo? É que isso é um insulto, é baixeza! Será que V. Ex.^a aqui é o porta-voz daqueles órgãos de comunicação social contra os quais noutras circunstâncias o seu partido protesta e que, conotados com a extrema-direita e a extrema-esquerda, ao fim e ao cabo, procuram denegrir o trabalho parlamentar e a própria instituição do Parlamento?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Será que V. Ex.^a é o porta-voz desses ecos, dessas vozes, desses factos? Será que a degenerescência democrática do Sr. Deputado Manuel da Costa vai a tal ponto que V. Ex.^a hoje em dia

é o arauto daqueles que não sabem o que é a democracia e o prestígio das instituições democráticas? Será que V. Ex.^a já degenerou e já saiu do quadro de referência onde se tinha inserido inicialmente?

Essas dúvidas e essa situação requerem um esclarecimento, Sr. Deputado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Basta, Sr. Deputado Ângelo Correia, basta ...

O Orador: — Não basta, Sr. Deputado Veiga de Oliveira. Ou antes: basta a partir do momento em que o Partido Socialista, por voz autorizada, venha diminuir o sentido e o alcance das palavras de um seu companheiro de bancada. Até esse momento, e se isso não for feito, nós pensaremos que a afirmação não é pessoal do Sr. Deputado Manuel da Costa mas, acima de tudo, aponta para todo o partido que ele representa.

Enquanto não for dado esse esclarecimento, o Partido Social-Democrata, esta Câmara e o povo português saberão em que medida o Partido Socialista tem em conta as instituições democráticas e o povo português.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Também para formular um protesto, tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Também eu não podia deixar de me referir à expressão que o Sr. Deputado Ângelo Correia não quis dizer, mas que eu repito e que foi a de «jagunços», que repudio veementemente.

É evidente que o Sr. Deputado Manuel da Costa disse ter uma alta consideração pelos deputados que intervieram e eu também tenho uma alta consideração por ele, mas não podia deixar de apresentar o meu protesto.

Queria acrescentar também que certamente nenhum deputado das bancadas da maioria aceita a insinuação de que não deveríamos intervir neste debate, mas apenas a oposição e o Governo. Nós estamos aqui por direito e temos também o pleno direito de intervir. Aliás, há uma contradição entre o que o Sr. Deputado Manuel da Costa disse e o que se passa, porque ele acusou até os deputados da maioria de na Comissão de Agricultura e Pescas não terem seguido fielmente certas sugestões que o Sr. Ministro da Agricultura e Pescas tinha apresentado, o que significa que já temos mostrado independência, mas, evidentemente, também apoio crítico ao Governo e temos o pleno direito de intervir nestes debates e de não nos cingirmos apenas a um debate entre a oposição e o Governo.

Era apenas isto que queria frisar, pois penso que o Sr. Deputado Ângelo Correia já disse o suficiente.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Muito bem!

O Sr. Carlos Lage (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Para que efeito pede a palavra, Sr. Deputado Carlos Lage?

O Sr. Carlos Lage (PS): — É para um contraprotesto, Sr. Presidente.

Vozes do CDS: — É melhor!

O Sr. Presidente: — Tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que o Sr. Deputado Manuel da Costa afirmou não deve ser entendido na letra, mas no espírito.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Ah! ...

O Orador: — E no espírito aquilo que ele disse é que se dava prioridade, no Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao debate com o Governo, como é natural. Dispondo nós, oposição, de um tempo limitado, como se sabe, pelo próprio calendário, será natural que administremos esse tempo de forma a privilegiar e a dar prioridade ao debate com o Governo, portanto a fazer perguntas e a criticar o Governo, a receber as suas contestações e a replicar a essas contestações. Digamos que envolvermo-nos em disputa com os partidos que apoiam o Governo será, de certa maneira, esbanjar o nosso tempo para o debate e o combate com o Governo que pretendemos seja feito de forma democrática. Foi isto que o Sr. Deputado Manuel da Costa pretendeu dizer e dá-me a impressão que a dramatização que o Sr. Deputado Ângelo Correia fez desta questão não lhe fica bem, embora possa querer ornamentar-se com mais alguns dotes de retórica e de histrionismo.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: A medida do nosso envolvimento nos problemas mundiais da guerra e da paz resulta basicamente da accidental relação entre a geografia e os planos estratégicos que outros definem. São dois factores sobre os quais não temos real possibilidade de intervir, o primeiro pela natureza das coisas, e o segundo, porque a dimensão do nosso poder não afecta muito seriamente o planeamento global dos estados-maiores debruçados sobre um teatro de operações que abrange hoje a terra inteira.

Tal como acontece a outras soberanias, temos de reconhecer o facto de que é por causa dos projectos militares de outras potências que surge fundamentalmente o problema da nossa escolha de atitude nacional e definição do esforço suportável. Para os grandes poderes em competição tudo isto pode ser um detalhe, que procuram afeiçoar dentro de uma estratégia implacável, mas para nós próprios projecta-se numa questão essencial. Traduz-se na previsão de termos obrigados a participar em guerras que outros decidirão quando, por que motivos e com que escalada serão conduzidas, porque de nossa iniciativa a paz não será perturbada.

Mas sabemos que o tempo dos explêndidos isolamentos desapareceu e que a decisão de permanecer neutral, de uma forma accidental ou definitiva, fica para além daquilo que os pequenos países podem deci-

dir. Já não é neutral quem quer, apenas o é quem pode, e esta capacidade está condicionada por factores externos que a soberania dos pequenos países não domina. O envolvimento nos conflitos pode ser tão súbito como um abalo sísmico. Nestas condições a prudência aconselha ter uma doutrina da defesa nacional, que existiu para uma definição territorial definitivamente desaparecida, o que significa que realmente nos falta em absoluto.

Do que se vai conhecendo, apenas as escolas militares, com destaque para o Instituto de Defesa Nacional, andam mergulhadas nesta pesquisa urgente, ao mesmo tempo que a Universidade se debruça um pouco mais sobre as relações internacionais, e que se multiplicam associações privadas que se dedicam ao estudo da conjuntura estratégica internacional. Este último fenómeno relembrava que a sociedade civil antecipa o Estado no pressentimento das questões fundamentais de comunidade, mas também parece repetir-se a experiência de que lhe escasseiam os meios materiais e humanos em que pode assentar-se esse esforço continuado e fértil. O Estado não tem vantagem em ignorar o dever de ajudar sem dominar, uma atitude que se espera que se torne característica de uma concepção política que se confessa orientada pelo desejo de libertar a sociedade civil.

Neste caso, com fundamento redobrado, porque tudo aquilo que se vai sabendo inclina no sentido de admitir que a defesa na conjuntura actual é um problema mais civil do que militar. Os objectivos são predominantemente domésticos, a questão é sobretudo de segurança interna no contexto estratégico mundial, o esforço a despender apenas se potencializa se estiver ligado imediatamente à terra, às gentes e às concepções de vida da comunidade. Para além disso, as questões são de articulação com as organizações militares de vocação mundial, e neste ponto a gestão da política internacional tem alguma coisa a dizer com precedência sobre quaisquer comprometimentos que ultrapassem as fronteiras.

Mas tudo isto exige finalmente uma opção governamental por uma doutrina de defesa que já não pode sair dos conselhos de guerra de um tempo que desapareceu, mas, sim, de uma articulação entre as organizações militares e civis que mobilizam as energias de uma comunidade condenada ao envolvimento total, se a emergência surgir.

Que o Estado se organize para dar resposta a estas inquietações da comunidade, que é quem paga os impostos do sangue e do dinheiro, parece de uma urgência que não precisa de demonstração. E todavia, os documentos em discussão sobre as grandes opções do plano a médio prazo, grandes opções do plano anual e projecto de lei do Orçamento para 1981 evidenciam a absurda situação institucional em que permanecemos no começo de uma das mais ameaçadoras décadas da história, porque a planificação da defesa está neles completamente ausente, em consequência da organização dos órgãos de soberania de que dispomos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Todos sabemos que o medo da guerra é uma variável presente na vida de todas as potências

ocidentais e que, se é pela dependência energética que nos explicam grande parte da crise económica e financeira, parece evitar-se reconhecer que é o medo que determina a fuga considerável de capitais europeus e a quebra sensível da criatividade da zona. Como reconheceu Brejnev no discurso de 23 de Fevereiro de 1981, «é a preparação para a guerra que condena os povos a uma delapidação insensata das suas riquezas materiais e espirituais».

Para enfrentar esta situação temos dois governos: um constituído pelos chefes de estado-maior, todos com competência ministerial que a Constituição não refere, mas que não têm a competência política para definir o inimigo eventual, os objectivos a curto, médio e longo prazo e a sua articulação com os recursos nacionais; outro governo, que se apresenta à Assembleia da República, mas que não tem jurisdição sobre as forças armadas, não tem instrumentos legais para planificar o sector, não tem sequer um departamento da defesa nacional que dê eficácia à existência de um Ministro da Defesa, que precisa de competência equivalente à dos seus homólogos ocidentais.

As necessidades militares são computadas por negociação entre estes dois governos, sem doutrina de defesa que possa ser estabelecida no que chamamos constitucionalmente programa de governo, e tudo para que a Câmara finalmente vote um orçamento sem plano no montante de milhões de contos. Acresce que os pactos em que estamos obrigados, com relevo especial para o Tratado do Atlântico Norte, não são exclusivamente militares, que a NATO não é a totalidade do Tratado e que o Governo não tem a autoridade necessária para articular o conjunto de direitos e obrigações que dele decorrem. Acontece que um dos temas fundamentais de todos os orçamentos, historicamente uma das causas mais importantes da intervenção das câmaras políticas, e hoje condicionante severa de qualquer planificação, é a dotação dos encargos da defesa em função das capacidades dos contribuintes. Pois a situação institucional é de ordem tal que não temos doutrina do Estado para a defesa que se conheça, nem quem legalmente a possa e deva estabelecer, nem quem decrete os objectivos a longo, curto e médio prazo, nem habilite as forças armadas a fixar autonomamente a partir disso, a sua organização, necessidades, e planeamento estratégico.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — É preciso é comprar armas!

O Orador: — O discurso político corrente inquieta-se com o sentido do comando supremo, discute a quem entregar a jurisdição operacional, debruça-se sobre a forma de designar o Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, mas tudo isto tem evidente relação com a interminável luta pelo equilíbrio de poderes políticos e nenhuma com os problemas de governo, isto é, doutrina de defesa, planificação a curto, médio e longo prazo, relação com a planificação económica, reflexos na capacidade tributária.

No começo de uma das mais graves décadas da história, temos uma Constituição, uma pluralidade de órgãos de soberania, uma sementeira de outros poderes menores e, verdadeiramente, não temos quem governe a defesa nacional em termos de a poder incluir no documento chamado Plano, palavra que

constitucionalmente é obrigatório escrever com letra maiúscula.

Que as forças armadas, sobretudo pelos seus institutos de investigação e pedagógicos, demonstrem uma tão permanente inquietação com o aprofundamento destes problemas dá-nos a convicção de que o País recupera as forças armadas de que necessita, mas estas ainda não foram amparadas com os instrumentos de governo que precisam e que assumam as responsabilidades políticas que a elas não cabem.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Está cheio de saudades!

O Orador: — Até agora apenas sabemos quanto custam as forças armadas, mas estas não sabem, porque nenhum órgão político parece competente para o dizer, quais são as suas missões a curto, médio e longo prazo. Nem as forças armadas, nem o País que servem merecem continuar nesta situação no gravíssimo ano de 1981. Com a revisão constitucional ou sem ela, com lei de defesa nacional ou sem ela, que ao menos se ponha em vigor a razoabilidade e que não se adie por mais tempo a definição de um verdadeiro Ministério da Defesa Nacional, de que nenhum país prescinde. Entretanto, votaremos e pagaremos o que nos pedem, porque a razoabilidade parece ter nesse ponto o seu começo.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — É preciso é dinheiro para comprar fiasgas!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho para pedir esclarecimentos.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Adriano Moreira: Ouvimos a sua peça oratória que nos pareceu muito bem articulada. Ficámos pura e simplesmente na dúvida se teria sido produzida na Assembleia portuguesa de 1981 num debate sobre as grandes opções do Plano!...

Começos de décadas importantes houve-os vários na nossa história: por exemplo, 1960 foi o início de uma década crucial, como 1980 o foi também. Os problemas são outros, a crucialidade será a mesma, mas, em todo o caso, não vale a pena ser catastrófico, mas, sim, construtivo.

Reconhecendo que V. Ex.^a, Sr. Deputado Adriano Moreira, tratou de alguns problemas importantes, queremos também dizer que não nos pareceu que tivesse a intenção de lhes dar resposta, resposta que fosse constitucionalmente passível de aceitação. E assim perguntaria o que preconiza o Sr. Deputado Adriano Moreira quando diz que temos dois governos e que vivemos uma situação que não nos permite planificar. Preconiza o Sr. Deputado Adriano Moreira que não se faça Plano, recomenda ao seu Governo que não produza o Plano e critica-o por o apresentar aqui? Ou preconiza antes que se suprima um dos Governos, qual deles, por que processos e meios? Qual a finalidade dessa intervenção, Sr. Deputado Adriano Moreira?

Quanto ao seu conteúdo, todos temos de reconhecer que há alguns pontos que, como denúncia

de situações, são verdadeiros. Quanto à causa da denúncia e ao modo de a suprir, já divergiremos com certeza.

Mas não poderemos concordar que se diga que não existe em Portugal ninguém no Governo que tenha alguma responsabilidade no campo da defesa nacional ou que se diga que, se tem tal responsabilidade, ela é encoberta ou de fachada. Queria perguntar aos Srs. Membros do Governo se têm um colega que se intitula Ministro da Defesa Nacional e se esse título é afinal tão fictício e a sua função é tão de somenos que, na realidade, VV. Ex.^a o admitem na Mesa do Conselho de Ministros sob disfarce, sob travesti. A resposta é vossa, Srs. Membros do Governo, cumpre-vos lavar a «testada» e, se não o fizereis, talvez a acusação que aqui foi produzida vos assente, não por razões de constitucionalidade ou de organização do poder de Estado, mas porque VV. Ex.^a assim o quiseram organizar. É nosso o problema.

Ainda quanto ao orçamento da defesa, aí a questão é outra: somos nós, Assembleia da República, que temos de nos ocupar da questão. Dentro de dias, amanhã talvez, suponho eu — já nada se sabe neste país —, o orçamento da defesa virá aqui a ser discutido com um parecer da Comissão de Defesa Nacional. Que vale esse parecer? Que vale a nossa discussão sobre o orçamento da defesa, Srs. Parlamentares e Srs. Membros do Governo?

É um orçamento sem plano, é um orçamento sem objectivos, é um orçamento sem missões. São cinquenta e tal milhões de contos gastos sem controle e sem que se saiba para quê? Fica aqui a pergunta e, visto que o Governo os inclui no seu orçamento, é também o Governo que tem de responder.

Sr. Deputado Adriano Moreira, não estou de acordo com a filosofia de base que enforma a sua intervenção. Devo, porém, entender que ela foi, em certos aspectos, contundente e terá talvez descoberto a realidade e a ficção que presidem a este Governo. Dirigi V. Ex.^a a sua oração, em primeiro lugar, ao Governo, criticando de uma maneira que me parece que este Governo não lhe responderá, em parte, porque sentirá que a sua inutilidade naqueles campos que apontou talvez seja real por culpa própria e, em parte, porque não lhe quererá responder em público por razões que são dele. Esperaremos a resposta do Governo, Sr. Deputado Adriano Moreira.

O Sr. Presidente: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Do totalitarismo geográfico que nos impunha a defesa das colónias contra tudo e contra todos caimos agora no totalitarismo geográfico que nos dispensa de defender a nossa pátria. Isto é, a geografia e os interesses das grandes potências, como o Sr. Deputado Adriano Moreira disse no início da sua intervenção, condicionam totalmente aquilo que os Portugueses podem e devem fazer. Nós não temos voz activa na matéria. E daí a minha admiração, pelo que lhe perguntaria como é que o Sr. Deputado concilia estas duas coisas com a crítica que faz ao Governo, porque é natural que o Governo não tenha uma política de defesa nacional na medida em que a sua defesa é aquela que os americanos impuseram.

Por outro lado, queria também perguntar-lhe para quê as investigações neste campo, quer no Instituto da Defesa Nacional quer nas tais associações civis que se debruçam sobre estes candentes problemas, quando afinal nada disso nos interessa, porque efectivamente o Sr. Deputado disse logo, no início da sua intervenção, que nada interessava devido ao totalitarismo geográfico e à força das grandes potências.

Mas queria dizer ao Sr. Deputado Adriano Moreira que o Sr. Deputado reflecte efectivamente aquilo que é a burguesia no nosso país e em todo o mundo. Ela, principalmente aqui, não tem quaisquer alternativas para mobilizar no sentido de poder defender a sua própria pátria, porque o povo não está disposto a ir morrer para os açouques da guerra para defender os privilégios da grande burguesia, dos americanos, etc. É por essa razão que a burguesia não tem alternativa para a defesa nacional. Só o nosso povo a tem quando se libertar das estruturas que lhe impõem este Governo e aqueles que o apoiam.

É nesse caminho que o nosso povo se encontra e, desde já, queria dizer ao Sr. Deputado Adriano Moreira que esse totalitarismo geográfico e histórico que alargou a todo o mundo e não só ao nosso país não é verdadeiro, porque há países pequenos que conseguem levar por diante uma política de independência nacional apoiada na força do povo, porque é o povo que está no poder, como, por exemplo, a Albânia.

Risos.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Livra!

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Adriano Moreira, faltam três minutos para o termo da hora regimental. Pensa V. Ex.^a poder responder às intervenções de que foi objecto neste período de tempo?

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Julgo que sim. Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então tenha a bondade, Sr. Deputado.

O Sr. Adriano Moreira (CDS): — Em primeiro lugar, queria dizer que apreciei muito a intervenção do Sr. Deputado João Cravinho e tenho a impressão de que a maior parte das perguntas às inquietações que sentei enunciar as encontra nas respostas que, em conjunto, assinámos no colóquio promovido pelo Instituto da Defesa Nacional.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não vale a pena, portanto, repeti-las. Tenho a certeza de que medita sobre elas profundamente e que retira conclusões que não hão-de ser diferentes das que eu tirei, lendo as conclusões que ambos adoptámos.

Por outro lado, é uma interpretação completamente abusiva entender que é este governo o responsável pelas omissões no Plano.

Aquilo que eu sublinhei, e creio que de maneira suficientemente clara, é que este governo não tem

competência legal e é obrigado a aceitar essa situação e vai ser responsável por um orçamento pelo qual prestará contas, não tendo jurisdição sobre uma parte importantíssima dele. Este é que é o facto verdadeiro que é necessário tomar em conta.

Vozes do CDS e do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quanto ao Sr. Deputado Mário Tomé quando o ouço falar na burguesia fico sempre bastante preocupado porque me dá a impressão frequente de que a única voz da burguesia que aqui se levanta é a sua.

Risos e aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

E queria acrescentar que não me admiro que não tenha entendido nada daquilo que eu disse, ...

Uma voz do PSD: — O que é que se esperava!?

O Orador: — ... porque para isso é necessário ter uma ciência militar de que vejo que não dispõe.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — E quero dizer-lhe finalmente que a única coisa aproveitável da sua intervenção é ter-nos mais uma vez lembrado que a Albânia é o modelo do seu projecto nacional.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. João Cravinho (PS): — Peço a palavra. Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Cravinho, o seu pedido de palavra é ainda relacionado com a intervenção do Sr. Deputado Adriano Moreira?

O Sr. João Cravinho (PS): — É sim, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Então, tem V. Ex.^a a palavra.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Adriano Moreira: As suas palavras, no que têm de deferência e de urbanidade, são também minhas.

No que diz respeito às conclusões a que ambos chegámos depois de algum debate, suponho que serão públicas e, portanto, podem ser estudadas e vistas e não interferem, de maneira nenhuma, com aquilo que eu disse nem, suponho, com muito daquilo que o Sr. Deputado disse.

Quanto à competência constitucional desta Câmara para aprovar ou não o orçamento das forças armadas, queria pedir o testemunho do presidente da Comissão de Defesa Nacional sobre se ele amanhã nos vem aqui trazer, como — perdão-se-me a virulência da expressão — um mandarete, um orçamento com a recomendação de aprovação, sem ter olhado para ele, sem lhe ter dado aprovação própria, sem ter a sensação e a consciência de que exerce sobre ele um poder de jurisdição que lhe confere a Constituição; ou se, pelo contrário, vem aqui falar amanhã do orçamento da defesa na plenitude dos seus poderes como deputado representante do povo, legitimamente eleito e legitimamente fundamentado para aceitar ou não

aceitar, para controlar como melhor entender, no fundo, para desempenhar o seu mandato.

O que se trata de saber, Srs. Deputados, é se nós, ao discutirmos o orçamento da defesa, estamos aqui a cumprir um recado ou se estamos a exercer soberanamente a nossa vontade; o que se trata de saber é se o Governo, quando incluiu o orçamento da defesa no próprio Orçamento que aqui apresentou, o fez por imposição, por coacção ou obedecendo a alguém ou se, pelo contrário, exerceu os seus poderes com legitimidade e com consciência.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, como não há mais pedidos de palavra e estamos aliás na hora regimental, declaro suspensa a sessão.

Retomaremos os nossos trabalhos às 15 horas, como previsto.

Eram 13 horas.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 15 horas e 20 minutos.

O Sr. Presidente: — Tem V. Ex.^a a palavra, Sr. Ministro da Agricultura e Pescas.

O Sr. Ministro da Agricultura e Pescas (Cardoso e Cunha): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se a planificação a médio prazo de actividades complexas como a agricultura e as pescas, traduzida em documentos sintéticos e englobada em condicionantes estruturais, apresenta naturais dificuldades técnicas e corre evidentes riscos de não ser exaustiva, a apresentação parlamentar dos princípios determinantes desse planeamento está obviamente forçada a concentrar-se no enfoque do enquadramento político dos objectivos a privilegiar, das linhas de acção a empreender, das orientações sectoriais a assumir.

Em primeiro lugar, quer evidenciar nesta apresentação que o programa orçamental sectorial da agricultura e das pescas se reclama de uma completa sintonia com os objectivos globais inseridos nas propostas de lei que o Governo sujeita ao Parlamento. E essa sintonia manifesta-se não só na participação activa e muito vincada no modelo social implícito nessas propostas, mas também na constatação pragmática e realista de que o elevado défice orçamental que caracteriza negativamente o estádio da nossa economia traz consigo condicionantes e constrangimentos às políticas sectoriais possíveis.

A Administração assume, assim, a difícil compatibilização entre objectivos desejáveis e meios disponíveis. Os objectivos são facilmente quantificados pela comparação da situação real, já claramente diagnosticada, com a potencialidade concreta dos nossos recursos naturais. Os meios não são, infelizmente, todos os que seriam necessários e úteis.

Ressalta deste facto a impossibilidade de analisar orçamentos e planos sectoriais, desinserindo-os do contexto global da economia. Mais do que isso, os sectores produtivos terão de ser orientados prioritariamente para o alívio daquelas situações construtivas da economia global, antes que possam assumir posições exigentes em recursos para o seu próprio desenvolvimento.

A gestão na carência é, assim, uma característica do Plano e do Orçamento que se apresentam. Mas esse facto não é por si só negativo nem deprimente; ele deve ser, ao contrário, estimulante e incentivador, fazendo apelo a soluções imaginativas e inovadoras, forçando os intervenientes à parcimónia, à eficácia, à produtividade.

Há no sector primário, e em particular na agricultura e nas pescas, muita coisa a fazer que não custa dinheiro e cuja influência nos resultados económicos pode ser extremamente marcante. Refiro-me, em particular, às inflexões conceptuais que têm que ver com o posicionamento do agricultor e do pescador no equilíbrio do seu sector produtivo. Evidencio assim, em perfeita conjugação com os princípios fundamentais do Plano, claramente expressos na intervenção do Ministro das Finanças na abertura deste debate, a necessidade imperiosa de valorizar os aspectos que mais aproximem a agricultura e as pescas dos modelos europeus e ocidentais; a urgência em envolver os agentes económicos na responsabilização pelas decisões sectoriais que os atinjam; o interesse no associativismo dos produtores em liberdade plena; a importância do exercício concreto daquela responsabilidade; o privilégio da iniciativa e da criatividade; a valorização do risco como factor do sucesso; a negação da passividade, do conformismo, da inerte espera de soluções paternalistas, porventura cómodas, talvez ingenuamente seguras, mas sempre mediocres e condicionantes.

É assim possível, não obstante limitações evidentes, considerar este Orçamento e estas opções do plano como indutores de desenvolvimento e modernização dos sectores produtivos que represento no Governo. Tão importante ou mais importante que a fria quantificação dos recursos financeiros é o enunciado do espírito que regerá a acção do Governo nesta matéria. Inseridas numa mudança, importa salientar a confiança no agente económico, como fulcro de toda a acção dinamizadora dos respectivos sectores, e a prudência com que serão acompanhados os projectos de investimento público, dentro da concepção de valorização de infra-estruturas, mas de negação do conceito do Estado como motor do desenvolvimento.

No decurso do período de vigência do plano a médio prazo, cujas opções agora se discutem, desenvolver-se-ão negociações de adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia. Almejada por alguns sectores da vida nacional como a panaceia para todos os males e vilipendiada por outros sectores como a maior desgraça que nos poderia acontecer — uns e outros afastando-se da realidade, as mais das vezes com insidiosas premeditações —, a integração europeia é, sem sombra de dúvida, o facto económico mais relevante da segunda metade do século XX. Se encararmos essa integração como de facto deve ser considerada, naturalmente como uma oportunidade a negociar da qual poderemos retirar vantagens estruturais de enorme importância, é evidente que as grandes opções do plano a médio prazo não poderiam deixar de reflectir tal realidade. E fazem-no de várias formas, das quais pretendo, neste momento, assinalar duas.

A primeira tem que ver com o tipo de acção estrutural imposta pela Comunidade ao seu sector produtivo primário, em particular à agricultura, única zona económica em que se logrou efectivar uma

política comum, embora com grandes custos e sujeita a críticas de vulto. Com efeito, o que fundamentalmente enformou essa política comum foi a criação de um complexo e vasto programa de protecção ao sistema produtivo primário da Comunidade, instituindo regras de solidariedade e de preferência interna que opuseram diques protectores à interferência dos mercados livres mundiais dos produtos agrícolas, fundamentalmente abastecidos por excedentes conjunturais e produtos em *dumping* de vários tipos.

Dir-se-á, e com razão, que esta ideia base orientou a política agrícola comum no sentido da constituição de excedentes e que o desenvolvimento dos sectores primários não foi uniforme em toda a Comunidade. São realidades a ter em conta e que não poderão deixar de informar a nossa estratégia negocial de adesão. Mas o que importa assinalar é o robustecimento da estrutura produtiva comunitária, que se transformou no primeiro produtor mundial de alimentos. Para um espaço político e geográfico como a Europa, sem petróleo em escala comparável aos grandes produtores e com os seus *stocks* de matérias-primas minerais esgotados por uma contínua extração de mais de um século, a capacidade de produção excedentária de alimentos, obtida com o reforço talvez artificial, da sua agricultura, constitui hoje um dado estratégico cuja importância começa só agora a ser avaliada.

A lição a tirar, para Portugal, desta situação comunitária deverá enformar, em termos que reputo fundamentais, o repúdio da ideia nacional generalizada — que afecta tanto a oposição e a maioria, os meios económicos e o sector administrativo, atingindo por vezes órgãos tão responsáveis como o Parlamento e até o próprio Governo — de que não é importante atribuir à actividade produtiva a posição privilegiada que lhe compete em qualquer país produtivo, prejudicando-a em favor de operações comerciais mais simples, de menor risco, que não envolvem investimento fixo, que pouco acrescentam ao produto nacional e que têm frequentemente as características de puras especulações momentâneas e transitórias. A actividade das pescas é, neste capítulo, um exemplo flagrante.

Importa ainda assinalar que o reforço da capacidade produtiva da Europa se deu precisamente pelas vias atrás assinaladas, da participação, da responsabilidade e do risco, que evidenciei na enumeração de princípios fundamentais do nosso esforço de desenvolvimento e modernização. O que é importante reter é a capacidade real de aumento sensível da produção agrícola e a redução do défice alimentar.

A segunda influência concreta que as negociações de adesão comunitária exerceram sobre os documentos das grandes opções e do Orçamento tem a ver com os critérios de selecção dos programas e projectos da Administração Central a financiar com os recursos disponíveis. Os programas privilegiados no Plano são aqueles nos quais os recursos nacionais são complementados por auxílios financeiros internacionais, quer os resultantes das acções comuns da pré-adesão à CEE, quer os que envolvem outros donativos e financiamentos de estruturas da comunidade internacional votadas ao desenvolvimento económico. Este critério de selecção —é bom que se diga — nada tem que ver com qualquer posição submissa ou subserviente do nosso lado perante algumas pro-

moções duvidosas de projectos específicos, eventualmente forçadas, quando não impostas, por algumas dessas instâncias financiadoras. Isto aconteceu no passado e não acontecerá agora. A selecção dos nossos programas de desenvolvimento é feita em total independência de julgamento, de acordo com as nossas próprias opções, com claríssima distinção das posições horizontais do mutuário e do financiador.

Porém, com o nosso acordo, a selecção de tais programas de cooperação internacional pressupõe estudos prévios de viabilidade e de comportabilidade, nos quais outros olhos, que não só os dos progenitores do programa, criticamente observam os pressupostos assumidos, as opções de execução real e a quantificação dos dispêndios incursos. A concretização dos programas é acompanhada por critérios de gestão financeira, mais apurados com o envolvimento de recursos externos. Existe emulação e desafio, com metas estabelecidas e mais interesse por as atingir. E há, por último, mas não negligenciável, uma participação financeira adicional que permite «esticar» o Orçamento.

A concretização dos projectos de cooperação internacional assume assim a missão de modulação do nosso próprio programa de desenvolvimento e modernização, introduzindo referenciais de controle e ampliando o alcance dos meios disponíveis. O Governo atribuir-lhe-á, com relevância para o programa das acções comuns, primeira prioridade.

Não se esgotam nos princípios orientadores das grandes opções que referi os problemas, os objectivos, as medidas de política que o Plano e o Orçamento consagram como atitude do Governo perante a orientação económica sectorial. Os documentos presentes a esta discussão tentam enumerá-los e atribuir-lhes quantificações que melhor se expressarão no plano a médio prazo, a apresentar em breve ao País.

Gostaria, no entanto, de não desperdiçar esta oportunidade para um enfoque de alguns problemas difficilmente quantificáveis, nos quais o aspecto social acompanha, e até ultrapassa, o significado puramente económico. Não pretendo, com esta chamada de atenção, mais do que evidenciar a interecção, complexa e conjugada, de alguns factos e circunstâncias basicamente conjunturais, mas que ameaçam transformar-se em estruturais se o Governo não conseguir, como o não conseguiram os governos anteriores, atacar na raiz e resolver.

Sem preocupações de esgotar o assunto, referirei, em primeiro lugar, nas pescas, o baixo nível de segurança com que a actividade se desenvolve, traduzido num número inaceitável de acidentes graves, muitos deles mortais, acompanhados pela sociedade e pelos próprios intervenientes com inaceitável passividade e conformismo. A reacção negativa ao uso de meios de salvamento correntes noutros países e o atavismo de situações relacionadas com graves atrasos tecnológicos evidenciam necessidades de acções formativas que as grandes opções incluem em posição destacada.

Outra situação de potencial gravidade que o sector das pescas terá de enfrentar no médio prazo, e que está ligado à sua própria estratégia de desenvolvimento, diz respeito aos problemas de emprego. É sabido que não existe actualmente desemprego no sector. Mas há que ter em vista o baixo nível de produtividade das capturas — 7 t por homem e por ano,

contra cerca do dobro em Espanha. Esta situação penaliza fortemente a economia e é condicionante das principais acções de reestruturação da pesca nacional. As melhorias daquela produtividade — objectivos evidentes da reestruturação — conduziriam a aumentos absolutos de capturas se não existissem limites materiais a esses aumentos, impostos pela capacidade explorável dos pesqueiros e pela própria acessibilidade a zonas de pesca de outros países. Se a captura não crescer na razão da produtividade, o progresso económico do sector pesqueiro far-se-á com ocupação de menor número de trabalhadores. Conhecida a dificuldade de reconversão dos pescadores, há que dinamizar socetores ligados ao mar com capacidade de absorção de eventuais excedentes de mão-de-obra.

Retornando à agricultura, e dentro ainda do enfoque exemplificativo de situações concretas com grande impacte nas orientações sectoriais, referirei exclusivamente a necessidade imperiosa de melhorar o controle dos recursos hídricos, evitando a alternância de inundações e secas. O recente debate da interpelação sobre a seca evidenciou clara unanimidade sobre a prioridade a conceder a este problema.

A referência a estas condicionantes reais tem apenas o objectivo de relembrar que os instrumentos políticos que discutimos agora não se justificam em si próprios. Eles destinam-se a atenuar, talvez a resolver, problemas concretos de actividades concretas. Recusemos, pois, a consideração ultratecnocrática de endeusamento desses textos e concentremo-nos, com humildade e persistência, na sua execução.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Durante esta intervenção assumiu a presidência o Sr. Vice-Presidente Martins Canaverde.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. Mário Tomé (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Discutir ou falar de planeamento a curto ou a médio prazo, neste Parlamento e com este governo, é uma mistificação que não passa da mais primária demagogia.

Risos do PSD.

De facto, existe uma contradição insanável entre o planeamento da economia, ou o planeamento de qualquer outra questão, com o modelo de desenvolvimento que a AD e o seu governo defendem, em que predominam as leis selvagens do mercado e da concorrência entre os grandes monopólios internacionais.

Estas leis não necessitam ao nível actual da economia capitalista no nosso país, de plano para actuarem e quanto menos planificação houver melhor. Por isso, o que o Governo visa é encontrar a melhor forma de deixar essas leis funcionarem a favor da reconstituição dos grupos monopolistas, da destruição e ruína completa dos pequenos e médios agricultores, comerciantes e industriais, da liquidação das UCPs e cooperativas e do sector nacionalizado.

Aliás, o Governo é perfeitamente claro quando reconhece a sua incapacidade para quantificar quaisquer previsões no médio prazo — veja-se a proposta de lei das grandes opções do Plano para 1981-1984,

p. 16 — e coloca mesmo dúvidas nas previsões para 1981 (idem, p. 17).

Por isso, a apresentação das grandes opções do Plano por um governo da grande burguesia significa a tentativa de esconder e controlar a anarquia da produção capitalista, por um lado, e, por outro, dar garantias ao grande capital nacional e internacional de que vai ser feita a sua vontade, com o zelo estatal.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Numa visão global, as grandes opções apresentadas pelo governo AD consubstanciam, em relação a algumas questões fundamentais, a revisão constitucional que a AD quer fazer. De facto, as grandes opções apresentadas estão em completa oposição aos objectivos apontados na Constituição: a não ser que se caminhe para o socialismo desenvolvendo a iniciativa privada, se defendam os trabalhadores dando todas as condições aos capitalistas para os explorar e reprimir, se defendam as conquistas de Abril destruindo-as, se defendam a independência nacional subordinando-nos aos ditames da CEE!

Aqui, ao menos, a AD é clara e vomita todo o revanchismo que vai na alma da grande burguesia desde as grandes derrotas que sofreu em 1974-1975. Só lhe falta ser clara numa coisa: é dizer que defende os interesses de uma minoria de grandes capitalistas, agrários e comerciantes e que está contra os interesses da maioria do povo português, é dizer que não defende os interesses de Portugal, mas interesses estrangeiros ligados à CEE e ao imperialismo americano!

A situação económica internacional é descrita nas grandes opções do Plano para 1981-1984 com cores negras. Reconhecem a persistência de uma grave crise, cujas causas os peritos da burguesia nacional e internacional ainda não descobriram (vejam-se as grandes opções do Plano para 1981-1984, p. 16), e, à falta de melhor, vão-se desculpando com o petróleo.

No entanto, estamos de acordo numa «coisa», Srs. Membros do Governo: trata-se de uma crise de estrutura. É o capitalismo que está em causa, ferido de morte pelas suas próprias contradições internas. O agravar constante desta crise, em cuja saída nem a própria burguesia acredita, tem mostrado, de forma bem clara, a face sangrenta e cruel do capitalismo, tanto no nosso país como naqueles que nos apontam como exemplo — incluindo os países de capitalismo restaurado, também chamado «bloco de leste» —, com o agravamento total do desemprego, o empobreecimento dos trabalhadores, o grassar da corrupção e dos escândalos, o acentuar da repressão e da fascização, o aumento da corrida armamentista, situações de guerra, etc.

Nesta situação internacional, conjugada com o calamitoso estado para que os sucessivos governos levaram o País, compreendemos as naturais dificuldades do actual governo em responder cabal e prontamente a toda a sede de lucro ainda mais rápido e mais fácil que os senhores da CIP, CAP e CCP lhe exigem em troca do apoio que lhe têm dado. É este um governo comandado pelas exigências destes senhores e pelos ditames do capital internacional. É a estas exigências

e ditames que os documentos aqui apresentados pelo Governo respondem.

Nesta situação, nada espanta que o Sr. Ministro Morais Leitão tenha aqui falado em magia no seu discurso da passada sexta-feira, pois só num truque de mágica poderia estar de facto a salvação da crise da burguesia, que ele tão bravamente representa.

Do quadrado mágico que aponhou só a questão que lhe está subjacente é real: a subordinação à CEE. É nessa perspectiva que tudo se orienta e ganha sentido. A autonomia não existe, prevê-se o aumento do produto do investimento para nos aproximarmos da CEE; quer-se baixar a inflação para a aproximação dos índices da CEE; aposta-se na reconstituição dos grupos económicos e dá-se todo o apoio à iniciativa privada, pois é isso que manda a CEE; qualquer dia, se a Espanha não entrar para o Mercado Comum, o Governo virá possivelmente lamentar-se de que ela se interpõe entre Portugal e o paraíso da CEE.

O governo AD sente-se atraído pela CEE como a borboleta pela luz, mas quem se queima é o povo português.

Se quisermos encontrar um modelo próprio nas grandes opções, será trabalho baldado, pois é a dependência externa que tudo determina. Encontraremos, sim, a cópia, melhor ou pior, de um modelo externo, ditado de Bruxelas e de Washington. Esta é, aliás, a política que desde 1976 tem vindo a ser imposta ao povo português: tudo assenta naquilo que os outros exigem de nós e não naquilo que o nosso povo precisa e as suas necessidades básicas exigem.

Também aqui a história se repete: nunca a burguesia portuguesa teve um modelo de desenvolvimento autónomo, e mais uma vez continua a atestar a sua incapacidade congénita.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que o Governo nos propõe nas grandes opções do Plano para 1981-1984 são algumas intenções contraditórias, e não um modelo global acabado.

Somos, sob muitos pontos de vista, o País mais atrasado da Europa. E a burguesia sabe que é incompatível aderir à CEE com a estrutura produtiva existente, em que é pesadíssimo o número de pequenas e médias empresas; são muito fracas as condições de gestão empresarial; é enorme o atraso tecnológico; é arcaica a estrutura da nossa agricultura, etc. Nesta situação, o Governo procura garantir as condições para que os grandes grupos económicos se possam refazer, crescer e multiplicar-se a caminho do paraíso — a CEE. O Governo não sabe, nem está interessado em saber até ao fim, quais os custos da nossa adesão à CEE, mas agarra-se a essa perspectiva como o afogado à tábua de salvação.

Não desconhece o Governo a profunda crise que corrói a CEE: o exército de desempregados, taxas de crescimento inferiores às propostas pelo Governo para o nosso próprio país e, em alguns casos, de crescimento quase nulo, as restrições às importações, as dificuldades políticas, sociais, etc.

Não desconhece o Governo que alguns países que integram a CEE poderão vir a abandoná-la, como é o caso da Inglaterra.

Perante este panorama, o Governo socorre-se da linguagem apocalíptica: ou a CEE ou o caos. Tudo fica claro se dissermos que é o caos da burguesia nacional que o Governo teme.

As intenções que a AD proclama nas grandes opções encerram profundas contradições com a realidade. A própria coligação no poder mais cedo ou mais tarde sucumbirá a essas contradições.

O quadrado mágico do Sr. Ministro Morais Leitão é uma utopia que não resistirá ao choque com a realidade. A crise geral do capitalismo internacional, a continuação do aumento dos preços do petróleo, as taxas de crescimento dos países da OCDE — nalguns casos de zero, como já referi —, o aumento nesses países das restrições às importações e ainda a incapacidade da própria burguesia portuguesa reduzirão a nada aquela magia.

Sejamos, pois, claros, Srs. Membros do Governo. O vosso quadrado mágico será, quando muito, um triângulo real: em primeiro lugar, um modelo de dependência completa que aposta no crescimento do investimento e do produto destinado à exportação e não à satisfação das necessidades básicas do povo português, que aposta no investimento estrangeiro como forma de suprir as insuficiências e a falta de perspectivas da burguesia nacional; em segundo lugar, o estrangulamento do sector empresarial do Estado, preconizando a transferência de créditos para o sector privado e dando livre curso à iniciativa privada, à especulação, deixando o terreno livre aos negócios fraudulentos e altamente rentáveis, aos candomgueiros e a toda a espécie de parasitas; em terceiro lugar, o agravamento da situação dos trabalhadores através da revisão das leis do trabalho no sentido exigido pela CIP, dividindo os trabalhadores e procurando lançá-los uns contra os outros, dando cada vez maior parte do bolo do rendimento nacional aos capitalistas.

O Governo procura envolver todo o veneno dos seus propósitos quer com medidas demagógicas quer com uma grande campanha ideológica que torne mais agradável o seu produto. Proclama-se cheio de boas intenções para melhor esconder os seus actos anti-populares e promover os valores mais retrógrados da cultura e do embruteçimento; procura fazer crer que não houve melhor governo desde a fundação da nacionalidade para melhor poder levar o País e o povo à ruína; procura esvaziar de sentido as conquistas dos trabalhadores para melhor tentar destruí-las; fala em melhorar as condições de vida dos trabalhadores, mas só se preocupa com os lucros dos capitalistas; fala em reduzir o desemprego, mas aumenta os contratos a prazo e as facilidades para despedir; fala em satisfazer as necessidades sociais e melhorar a educação, etc., mas atribui a segunda maior verba do OGÉ — a primeira são os encargos da dívida pública — às forças armadas e de segurança, etc.

Poderíamos continuar indefinidamente para demonstrar como existe um abismo entre as falsas boas intenções do Governo e a sua política real.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não podia a UDP deixar de se referir, mesmo que brevemente, à alternativa apresentada pela CGTP em relação às grandes opções a médio prazo.

Como sempre, também aqui, a CGTP e o PCP — que já no passado dia 20 declarou que apoiava aquela alternativa — procuram conciliar o inconciliável. A alternativa da CGTP não põe em causa o modelo dependente do Governo, admitindo os níveis de crescimento privado por ele previstos. A variante está no maior crescimento da Administração Pública

e do sector empresarial do Estado. Aliás, em relação ao crescimento, a CGTP consegue ser, na perspectiva de médio prazo, ainda mais optimista que o Governo.

No entanto, o optimismo do Governo aponta, pelo menos, contrapartidas, ou seja, as dádivas aos capitalistas. E não é com certeza por acaso que garante a manutenção das taxas de lucro aos investidores. Pensa a CGTP que os investidores privados vão acrescentar o montante dos seus investimentos a uma taxa média anual superior a 9 %, com a garantia de que as taxas de lucro vão baixar?

Depois parece oportuno perguntar à CGTP se apoia a campanha de incentivos ao investidor promovida pelo Governo, por exemplo, no artigo 28.º da proposta de lei do OGE.

Mas, para além disso, existem questões de fundo, como a conciliação impossível de um modelo de desenvolvimento que assenta fundamentalmente no sector empresarial do Estado e, ao mesmo tempo, acredita que isso é compatível com a boa vontade dos investidores privados.

Quanto ao aumento das exportações, também a CGTP é mais optimista que o Governo, pois conta também com os países de Leste, os países africanos de língua portuguesa, etc., passando por cima das crises dos outros países das imposições da CEE na divisão internacional do trabalho e não entrando em linha de conta com a natureza dos produtos exportados e da estrutura que lhes dá origem.

Em suma a CGTP e o PCP continuam a tentar fazer crer à burguesia que eles têm as melhores propostas para gerir os seus interesses.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A UDP está em completa oposição à política e às grandes opções apresentadas pelo governo AD. O caminho não está também na política que os governos PS aplicaram ou que o PCP e a CGTP aqui vêm defender.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Orgulhosamente só! ...

Risos do PSD.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Mário Tomé, como sabe, já esgotou o seu tempo de hoje e está já a consumir o de amanhã.

O Orador: — Muito obrigado, Sr. Presidente.

A UDP defende o desenvolvimento do nosso país e do nosso povo e não está orgulhosamente só, está com os interesses do povo português, de todos aqueles que trabalham e que os senhores querem extorquir, explorar e reprimir.

Protestos do PSD e do CDS.

A UDP defende o desenvolvimento do nosso país e do nosso povo! Mas esse desenvolvimento só é possível destruindo o poderio dos grandes capitalistas, agrários e comerciantes; desenvolvendo a produção para a satisfação das necessidades do nosso povo; assentando no aproveitamento das nossas riquezas naturais e na mobilização dos trabalhadores — o que os senhores não conseguem nem conseguiram fazer.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

Defendemos o desenvolvimento dos sectores da economia que assegurem, antes de mais, as necessi-

dades do povo e a nossa independência nacional, a gestão da produção pelos trabalhadores e a realização de uma verdadeira Reforma Agrária, que tire os assalariados rurais e os pequenos e médios agricultores da ruína e da miséria. Este desenvolvimento deve assentar nas forças do nosso próprio povo, rejeitando a sujeição a qualquer bloco imperialista, mas tendo relações na base da igualdade com todos os povos do Mundo.

Desde há dezenas de anos que a burguesia está no poder no nosso país, e os resultados estão bem à vista: somos o mais dependente e atrasado dos países da Europa. A burguesia já provou o seu fracasso e incapacidade. Os seus governos e a sua política não são solução nem para o nosso país nem para o nosso povo!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Cardote.

O Sr. Fernando Cardote (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: O artigo 93.º da Constituição diz que o Plano comprehende, na sua estrutura, um plano a longo prazo, um plano a médio prazo, cujo período deve ser o da legislatura, e um plano anual.

O Governo apresentou à Assembleia da República as grandes opções do plano a médio prazo para 1981-1984 e as do plano anual de 1981, mas nota-se que não nos submetem as grandes opções para um plano a longo prazo.

Esta omissão é compreensível a vários títulos. Vendo a questão do ponto de vista formal, observa-se que a Constituição não marca o horizonte temporal do plano a longo prazo — isto é, o número de anos de vigência do Plano —, nem baliza o início ou o fim dessa vigência. Deste modo, resulta incerto quando é que o plano a longo prazo deve começar e por qual governo deve ser elaborado.

A discussão do artigo 93.º durante a Constituinte ou a Lei n.º 31/77, que aprovou o sistema e a orgânica de planeamento, tão-pouco elucidam a este respeito. Apenas se respiga da discussão na Constituinte a afirmação de um Sr. Deputado de que um plano a longo prazo não pode ser normalmente inferior a dez anos.

É perfeitamente compreensível que este governo, com cerca de dois meses de vigência somente, não dispusesse de tempo para se ocupar do planeamento a longo prazo, já que o essencial era preparar as grandes opções e o Orçamento para 1981 e as grandes opções para o plano a médio prazo. Além disso dois acontecimentos da maior importância estão, por assim dizer, na forja e, consoante a forma final em que vierem a configurar-se, poderão, diversa e decisivamente, influenciar o futuro deste país: a revisão constitucional e a entrada na CEE.

Revista esta Constituição, formalizada que seja a adesão à CEE, estarão reunidas as condições para que se fixem, em termos mais seguros — e esperamos que em clima de consensualdade entre as várias forças políticas —, os grandes objectivos da economia portuguesa e os meios para a atingir, que um plano a longo prazo deve definir.

Por este conjunto de razões, repito, é compreensível a omissão constatada.

Mas, competindo à Assembleia da República aprovar as grandes opções correspondentes a cada um dos três planos parcelares, segundo o artigo 94.º da Constituição, mal parecia que nesta discussão, ainda que sob a forma de simples constatação, não se deixasse consignada a lacuna verificada quanto ao planeamento a longo prazo. Foi este o nosso objectivo.

Feito este apontamento, trocarei a imensidão do longo prazo pelo horizonte estreito do curto prazo, sobre o qual me centrarei, comentando alguns aspectos.

O que principalmente ressalta das grandes opções para o plano para 1981 e do Orçamento respectivo é o realismo, é a atitude antidemagógica adoptada pelo Governo. Não se atira com melhorias espectaculares, de mais que duvidosa consecução. Procura-se fundamentalmente, neste segundo ano de governo AD, consolidar os ganhos obtidos durante o primeiro ano.

A ligeira desaceleração do ritmo inflacionário de 16,6 % para 16 % será, em si mesma, já uma excelente performance.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O mau ano agro-pecuário, devido à seca prolongada, a supressão de subsídios aos preços de alguns bens do cabaz de compras, a liberalização parcial da importação e comercialização de produtos alimentares, vão gerar pressões no sentido da alta do índice de preços no consumidor, na composição do qual a alimentação e as bebidas pesam em 56,6 %. Junte-se-lhe as fortes reivindicações salariais e a ausência de nova revalorização do escudo e fica-se ciente de que o Governo não poderia, nem poderá, ir muito fundo, em 1981, nesta área.

Também não é notável a meta para o crescimento do produto em 1981, que será, na melhor das hipóteses, de 4,8 %, praticamente a mesma taxa de 1980 e inferior à taxa média de 5 % perspectivada para o médio prazo.

Também nesta área é patente o propósito de o Governo consolidar posições adquiridas no ano passado, reforçando a base ou a plataforma que há-de sustentar o impulso para metas mais altas nos anos seguintes.

A variável investimento é a varinha mágica — perdoe-se-me o adjetivo, mas estou em boa companhia... — da expansão da economia. Ao investimento produtivo pede-se, em 1981, o crescimento global de 10 %, com o investimento privado a crescer mais dois pontos do que a taxa global.

Pode questionar-se se estarão criadas as condições suficientes para que o investimento privado se decida, já em 1981, a correr riscos de investimento em ritmo superior ao dos últimos anos. Incentivos financeiros e fiscais vêm-lhe sendo proporcionados com largueza e abertura e a Lei de Meios para 1981 é disso bom testemunho.

Na verdade, as bonificações de juro e as isenções e reduções de impostos banalizaram-se, a ponto de o Governo ter tomado consciência de que tem de passar a avaliar a perda de receitas fiscais e os encargos com as bonificações, de modo a comparar o custo dos sistemas de incentivos com os resultados da sua aplicação.

Apontam-se também — e são de louvar — medidas de reorientação da poupança para o mercado de capitais, em especial pela desincentivação da aplicação em depósitos bancários — subida do imposto de capitais sobre os juros dos depósitos — e a incentivação da aplicação em títulos transaccionáveis na Bolsa, por meio de incentivos fiscais.

A recente experiência com a emissão de alongações a três anos por um banco de investimento foi certamente animadora, mas outros testes que vão seguir-se com empresas produtivas, mesmo do sector público, serão mais reveladores sobre a propensão actual do aforrador para investir em títulos. É que, para o aforrador, um banco, seja como depositário, seja como obrigatório, sempre é um banco...

A par dos incentivos materiais ao investimento privado há também factores de incerteza no espírito de alguns potenciais investidores, como sejam a próxima revisão constitucional as anunciadas modificações nas leis do trabalho e a evolução das taxas de juro.

E, a este propósito, sabendo embora que não é simples a decisão de baixar o nível das taxas de juro, esperamos que o Governo siga atentamente as condicionantes de uma tal decisão e aproveite a primeira oportunidade favorável para proceder a essa baixa, mesmo que em reduzida percentagem.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Assim como na revalorização do escudo em 1980 houve uma componente psicológica — mostrar que o escudo também podia subir —, a baixa do nível das taxas de juro poderá igualmente ter efeitos dessa natureza, demonstrando que elas também podem descer.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — E, se a política cambial e financeira propugnada pelo Governo for bem sucedida e as condições internacionais ajudarem, pode acontecer que essa oportunidade não seja muito longínqua. Há, por conseguinte, incentivos materiais e há travões psicológicos ao investimento privado. Tenho a esperança de que a resultante, face aos documentos produzidos pelo Governo ora em discussão, há-de ser no sentido de robustecimento da crescente confiança do investidor privado, mas é evidente que nesta matéria há sempre algo de subjectivo.

E, já que atrás falei em banco, noto que não será em 1981 que o Governo iniciará a tendência, anunciada nas grandes opções a médio prazo, para efectuar o controle monetário através da liquidez primária, em vez do processo, reputado menos eficiente, dos limites de crédito, que tem estado a vigorar. É certo que o Governo diz que o fará «à medida que sejam criadas condições para tal» e comprehende-se que, em matéria tão complexa e delicada como o crédito bancário, a transição do processo dos *plafonds* — o chamado «enquadramento» —, implantado na vigência dos governos socialistas, tenha de ser rodeada de cuidados especiais.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Quando se trata da repartição funcional do rendimento nos últimos anos, há quem

venha logo exibir triunfalmente os números de 1975. Tentando provar o quê? Que é possível aumentar abruptamente a quota-parte da massa salarial no rendimento nacional por meio de reivindicações salariais apoiadas na agitação, na coacção e, por vezes, até na violência, com total desprezo pelo equilíbrio económico-financeiro das empresas e pela segurança dos postos de trabalho, ...

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Os lucros é que é bom!

O Orador: — ... desencadeando incontroláveis surtos inflacionários, que vão duramente atingir as classes de rendimento fixo e com menor capacidade reivindicativa, como os pensionistas, minando a capacidade concorrencial nos mercados externos, etc., etc.?

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — O que é que há-de sair daí senão a defesa dos lucros?! ...

O Orador: — Tentando lembrar o quê? Que essa é uma das armas clássicas de destabilização, repetidamente utilizadas pelo comunismo nos países de economia capitalista, onde antideocraticamente quer impor o seu modelo económico e social?

Esse expediente — que outro classificativo não merece — teve os efeitos dolorosos que o povo português ficou a conhecer, por experiência, na sua própria carne. Foi a «dolorosa experiência», são as «loas e promessas aventureiras de riquezas fáceis», de que nos falou o Sr. Ministro das Finanças.

Antes de terminar, e invocando especialmente a minha qualidade de deputado pela Guarda, é com particular agrado que registo as seguintes orientações do Governo para 1981: introduzir maior ponderação do crédito de prioridade regional nos sistemas de incentivo ao investimento; participar de forma activa em programas de reestruturação sectorial, tendo em vista a adopção de medidas que permitam salvaguardar níveis de emprego desses mesmos sectores ou assegurar soluções alternativas aos trabalhadores atingidos (haja em vista o sector têxtil em geral e, em especial, a Sociedade Industrial de Gouveia); lançar iniciativas e preparar o quadro legal de apoio à inserção de emigrantes e retornados em empregos adequados, eventualmente criados por sua iniciativa ou com a sua participação (a Guarda é distrito de forte emigração).

Finalmente, desejo também deixar um reparo sob o curto tempo de que os deputados dispuseram para apreciar os documentos ora em discussão. Estamos cónscios de que este governo dificilmente poderia ter feito mais rápido e que a Assembleia não prestaria bom serviço ao País demorando, por seu lado, a apreciação dos documentos.

O Sr. Ministro das Finanças já aqui prometeu — diria que quase solenemente — que as grandes opções e o Orçamento para 1982 nos seriam entregues até 15 de Outubro próximo. Ficamos à espera, confiadamente.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Foi muito fraquinho!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, na tribuna do corpo diplomático encontram-se dois representantes das Cortes Espanholas à União Interparlamentar.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado José Alberto Xerez.

O Sr. José Alberto Xerez (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Encontramo-nos, neste ano de 1981, praticamente no início de uma década que se prevê não só difícil e agitada em termos de economia internacional, mas também especialmente crítica e decisiva no que se refere a Portugal.

Na realidade, passado o período mais grave da crise económica em que vivemos até há bem pouco tempo, encontramo-nos, agora, no dealbar de um novo período em que temos de preparar a nossa economia para entrar no Mercado Comum.

Trata-se de uma tarefa imensa esta de fazer passar um país dilacerado por uma revolução e com uma estrutura económica inconsistente e francamente deteriorada por uma situação de país moderno e verdadeiramente europeu.

É, pois, preciso tomar decisões, e rapidamente, se não queremos continuar a contemporizar, enquanto os problemas do nosso país se vão avolumando, pondo em sério risco a possibilidade de conseguirmos materializar a curto prazo a nossa entrada na Europa comunitária.

É dentro desta óptica, segundo cremos, que devem ser perspectivadas as grandes opções do Plano, agora presentes na Assembleia da República, que hão-de possibilitar a reconversão e a adaptação da nossa economia a condições totalmente diversas, como são aquelas que se verificam num vastíssimo espaço económico de mercado, como é o da Europa.

Como já salientámos em breve exposição anteriormente efectuada, as grandes opções do Plano, que são um documento de reflexão sobre o futuro de Portugal e do caminho a trilhar nos próximos anos, só são todavia susceptíveis de ser submetidas à apreciação desta Assembleia porque, na actualidade, Portugal e os Portugueses começam a ter horizontes, a poder vislumbrar o futuro e a prever o amanhã, sem a constante insegurança e sobressalto havidos no nosso país em tempos não muito recuados.

E esta possibilidade de poder entrever e programar o futuro — é bom que o reafirmemos — é o resultado de uma realidade muito concreta que se chama Aliança Democrática, que permitiu consubstanciar a formação de uma maioria nesta Assembleia e de um governo para a Nação, com características de significativa estabilidade.

Os objectivos das grandes opções do Plano refletem, assim, de forma substancial os pressupostos fundamentais atrás referidos e daí que apontem basicamente no sentido do aumento do ritmo do crescimento do produto e do investimento e, de uma forma mais geral, para o aumento do bem-estar generalizado da população deste país.

Trata-se, pois, de objectivos controversos, profundamente nobilitantes e justos, que todos nós estamos em condições de compreender e aceitar, com ressalva eventual daqueles que ainda teimam em ver o nosso país aderir ao Comecon.

Contudo, não basta definir os objectivos e reconhecerlos como bons, é preciso analisar a realidade inicial de que se parte, detectar os seus estrangulamentos para a partir daí definir uma estratégia e um modelo de actuação que os permita atingir.

A avaliação da eficácia de um qualquer modelo económico está nesta capacidade de integração da realidade e dos seus problemas e na possibilidade instrumental das políticas que encerra, de poderem potenciar o presente para os objectivos pretendidos.

É, pois, em traços gerais, este tipo de análise que nos propomos fazer seguidamente no sentido de demonstrar a justeza do modelo económico contido nas grandes opções do Plano.

Torna-se, assim, necessário definir, em primeiro lugar, quais os estrangulamentos essenciais da nossa economia na fase actual.

Trata-se de um tipo de análise que já está feita e refeita mas que, por razões de sistemática desta exposição, vos passo de novo a referir.

Se analisarmos os valores estimados para a estrutura da despesa nacional do nosso país em 1980 e os contrapusemos aos valores registados em 1973 verificamos o seguinte: o consumo privado em 1980 representa cerca de 73,6 % do PIB, enquanto em 1973 se situava apenas em 67,3 %; o consumo público em 1980 atinge o valor de 15,3 %, enquanto em 1973 se situava em 13,2%; o investimento bruto em 1980 assume um valor de 25,1 %, enquanto em 1973 o respectivo valor era de 26,3 %.

Verifica-se, assim, nesta primeira constatação, que a mutação substancial de 1973 para 1980 se verifica no consumo privado, que vê o seu peso aumentado relativamente ao PIB de aproximadamente 6 %, enquanto o consumo público aumenta apenas de 2 % e o nível de formação de investimento se situa a um nível semelhante, embora ligeiramente inferior.

Por outro lado, se pusermos em equação a actual estrutura da despesa nacional com aquela que se verifica em países com um nível de desenvolvimento semelhante ao nosso, chegaremos à conclusão que os níveis do consumo público e do investimento são sensivelmente coincidentes com os desses países — embora esta última variável tenha um nível ligeiramente inferior — e que é de novo o consumo privado aquele que se situa a um nível sobrelevado e pelo menos da ordem dos 10 %.

A evidência parece, assim, permitir a indução de que é esta a variável com um comportamento anómalo, e julgo que todos nós temos disso consciência, pois é vulgar ouvir-se dizer que o nosso país vive francamente acima das suas possibilidades. É o excesso de consumo privado que determina na actualidade o insuficiente nível de formação da poupança interna e, por esta via, induz a formação de défices ao nível da balança de transacções correntes.

Aliás, não fora as remessas que os emigrantes portugueses tão empenhadamente enviam para o seu país e já há muito tempo teríamos entrado em ruptura das nossas contas externas.

Julgamos estar, assim, caracterizando de forma clara o primeiro grave problema da economia nacional, a que poderemos chamar de peso excessivo do consumo privado ou, se preferirmos, de insuficiência de formação da poupança interna.

O segundo grande problema da economia nacional é o do baixo grau de produtividade da nossa economia, generalizado à maioria dos sectores e aos diversos factores de produção.

Esta insuficiência é a resultante de toda uma complexidade de causas que estão suficientemente detectadas e que derivam, no essencial, da precariedade da nossa estrutura produtiva, da rigidez institucional do nosso sistema económico e, de uma forma mais global, da inexistência de um dinamismo concorrencial, motivador da inovação tecnológica, de elevados coeficientes capital-produto e do trabalho produtivo.

Em terceiro lugar aparece-nos finalmente o problema da existência de um superaparelho de Estado, frequentemente inoperante, embora profundamente intervencionista, em contraposição a sectores produtivos que vivem numa economia onde as leis de mercado funcionam mal ou não funcionam de todo, devido aos excessos da Administração Central.

Este problema é resultante de um complexo tradicional no nosso país, com profundas raízes históricas, pelo menos remontáveis ao século XVIII, mas que se veio a intensificar em época bem recente com os hipersocialismos do pós-25 de Abril.

Determinado, assim, o enquadramento europeu das grandes opções, definidos os seus objectivos e detectados de forma sintética os principais problemas da economia nacional, estamos agora em condições de avaliar da eficácia do modelo contido nas grandes opções do Plano.

Assim, se o objectivo fundamental do modelo é o desenvolvimento, o crescimento económico a um ritmo superior ao da Europa em que nos pretendemos integrar — o que nos parece incontrovertido — e se por outro lado temos de investir a níveis elevados, e isso também nos parece pacífico, então tudo está em saber como cobrir esse investimento, como efectivar o respectivo financiamento e nesse aspecto é óbvio que só duas políticas seriam possíveis: ou diminuir a curto prazo e de forma acentuada o peso do consumo privado, com a libertação de um nível mais elevado de poupança interna, ou então assegurar a cobertura do défice investimento-poupança interna, através de um certo grau de recurso ao crédito externo, embora tentando estabilizar o peso do saldo da balança de bens e serviços relativamente ao PIB e, paralelamente, diminuir, de forma progressiva e a médio prazo o peso do consumo privado relativamente ao produto.

É óbvio que a primeira hipótese, a da diminuição do peso do consumo privado a curto prazo, embora tecnicamente possível, não seria socialmente praticável nem justa pelos profundos sacrifícios a que, mais uma vez, estaria submetida a população deste país e julgo que a opinião desta Câmara será unânime quanto a este aspecto.

Portugal é um país de baixos rendimentos, onde há vastos extractos populacionais vivendo numa situação de insolvência ou de semi-insolvência pelo que seria não só um contra-senso a implementação dessa política em termos de justiça social, como ainda seria contrária à nossa política de integração no Mercado Comum por cavar ainda mais o fosso existente entre os rendimentos individuais dos Portugueses e os dos Europeus.

Arredada, assim, a hipótese — indesejável socialmente — de fazer baixar de forma significativa e rápida a ponderação do consumo privado, só nos resta a alternativa de financiarmos intercaladamente o tão necessário crescimento do produto e do investimento através de um certo grau de apoio externo — embora que moderado e controlado — e, como já referimos, fazer evoluir o consumo privado a um ritmo algo inferior ao da expansão anual do produto, mas sem que haja deterioração dos salários reais, dos consumos efectivos e do nível de vida da população deste país.

Significa isto que os salários dos Portugueses não verão a sua posição erosionada durante os próximos anos, mas vê-la-ão mesmo acrescida em face de eventuais acréscimos de produtividade e paralelamente conseguir-se-á ir corrigindo o consumo privado, aumentando assim as nossas potencialidades de formação de poupança interna.

É este, em resumo e de forma genérica, o modelo de evolução que se encontra consagrado nas grandes opções do Plano, que é dotado de enormes virtualidades, pois se revela adequado aos objectivos de progresso pretendidos, sem submeter os Portugueses a situações dolorosas e de desesperança no futuro.

Curiosamente, já ouvi aqui referir nesta Assembleia que o modelo proposto nas grandes opções é não só pouco ambicioso, como ainda se menciona o provável agravamento das contas externas que dele resultará.

Significa isto que os subscriptores desse modelo alternativo, o que gostariam de ver implementado era um cenário de crescimento económico baseado na contracção a curto prazo dos défices externos e fechado sobre a formação da poupança interna ou, por outras palavras, na intensificação do ritmo de crescimento económico através da queda abrupta do consumo privado ou mesmo do consumo público, já que eventuais aumentos de produtividade não seriam suficientes para gerar os objectivos pretendidos.

Em qualquer das hipóteses convenhamos, em termos práticos, que parece haver uma certa contradição entre a quebra de nível destas variáveis económicas — aliás tão caras à esquerda — e as filosofias subjacentes aos ideais daqueles que aqui propuseram o citado modelo alternativo.

A título de confidência, devo confessar que esperava que a oposição seguisse uma estratégia de crítica às grandes opções do Plano precisamente contrária à que adoptou, ou seja, a de dizer que o modelo preconizado se apresenta como demasiado ambicioso. Era uma posição mais defensável sob o ponto de vista técnico, já que se poderia argumentar a cada passo com o petróleo e com eventuais alterações quanto a um ritmo previsível, para a sua evolução, mais intenso que o que serviu de pressuposto às grandes opções.

É evidente que se o custo da energia se alterar substancialmente, então estaremos provavelmente caidos noutras cenários evolutivos que, de forma prudente e cautelosa, se acham também sistematizados no documento em análise.

De qualquer modo, há que ter confiança no futuro e admitir que essas hipóteses pessimistas não se venham a concretizar.

Para além dos aspectos atrás descritos, o modelo global e os modelos sectoriais das grandes opções integram ainda uma componente de decidida confiança no funcionamento dos mecanismos do mercado e na capacidade de iniciativa individual, bem como preconizam a necessidade de estabilizar e racionalizar o peso da incidência do Estado na economia, tanto no que se refere a custos gerados como à sua actividade intervventora.

Julgamos, assim, que a síntese feliz dos ingredientes que compõem as grandes opções do Plano é mais do que suficiente para que possamos encarar o futuro com fundada esperança e mesmo com a certeza de que teremos um Portugal de prosperidade.

Muito mais haveria a dizer sobre os elementos em apreciação e designadamente no que se refere ao plano anual e ao OGE.

Mas, como muito bem referiu o Sr. Ministro das Finanças na sua alocução, trata-se de documentos que se inserem na lógica das grandes opções, embora que afectados por um maior grau de predeterminismo, imputável aos custos correspondentes ao período em que as esquerdas governaram e em que foram acumulando défices de todos os tipos, gastos e paladares.

A sua análise, embora importante, não reveste a prioridade das grandes opções e daí que não tenhamos desenvolvido esses temas no curto prazo de tempo de que dispomos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Os argumentos expostos são mais do que suficientes para que o Centro Democrático Social dê o seu apoio inequívoco aos projectos apresentados, na certeza de que representam o início para Portugal de um processo de desenvolvimento imparável e sólido a caminho da Europa livre.

Aplausos do CDS, do PSD e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.ª Deputada Natália Correia.

A Sr.ª Natália Correia (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Seja-nos permitido reverter a este apelo que lançámos ao Governo durante o debate do seu programa: «O 0,26 que o último Orçamento reservou à cultura é cifra negra que não pode repetir-se.»

Produzindo o OGE para 1981, verificamos, com apreço, que, ao encontro desse nosso apelo, houve um maior empenho da parte deste governo em libertar os direitos primordiais da cultura de enclausurantes cerceamentos financeiros.

O Sr. Moura Guedes (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — Mas se este progresso revela uma visão mais afeiçoada às prerrogativas inalienáveis da cultura, os meios financeiros que o servem são, por enquanto, desfasados da boa intenção, quedando-se na expressão incolor de 0,34. É verdade que a cifra deixou de ser negra, mas não passa de ser cinzenta! Consideremos que, em termos de investimentos do Plano, embora tenha havido um acréscimo de 50% relativamente a 1980 — o que registamos com agrado —, a percentagem representa somente 28,1% na dotação da Secretaria de Estado da Cultura. Exemplificam-se os efeitos desta escassez do PIDAC da

SEC, salientando, como forçosa consequência, que o Instituto Português do Livro terá de auferir, no domínio do investimento, uma verba inferior à da média de uma divisão da Direcção-Geral da Acção Cultural, isto quando tem duas divisões que deviam dispor de recursos para apoiarem eficientemente o livro num momento em que a regeneração da língua se impõe como primeira disciplina de uma acção cultural concertada com as áreas que mais premente mente a reclamam!

Recordemos ainda que os inegáveis benefícios orçamentais com que a SEC foi contemplada este ano são menos risonhos se descontarmos as despesas com o pessoal transferido da comunicação social para a SEC a partir do quadro que surgiu com a lei orgânica, encargos esses que absorvem cerca de 90 000 contos, senão 100 000 ao que me informam.

Estimariamos, por conseguinte, que o Governo reforçasse as provas agora dadas de uma maior sensibilidade à cultura, destinando, na execução orçamental, novas verbas a um sector cuja dignificação é imprescindível testemunho dos seus intentos de introduzir modificações benéficas na sociedade portuguesa. É que, Srs. Membros do Governo, mudar para melhor subentende uma estreita e calorosa aliança com as forças culturais. Assim é entendido no Conselho da Europa cujo secretário-geral se apoia nesta reflexão de Jean Ormesson, que endereça a a consciência europeia: «a cultura olhava para trás a fim de compreender o mundo; hoje, de súbito, olha para a frente para o modificar».

Muito apreciaríamos que este governo fizesse sua a moção moderna e predominantemente europeia de que a cultura é o âmago dos problemas vitais do homem deste quase fim do século. Mesmo das atribulações suscitadas pela crise energética que, ao nível mais lúcido, é discutida em termos culturais desde que se relate com a emergência de uma nova mentalidade.

Pois bem, Srs. Membros do Governo: a salvaguarda dos bens culturais herdados e o enriquecimento dessa herança, produzido por uma acção cultural frutífera e não meramente justificativa da SEC como montra cultural do Governo, não se compadece com dotações cínticas ao sector da cultura, são elas indício estimável de que se pretende romper o negrume orçamental que tem envolvido essa área do Governo. Mas não chega, pelo que, esperançosamente, insisto em pedir aos responsáveis pelo financiamento da cultura que ponham a sua imaginação ao serviço do reforço do orçamento da SEC com novo afluxo de verbas.

E não é por acaso, falo em imaginação aplicando-a a uma estrutura de tão severa tecnicidade como as finanças. Não temo o insólito da proposta, é que uma política financeira desimaginada estiola-se em ágil tecnicismo! E eu quero crer, o Governo anima-me a acreditar, que recusará essa desumanizada avaliação de cultura porque só nela, repito, porque só nela, actuam os mediadores de um verdadeiro e criador consenso nacional.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio.

A Sr.ª Teresa Ambrósio (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Ao analisar o que o Governo apresentou a esta Assembleia como constituindo o dito plano a médio prazo duas dúvidas me ocorreram de imediato.

A primeira — que é até mais uma questão de curiosidade — é a de saber como teriam reagido alguns membros do Governo, Ministros ou Secretários de Estado, de cuja orientação política podemos discordar mas de cuja competência, honestidade técnica e experiência é conhecida no campo de planeamento — que já tem largas tradições entre nós — perante o que nos é apresentado. Devem ter tido, com certeza, a mesma sensação que nós deputados tivemos: é que o Governo, passe a expressão, nos quer vender gato por lebre. O pior é que esses membros do Governo terão de engolir tudo isto como um grande sapo vivo, o que lhes será difícil a não ser que a honestidade se tenha já sobreposto ao oportunismo político, o que recusamos admitir como o princípio.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Muito bem!

A Oradora: — Tudo o que se pressupõe ser as grandes opções do Plano — e que estamos, aliás, a tentar discutir — não se apoia nem em estudos prévios de análise de situação, nem em avaliação de alternativas, nem na hierarquização de critérios de comparação de custos e objectivos, nem na descrição explícita de um modelo económico. É realmente um texto de uma escandalosa pobreza, feita de opiniões, lugares comuns, com todos os erros, enfim, já aqui referidos pelo meu camarada Vítor Constâncio e que serão apontados, mais detalhadamente, no campo económico, pelo meu camarada João Cravinho.

E pergunto-me também como irá o Sr. Embaixador indigitado para a OCDE — que aliás não está presente, embora seja ainda nosso colega nestas bancadas — defender, perante as equipas de peritos dessa organização que, sempre tão de perto, acompanharam os esforços de melhoria de trabalhos de planeamento do nosso país, isto a que chamou plano a médio prazo e que, ainda por cima, desconhece e despreza estudos que para o efeito têm vindo a ser elaborados e sobre os quais há relatórios de apreciação dessa organização internacional. Caro colega, embora não esteja presente, permito-me prevenir-o, é melhor precaver-se porque não lhe bastará dizer em Paris «nós por cá em Portugal tudo bem» ou tentar amedrontar a OCDE, ou outras organizações, com qualquer das suas habituais diatribes anticomunistas e antimarxistas ou anti-socialistas. Eles não acreditam!

Vozes do PS e da UEDS: — Muito bem!

A Oradora: — Mas uma segunda dúvida, e esta é de espanto, é a que resulta do facto de o governo AD, que nos presenteou no seu Programa do Governo com umas tantas páginas eivadas de um moderno pensamento político, arejado e diria mesmo inovador — não tenho dúvida em o afirmar, embora um pouco para épater les bourgeois da AD — e agora renuncia a essa linha num campo tão importante como é o da problemática do desenvolvimento num país como o nosso, das alternativas estratégicas, da concertação de equilíbrios, da integração de políti-

cas, campo onde hoje se geram tantas discussões de alto nível académico e político e que tantas e tão grandes inovações nos propõe.

Dir-se-ia que nesta matéria de desenvolvimento o Governo tomou por conselheiro o CDS e a opinião da CIP que ainda há poucos dias declarava na TV que isso de planos não era coisa que lhe interessasse muito — como se algo perigoso fosse e só refizessem em países onde a iniciativa privada não existe — e que nos vem, logo a seguir, com uma proposta de substituição do actual Conselho Nacional do Plano por um Conselho Económico e Social, estilo francês. Mas pergunto, que Conselho Económico e Social se prestaria à ridícula situação de se pronunciar sobre um texto como este que se diz de médio prazo?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É, pois, com a certeza de que é imerecida qualquer apreciação deste texto que me limitarei, mais para que a opinião pública possa ser esclarecida do nosso pensamento do que com base em qualquer tentativa de sugestão de alteração — que, aliás, a AD não aceitaria — a apontar aqui algumas notas conclusivas.

Primeira conclusão: para o governo AD planejar é descrever directrizes económicas, é demonstrar possibilidades de crescer economicamente.

Desenvolvimento para o país é, pois — voltando muitos muitos anos, atrás —, confundido com o crescimento económico, com o aumento da produção, de investimento, de exportação, etc., com os tais indicadores que alguém com espírito de humor e realismo traduziria no seguinte exemplo anedótico e já conhecido de todos nós: a média dos portugueses come uma galinha por ano, isto quer dizer que há uns que comem duas, 50 %, e os restantes não comem nada.

Aliás, o que na parcela do texto do plano a médio prazo como sectores sociais se apresenta é uma série, um rol de indicadores de situações mais que escassas, não fundamentais e outra série de medidas apressadas, impensadas e sem coordenação entre elas. Pergunto-me mesmo se teriam sido mesmo técnicos especialistas que prepararam estas páginas do dito plano a médio prazo em sectores como educação, cultura — de que falou agora a Sr.^a Deputada Natália Correia —, regionalização, saúde, segurança social, habitação ... Não acredito porque, antes de mais, se assim fosse, isso representaria uma afronta, consciente ou não, dos Srs. Ministros aos altos e valiosos técnicos de planeamento que possuem ainda nos seus Ministérios e se alguns foram afastados — porque, entre muitas coisas, ter-se votado Eanes é prova de incompetência técnica — outros, mais calados, mais discretos, felizmente ainda lá se conservam.

Mas tomemos como base o texto da proposta de lei n.º 18/II.

Este é em si um texto eivado de profundas ambiguidades, de quem muito pretende esconder, deixando, no entanto, altas reflexões comprometedoras.

Assim, por um lado, comete ao Plano, ou aos planos, a quantificação de objectivos, a definição de metas por cuja execução o Governo deve velar, mas, dentro do mesmo texto — aliás, logo a pp. 3 e 4 — define-se o Plano como um instrumento de acção governativa que não se compadece com especificações objectivas.

Afinal o Plano é por definição a explicitação de uma acção governativa claramente expressa por objectivos que, evidentemente, podem e devem ser revistos anualmente, especialmente tendo em vista a evolução da conjuntura internacional, ou é apenas um traçado de um cenário tão flexível, tão tendencial — aliás, como o texto diz, não exprimindo, portanto, uma vontade política — que em vez de sujeitar os instrumentos de acção governativa a ele se sujeita a eles? tal concepção de Plano jamais vimos definido por alguém. É o próprio contra-senso do Plano que, esse sim, é que permite a operacionalidade de acção governamental pela possibilidade que lhe oferece de aferição e controle relativamente aos objectivos e metas quantificadas.

Se mais não houvesse esta era uma das provas mais cabais de que o Governo não quer plano nenhum, e está interessado em ter as mãos livres para actuar como quer, mudando, se possível, de acordo com as crises conjunturais de vária ordem.

Mas mais se retira da proposta de lei e logo nas primeiras páginas. O Plano rege-se por princípios fundamentais, por grandes opções, as quais dão, consequentemente, origem a objectivos económicos.

Esta lógica é a melhor demonstração também de que tudo quanto se diz nos princípios fundamentais (que só servem, aliás, para encher papel, tão óbvios são e não mererem controvérsia) não tem o menor interesse para o que vem depois, que é o modelo de crescimento económico (aliás definido como desejável, possível, mas nunca como deliberado) que se esgota nos objectivos económicos deixando completamente ausentes indefinidos e esquecidos os objectivos sociais. Estes pura e simplesmente não existem no Plano, isto é, o Governo não tem no seu modelo de desenvolvimento para o País para 1981-1984 quaisquer objectivos sociais. Todo o seu empenho está no crescimento económico, repito, desejável, possível e quantificado, como lá se diz, apenas nas suas variáveis macroeconómicas. É este um raciocínio extremamente mecanicista da economia. O Governo é incapaz sequer de se orientar por critérios de desenvolvimento global global de um todo sócio-económico e cultural do País.

É isto social-democracia? É isto mesmo filosofia democrata cristã? São estas as concretizações das promessas eleitorais da coligação AD?

Mas vejamos mais, fazendo todos os esforços para proceder a uma tentativa de análise objectiva a algo que não o merece, pela burla política e técnica de que está eivado.

As tais envolventes macroeconómicas de que fala o Plano, pelo menos no que diz respeito a acções a cargo do Governo — como sejam os investimentos no âmbito do PIDDAC e do PISEE — parecem não visar qualquer racionalização dos investimentos públicos. Será que também estes investimentos estarão sujeitos à lógica do mercado para que aponta o Plano? Como o Governo admite a constante revisão da sua política e não explicita por isso a orientação a que vai obedecer nestes sectores, nem dá prioridades, perguntamos: a que critérios obedecerá a aplicação dos investimentos a cargo do Governo? Serão prioritariamente no campo das infra-estruturas? Serão sobretudo no campo do sector produtivo?

Como haveria o Governo de dizer se de facto ele não está consciente de que está a apresentar um plano

nem se responsabiliza pelo que nesta lei ficar expresso, pois que propõe nesta mesma lei uma revisão profunda das grandes opções já em 1982.

O que estamos pois a examinar não é um projecto de plano a médio prazo, é um nado-morto. E valerá a pena continuar a velar mortos?

Como oposição construtiva e persistente façamos mais um pequeno esforço de análise.

Em relação ao que aparece inscrito no capítulo das grandes opções diz-se entre outras que se pretende «assegurar aos Portugueses um modelo europeu e ocidental de sociedade onde os cidadãos detenham a capacidade de decisão colectiva sobre o seu próprio futuro».

Já o alinhamento *tout court* pelo modelo de sociedade europeia ocidental nos levaria a longas perguntas: qual modelo o da Sr.^a Thatcher ou o do Sr. Giscard d'Estaing, o turco ou o grego, o da Europa de há dez anos, o que se verificará daqui a cinco ou dez anos e onde... Mas isto é muito complicado para o Governo ...

Talvez seja mais simples perguntar-me quais os mecanismos que virá a implementar para alcançar a tal capacidade de decisão colectiva sobre o próprio futuro deste nosso país? Em verdade devemos concluir que este Plano é a própria negação desse mesmo princípio, pois que ele nem foi feito segundo os meios de participação já legislados e alguns deles criados, nem nele nada se diz, sobre análise das aspirações reais ou sobre as necessidades sociais quantificativas ou expressas sobre o que deveria assentar tal Plano.

O Sr. António Vitorino (UEDS): — Muito bem!

A Oradora: — O Governo, embora firme o contrário, é o primeiro a retirar a tal capacidade de decisão colectiva dos Portugueses sobre o seu futuro e a arvorar-se de um paternalismo estatal despudorado em diversos sectores e a abdicar da responsabilidade de orientação em prol de objectivos nacionais em muitos outros campos de fortes possibilidades de condicionamento do regime democrático.

E as ambiguidades continuam. Repare-se, por exemplo, no que se explicita quanto ao melhoramento das condições de vida das populações, nomeadamente no compromisso de promover a intensificação das satisfações das necessidades no campo da educação, saúde, habitação, família, etc. Isto está expresso, é certo, mas mais à frente no desenvolvimento do PIDDAC entra-se em contradição com o que ficou dito, pois que diz agora que o Plano procurará assegurar a correcção estrutural do Programa de Investimento e de Desenvolvimento da Administração Central (o PIDDAC), nomeadamente na segurança social, cultura, formação, defesa do ambiente, investigação científica, etc.

Isto é, antes dizia-se que os investimentos da Administração Central se intensificariam em sectores fundamentais como educação, saúde, habitação, etc., enquanto que, algumas páginas mais à frente, se diz que se corrigirá a estrutura dos sectores até agora de menor peso e não naqueles que pareciam, prioritariamente merecer maior correcção, o que, embora relativamente menor, parece indispensável.

Igual contradição se encontra também no que respeita à taxa média de evolução do investimento para

1981-1984. No texto diz-se que se prevê uma evolução média de 80% mas logo na página a seguir, diz-se também que o investimento em habitação e infra-estruturas sociais deverá crescer a uma taxa também de 8%. Em que ficamos? O Governo diz estar disposto a corrigir a estrutura de investimento nestes sectores prioritários, mas não lhe concede qualquer acréscimo superior à evolução média prevista ...

Grave erro, porém, encontramos no capítulo da emigração. A perspectiva em que assenta explicita uma problemática extremamente deficiente dos movimentos emigratórios para o futuro. Se Portugal aderir à CEE em 1984 ou mesmo em 1985, o problema dos fluxos migratórios entre Portugal e a Europa comunitária terá de ser altamente analisado porque é um domínio onde a CEE nos imporá fortes restrições. Nada se diz no entanto sobre qual é a estratégia que, dentro desta óptica, o Governo pensa adoptar, e que está a preparar, face à livre circulação dos trabalhadores que nos será concedida. Ou será preparada só nessa altura?

No que respeita à problemática da mão-de-obra e do emprego um plano que merecesse esse nome, mesmo na perspectiva extremamente economicista como este, não deixaria de conter um capítulo sobre recursos humanos onde se definisse uma política global e as políticas sectoriais de preparação e melhoria do nível educativo e profissional da mão-de-obra em relação com o emprego.

Este texto limita-se a constatar verdades de Sr. De la Palisse ... «o nível educativo dos trabalhadores portugueses é um factor condicionante da produtividade da inovação tecnológica, da correcção da estrutura do emprego». Mas quem não sabe isto? Mas por que é que o Governo em vez de nos apresentar tristes mediocridades no capítulo da educação, por exemplo, não toma como objectivo fundamental, decorrente mesmo das suas grandes opções, a elevação do nível educativo e profissional da população como um objectivo primário do desenvolvimento da sociedade portuguesa?

Não há dúvida de que o Governo apresenta medidas relativas a plano de formação de quadros. E informa-nos também quando fala da qualificação dos desempregados que estes são, sobretudo, jovens e as pessoas que têm a escolaridade apenas da 4.^a classe ou da 6.^a classe. Mas, por exemplo, no capítulo da emigração afirma-nos que vai criar estruturas adequadas para acompanhar e apoiar a emigração de mão-de-obra qualificada. Há qualquer coisa aqui de profundamente contraditório, aberrante e, em termos de políticas de recursos humanos, inaceitável. Será que o Governo antevê dentro do seu modelo de desenvolvimento para o País (aquele que já sabemos, pode mudar todos os dias porque este Plano é só um grande guarda-chuva para tudo quanto se quiser fazer e nele couber) deixar e promover a emigração dos poucos quadros qualificados que temos?

E para terminar este rol inesgotável de ambiguidades, contra-sensos, uma palavra para a forma como é tratada, num capítulo separado, a regionalização das grandes opções.

É caso ainda para perguntar ao Governo se o desenvolvimento regional, o aproveitamento do potencial máximo dos recursos regionais, o combate às assimetrias regionais, o problema da acessibilidade,

não meramente física — como lá se diz —, mas também aos meios culturais e serviços sociais das zonas urbanas se insere ou não numa estratégia global do modelo — já não sei de quê, se de desenvolvimento se de crescimento económico — deste Plano ou é assunto à parte. Ou será também algo que se deixará para depois, para corrigir quando uns tantos passarem a ser mais ricos outros tantos mais pobres, mas cuja média aritmética macroeconómica satisfará plenamente o Governo.

Não, Srs. Ministros, tenham pelo menos a honestidade de dizer ao povo português, mesmo àquele que vos elegeu: não tivemos tempo, temos muitas preocupações, esta proposta de lei foi um engano, retiramo-la porque aprovada, ou não, irresponsavelmente pela maioria AD ela não serve para nada a não ser para impedir a tal participação colectiva dos Portugueses no traçado do seu futuro.

Aplausos do PS, da ASDI e da UEDS.

Vozes do PSD e do CDS: — Não apoiado!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Habitação e Obras Públicas.

O Sr. Ministro da Habitação e Obras Públicas (Luís Barbosa): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Governo anunciará, durante o próximo mês de Abril, um novo sistema de crédito que facilitará às famílias de mais baixos rendimentos adquirir habitação própria.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Tal sistema de crédito terá como ponto de partida um novo tipo de depósito a que chamaremos poupança habitação, com condições muito favoráveis, depósito que proporcionará a acumulação de uma entrada inicial.

Os empréstimos concedidos serão amortizados através de prestações que representarão, em cada momento, 25 % do rendimento do agregado familiar.

O sistema de crédito actualmente em vigor cobre 50 % da população aproximadamente. Com o novo sistema alargaremos essa cobertura a uma percentagem que se situará entre 70 % e 80 % das populações carenciadas.

Para os restantes 20 % a 30 % de agregados, cujos rendimentos não permitem, em caso algum, o acesso a casa própria, criaremos condições de financiamento, a longo prazo, às autarquias e às instituições de assistência social que possibilitem a aquisição de fogos para arrendamento em condições adequadas à situação de cada agregado familiar.

Podemos, assim, anunciar aos Portugueses que vamos avançar soluções que nos permitirão resolver, de forma sistemática, os graves problemas que nos afligem no domínio da habitação.

Nada se fará sem tempo. Os recursos financeiros e a capacidade de produção não são ilimitados. Mas os próximos quatro anos serão anos de realização e de esperança.

O Programa do Governo mantém-se: construir 50 000 fogos por ano.

O novo sistema de poupança-crédito para habitação será um factor de grande importância para aumentar

o ritmo de construção, mas, por si só, não chegaria para garantir as condições óptimas de recuperação do sector e de satisfação progressiva das necessidades existentes.

Está pronto e vai ser enviado a Conselho de Ministros um diploma que regulará os novos contratos de arrendamento. Nesse diploma define-se um regime de rendas condicionadas com isenções fiscais adequadas e actualização anual dos rendimentos. É um passo importante para suscitar o interesse pelo investimento imobiliário no domínio do aluguer. O novo regime fará também baixar as rendas dos contratos dos fogos recém-construídos.

Estamos a estudar uma forma de actualização automática dos arrendamentos para fins comerciais, industriais e para as profissões liberais.

Temos projectos bastante avançados para lançar a criação de sociedades de investimento imobiliário que ponham à disposição das pequenas poupanças, com rigoroso controle estatal, o investimento em imóveis para escritórios, hotéis e até infra-estruturas de que o Estado esteja carenciado e de que possa ser apenas locatário.

Até ao fim do primeiro semestre teremos legislado sobre construção clandestina, sublocações ilegais, dupla habitação, arrendamentos em zonas turísticas.

No que respeita aos arrendamentos em vigor, não quer o Governo tomar uma posição que não seja amplamente discutida e aprovada por esta Assembleia.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Queremos adiantar, desde já, que dia a dia se vai radicando em nós a convicção de que as decisões a tomar terão de permitir, prioritariamente, a conservação do parque habitacional existente. É no domínio das despesas de conservação que mais facilmente se formará um necessário consenso entre senhorios e inquilinos. Por esta via criaremos trabalho e conservaremos um património que tem vindo a degradar-se de forma inaceitável no último decénio.

A Sr." Zita Seabra (PCP): — Não apoiado!

O Orador: — Vamos tomar medidas que reduzam os prazos de construção e lhe aumentem a produtividade. O encurtamento dos prazos de construção fará baixar os encargos financeiros que hoje representam não menos de 25 % dos custos finais.

Temos de ser inflexíveis para com as burocracias que são o fermento da corrupção, temos de simplificar os esquemas legais de transmissão e registo da propriedade. Temos, numa palavra, de ter preços aceitáveis de construção.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Mas tudo o que projectamos terá resultados duvidosos se não actuarmos com firmeza no aumento da oferta de solos urbanizados. Pedimos, assim, e desde já, a esta Assembleia que dê prioridade e urgência à nova legislação de solos que estamos a preparar.

Pretendemos que cada autarquia, ouvidos os órgãos supervisores da Administração Central, indi-

que, ano a ano, as áreas de expansão de cada aglomerado populacional. Nessa área os terrenos terão de ser urbanizados ou postos à disposição, dentro de condições contratuais a estabelecer, de quem os possa urbanizar.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não preconizamos a expropriação, a não ser em casos muito especiais. Consideramos socialmente justo que os proprietários que mantenham terrenos sem utilização por razões especulativas sejam fiscalmente penalizados.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Tudo o que dissemos se enquadrará com coerência na lei-quadro da habitação, já neste momento em avançada fase de elaboração e sobre a qual a Assembleia de República se deverá pronunciar.

Ainda uma palavra sobre o Fundo de Fomento da Habitação. É um organismo destroçado que tem vogado ao sabor dos ventos que inspiravam cada Governo. Se alguns preconizaram o seu aniquilamento, outros consideraram-no como o desejável monopolista da promoção imobiliária.

Por nossa parte e dentro de uma análise pragmática dos objectivos sociais do Governo, consideramos que o Fundo de Fomento da Habitação deverá transformar-se, rapidamente, num instrumento eficaz da acção do Estado: estimulante da iniciativa, dos novos métodos, da normalização e também aferidor de preços e de dificuldades.

Como promotor imobiliário, o Fundo de Fomento da Habitação pode desempenhar um papel relevante na construção de fogos para os grupos sociais de mais baixos rendimentos, área em que os promotores imobiliários privados têm demonstrado menor capacidade e vocação.

A história do Fundo, nos últimos anos, é o reflexo natural da instabilidade do País. Um amontoado de erros, o desleixo, a incapacidade de decisão. A actual direcção do Fundo de Fomento da Habitação está consciente da situação e vem, desde o ano passado, a fazer um esforço para superar as dificuldades existentes.

O Fundo de Fomento da Habitação vai transformar-se num instrumento eficaz e útil. Para essa transformação tomaremos todas as decisões que se mostrarem necessárias.

As visitas que temos feito aos bairros de lata e o que lá temos visto dão-nos a força moral suficiente para não permitir que Portugueses que vivem em condições sub-humanas possam ser prejudicados por um clima de irresponsabilidade ou de incompetência.

Aplausos do PSD e do CDS.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O Estado é hoje detentor de um enorme património imobiliário habitacional através do Fundo de Fomento da Habitação, da Previdência e de outros órgãos e institutos. Esse património precisa de ser gerido e dinamizado. A venda aos seus actuais inquilinos deverá ser estimulada criando esquemas de crédito para aquisição que sejam acessíveis.

Os recursos financeiros que assim se irão libertando poderão ser aplicados em novas habitações e

constituir um impulso adicional a todo o esforço que pretendemos empreender.

O Governo está consciente de que a habitação é uma das grandes tarefas que vai decididamente enfrentar.

Não quero aqui deixar de prestar homenagem a todos aqueles, qualquer que seja a sua ideologia, que nos últimos anos, com mais ou menos êxito, com mais ou menos acerto, se esforçaram por encontrar soluções para o problema da habitação.

De todos o Ministério da Habitação e Obras Públicas receberá as sugestões ou as críticas com espírito aberto e vontade de acertar.

Lanço também aqui um apelo para que os bancos, os trabalhadores e as suas organizações representativas, os empresários e as suas associações juntem aos nossos os seus esforços para dar casa condigna aos Portugueses, dentro do espírito moderno com que terão de ser encaradas as respectivas responsabilidades sociais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Anunciámos há dias a construção de cerca de 850 quilómetros de novas vias rápidas e a reparação e melhoria de 1000 quilómetros de estradas existentes. Basta olhar para o mapa onde estão traçadas as rodovias que refiro para darmos conta de que esse programa, juntamente com a progressão da auto-estrada Norte-Sul, irá servir de base a uma profunda alteração das condições de vida do nosso país.

No período 81/84 estarão terminados o novo Hospital Central de Coimbra e os Hospitais Distritais de Abrantes, Santarém, Barreiro, Vila Real e Viana do Castelo. Estão a ser preparados para lançamento novos hospitais distritais, designadamente os de Guimarães, Almada, Viseu e Horta.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Muito bem!

O Orador: — Espera-se prosseguir no período o esforço de construção, ampliação e remodelação de centros de saúde.

A Grande Lisboa e o Grande Porto aguardam a sua vez para ver reconvertida uma grande parte da sua estrutura hospitalar envelhecida e degradada.

Estão em construção, neste momento, mais de 100 escolas preparatórias e secundárias. O Ministério da Educação aponta uma carência de 350 escolas.

Vão iniciar-se no período do plano o Instituto Superior de Educação Física do Porto, a primeira fase da Faculdade de Economia de Lisboa, o conjunto central da Faculdade de Ciências e Tecnologia de Lisboa, as Escolas Superiores de Bragança, Viana do Castelo, Castelo Branco e Leiria.

Esperam vez a primeira unidade da Faculdade de Psicologia de Lisboa e a primeira fase da Faculdade de Farmácia e ainda escolas superiores em Coimbra, Braga, Guarda, Viseu, Santarém, Évora e Portalegre.

No que respeita a recursos e aproveitamentos hidráulicos, desenvolvem-se os empreendimentos do Baixo Mondego e da Cova da Beira, intensificaram-se as obras da navegabilidade do Douro, estuda-se Alqueva, lançam-se as barragens do Funcho e do Beliche, no Algarve.

Tudo visto e ponderado, como há pouco tempo tive ocasião de afirmar nesta Assembleia, a capacidade de armazenamento das águas de superfície é

apenas de 7%, o que perspectiva elevados investimentos em pequenas barragens e captações subterrâneas.

O Sr. Henrique de Moraes (CDS): — Muito bem!

O Orador: — O saneamento básico, embora essencialmente na dependência das autarquias, é uma preocupação constante dos gestores autárquicos, que não poucas vezes extravasa para a Administração Central.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É este o enorme desafio que temos pela frente no domínio das infra-estruturas, sem referir as que estão na competência do Ministério dos Transportes e das Comunicações.

A população portuguesa adormecida durante séculos despertou após o 25 de Abril para todas as suas necessidades e carências. A pergunta que ouço por aí fazer é se teremos ou não capacidade económica e financeira para as satisfazer.

A questão não é simples e implica certamente opções políticas e económicas de fundo. Opções políticas porque o Estado dispõe de recursos limitados e não poderá suportar, simultaneamente, todas as pressões que sobre ele se abatem. Opções económicas porque se terá de avaliar até que ponto as infra-estruturas, alargando a actividade de construção civil, não serão elas próprias um poderoso motor de desenvolvimento da nossa economia.

Cada posto de trabalho directo na indústria de construção gera entre dois a três postos de trabalho nas indústrias que a servem e daí ser a construção civil um sector com uma grande capacidade geradora de emprego. Actividade de elevadíssimo valor acrescentado nacional, a construção civil poderá desenvolver-se sem comprometer os saldos da balança de transacções correntes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A crise da energia, se traz constrangimentos de ordem imediata, é também pronunciadora da revolução tecnológica que se aproxima. Em 1974, abolido o regime totalitário, Portugal dispôs de uma excelente oportunidade para se desenvolver e reduzir a diferença que nos separava dos países mais evoluídos da Europa. Temos agora à nossa frente uma nova oportunidade. O nosso relativo subdesenvolvimento representa uma vantagem competitiva que durante alguns anos poderemos aproveitar, se usufruirmos da estabilidade política que permite programar e realizar os programas que se aprovam.

Não é por acaso que pela primeira vez é possível a um Governo apresentar as grandes opções que orientarão o plano para os próximos quatro anos. Não é por acaso que é possível falar sobre o futuro com maior segurança.

A construção civil, que nos outros países da Europa já não encontra necessidades básicas para satisfazer, como aconteceu depois da Segunda Guerra Mundial, tem, entre nós, muito caminho para andar.

O turismo é uma actividade cujas infra-estruturas assentam na construção civil.

Podemos produzir, como já fazemos, materiais de construção para exportar. Temos capacidade tecnológica e mão-de-obra capaz de se especializar, como base para lançar as nossas empresas de construção no estrangeiro.

A construção civil pode representar um importante esteio da nossa economia até que as novas tecnologias surjam no horizonte.

Quando visitei há dias o bairro chinês na freguesia de Marvila, encontrei condições de vida inaceitáveis. Mas, ao ver de uma elevação de terreno o conjunto das barracas que constituem o bairro, deparei com uma floresta de antenas de televisão. A «moda» dos rendimentos, segundo afirmações das assistentes sociais da Câmara Municipal de Lisboa, é mais elevada do que se supõe.

Criamos, assim, uma sociedade que proporciona aos seus cidadãos, electro-domésticos e automóveis, que importamos, e lhes veda o acesso a uma casa condigna, a primeira de todas as necessidades. Aquela que representa o espaço envolvente desse valor que defendemos com arreigada convicção: «a família».

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Quando visito um bairro degradado, sinto com mais força que há cada vez menos espaço para as pequenas querelas políticas e os debates eséreis.

Os portugueses esperam de nós a resolução dos seus problemas. Vamos resolvê-los.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Miranda.

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Se não bastasse já os resultados nefastos da política agrícola até agora seguida, exemplo claro do cariz retrógrado e passadista deste governo e dos governos de direita que o antecederam, os documentos que agora nos são apresentados são o produto acabado da hipocrisia e a cartilha feita à medida dos grandes agrários, senhorios ricos e absentistas, dos especuladores e intermediários.

Os objectivos do Governo centram-se na liquidação das pequenas explorações, na reconstituição dos latifúndios e na entrega dos circuitos de comercialização e dos mecanismos de formação dos preços dos produtos agrícolas nas mãos dos grandes armazenistas.

Nem uma palavra quanto aos graves problemas que afectam os pequenos agricultores — proprietários, rendeiros ou seareiros.

O que o Governo anuncia é que nada fará para ser cumprida a lei que assegura a participação dos rendeiros nos julgamentos das questões de arrendamento.

Nem uma linha sobre o crédito para com que bombardearam os rendeiros antes das eleições. Nem uma frase sobre créditos de campanha.

E para quem fala em reestruturar e dar sangue novo às empresas agrícolas não deixa de ser significativa a verba irrisória de 8 000 contos para subsídios aos jovens agricultores.

Por outro lado, fala-se de redimensionamento económico, mas o que se visa é a aceleração brutal dos mecanismos de concentração da propriedade que cindiram os pequenos e médios agricultores.

De resto, tal é claro até pela verba ridícula de 30 000 contos que o MAP destina para 1981 a título de subsídios, para fazer face aos danos provocados por intempéries.

Para o Governo, a ruina das pequenas explorações agrícolas é um imperativo da adesão à CEE, como de resto o reconheceu já o Secretário de Estado para a Integração Europeia. Mas, significativamente, sobre as ruinosas consequências dessa adesão não se encontra nas grandes opções do Plano uma única referência. E o Sr. Ministro da Agricultura sobre elas igualmente disse nada.

Hipocritamente, o Governo afirma que emprenderá acções com vista a levar a estabilidade económica e social à Zona de Intervenção da Reforma Agrária. É uma forma cínica de dizer que se propõem continuar a política de ilegalidade, de repressão e de arbitrariedades, que no fundamental se tem traduzido na diminuição da produção e da produtividade, no abandono das terras, na quebra de investimentos e no brusco aumento do desemprego, que hoje atinge já cerca de 30 000 homens e mulheres.

E dos escombros desta política de destruição retira o Governo a afirmação macabra de que vai seguir um programa regional de «fixação das populações do Alentejo, face ao fenómeno de despovoamento verificado nos últimos anos, que começa a tomar aspectos alarmantes».

A Sr.ª Ercília Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Retirando aos trabalhadores as terras, os gados, as máquinas, a cortiça e prosseguindo uma política de asfixia financeira, o Governo vai hoje ao ponto de pretender que os trabalhadores paguem as verbas despendidas em investimento que aos agrários já foram entregues e pretende até, como decorre das Portarias n.º 235/81 e 236/81, que sejam os trabalhadores a pagar os meios de produção aos latifundiários, para cujas dívidas fiscais e juros de mora prepara, aliás, um escandaloso perdão.

O Sr. Carlos Brito (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Mas o que o Governo não diz é qual a velocidade com que vai engrenar a máquina de destruição da Reforma Agrária: se a que lhe é exigida pelos dissidentes da CAP/CDS, se a dos oficiosos da CAP/PSD e alguns CDS. A cautela, o Governo não se quer incompatibilizar com qualquer das facções, o que, de resto, ficou bem patente pelo discurso de generalidades do Sr. Ministro. Quer demonstrar a ambas que a sua política é a de destruição da Reforma Agrária e que está, assim, decididamente contra os trabalhadores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: No campo da comercialização dos produtos agrícolas avulta o anunciado desmantelamento da EPAC e a entrega da importação de cereais a empresas ligadas ao capital estrangeiro. A pretensa necessidade de liquidação do monopólio do Estado face à adesão à CEE não passa de uma desculpa grosseira para colocar nas mãos de duas ou três multinacionais, sem possibilidade de um apertado controle e desligadas dos interesses dos agricultores, a importação de cereais.

Isto é: o Governo afirma, por um lado, ser necessário reduzir o grau de dependência externa e aumentar os níveis de auto-abastecimento de cereais e, por outro lado, franqueia as portas da importação, não sendo mesmo de estranhar que, face ao mais baixo preço e à melhor qualidade dos cereais importados,

vejamos substituída a produção nacional por aqueles. Em vez da necessária política de substituição de importações, corremos o risco, assim, de termos seguida uma política de substituição, sim, mas da produção nacional.

Mas o que se anuncia para a EPAC é apenas parte de uma ofensiva generalizada. Com o pretenso angamento de não existirem projectos ou não poderem ser concretizados os existentes, o Governo cortou mais de 850 000 contos, precisamente e entre outras, à EPAC, à JNF e à JNPP. E para onde vai esse dinheiro? 150 000 contos são dados de mão beijada a sucursais da CAP disfarçadas de «núcleo de lagares contínuos do distrito de Portalegre».

O Sr. Álvaro Brasileiro (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Governo prepara-se, por outro lado, para colocar nas mãos do capital privado as rédeas da produção de oleaginosas. Veja-se a transferência de posse da empresa FORE em Évora para o IGEF, e a decisão simultânea de proceder à sua venda. Aquela empresa pertenceu às ex-Federações dos Grémios da Lavoura do Alentejo, mas, agora, nem uma explicação é dada aos que ali trabalham a terra.

O que se passa em relação à produção do tomate mostra bem que nada valem as declarações de que o Governo pretenderia consolidar o nível de algumas das nossas produções. Fixam-se preços incomportáveis para a produção e atende-se exclusivamente aos problemas da indústria. Estes são reais, mas, a continuar tal política de preços na agricultura, podemos encontrar-nos, a curto prazo, numa situação de inexistência de produção de tomate. De resto, é reconhecido já que ela vem decrescendo e sendo substituída por outras produções mais rentáveis para os agricultores.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É na ligação das generalidades que comportam as grandes opções do plano a médio prazo com o OGE para 1981 que mais claro se tornam os verdadeiros objectivos deste Governo quanto ao sector primário.

Lemos nas grandes opções do Plano ser intenção do Governo desenvolver a nossa agricultura, mas o quadro torna-se transparente quando se verifica, em contraposição com aquelas apregoadas intenções, que ao MAP será atribuída uma verba que representa apenas 2,5% do total das verbas orçamentadas, contra 2,7% em 1980, 4% em 1979 e 4,4% em 1978. E ao mesmo tempo verifica-se que, ao nível dos chamados serviços económicos, a rubrica «Agricultura, silvicultura, caça e pesca» decresce, em termos reais, 2,5% relativamente a 1980.

Afirma o Governo ser necessário aumentar a produção e a produtividade. Mal tal só é possível aumentando o nível de investimento. O que se verifica, no entanto, é uma redução em termos reais de cerca de 20% nas despesas com investimentos do Plano abrangidos no MAP.

E não deixa de ser caricato perante aquelas proclamadas intenções que para novos projectos de desenvolvimento regional o MAP apenas destine, como subsídio, a irrigória verba de 20 000 contos, pouco mais que as verbas orçamentadas para o fomento de salmonídeos e para o incremento da produção apícola, estas num total de 15 500 contos.

As verbas consignadas pelo MAP para a instalação de câmaras frigoríficas (11 000 contos), para a construção de novos matadouros (72 000 contos), para salas colectivas de ordenha mecânica (74 000 contos), para aumento da área regada nacional (94 000 contos) são também, entre outros, alguns exemplos que bem demonstram a incapacidade deste governo em fazer face ao atraso da agricultura no nosso país.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É necessário desenvolver a nossa agricultura. Mas não basta afirmá-lo. Antes interessa saber se de facto existe vontade política para tal e como e com quem é possível alcançar tal objectivo.

Para nós é inquestionável que o sector primário pode e deve ser rapidamente impulsionado. Mas tal só é possível dando aos pequenos e médios agricultores e aos trabalhadores agrícolas os meios e o apoio que os transformem no verdadeiro motor de tal processo de desenvolvimento. Não é contra eles, como acontece com este Governo, que tal se verificará. Ao contrário, com a reconstituição dos latifúndios, com a liquidação dos pequenos e médios agricultores, a nossa agricultura seria o que sempre os grandes senhores da terra e do capital dela fizeram.

Mas o povo português não deixará que assim aconteça. E também por isso e para isso o Governo Balsemão será demitido.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Carvalho Cardoso.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Joaquim Miranda sobre algumas das afirmações que fez.

Já esta manhã, não sei se o Sr. Deputado estava presente, tive a oportunidade de pedir ao Sr. Deputado Herberto Goulart que me explicasse porque é que a adesão à CEE significa a ruína das pequenas explorações agrícolas, quando nos países membros daquela organização elas são as predominantes. Como o Sr. Deputado repetiu a afirmação, e porque o Sr. Deputado Herberto Goulart não me esclareceu, gostava que, se possível, me esclarecesse sobre o assunto.

Na sua intervenção, o Sr. Deputado também se opôs à concorrência na importação de produtos agrícolas e gostaria de saber se, afinal, o seu partido é ou não contra os monopólios. Ao fim e ao cabo, parece que querem manter o monopólio da importação e impedir que haja livre concorrência!

Também gostaria de saber por que é que o Sr. Deputado é contra a instalação de lagares cooperativos no Alentejo (e até contra a sua expansão), por quanto — e como sabe um dos princípios fundamentais do cooperativismo é o princípio da porta aberta — qualquer pessoa pode inscrever-se numa cooperativa para aí trabalhar a sua azeitona. Acho que é benéfico para todos os agricultores (pequenos, médios ou grandes, e até para as unidades colectivas) poderem ser sócios de lagares cooperativos. Não percebo se o apoio que o PCP dá ao cooperativismo é ou não sincero. Parece-me que não.

Vozes do CDS: — Muito bem!

A Sr. Ilda Figueiredo (PCP): — Não queremos monopólios, é só isso! O senhor quer é monopólios!

O Orador: — Nós, não! Queremos é concorrência.

O Sr. Presidente: — Para responder, se o desejar, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Miranda.

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação a estas perguntas do Sr. Deputado Carvalho Cardoso apenas vou fazer algumas considerações.

Relativamente à questão da adesão à CEE, responder-lhe-ia da seguinte forma: as preocupações que temos quanto à integração na CEE, no que respeita ao sector agrícola, são bem confirmadas, particularmente até pela tentativa que as forças de direita têm feito no sentido de não esclarecer os agricultores sobre essa questão. Bastar-nos-ia isso para podermos concluir que essa política não interessa.

Mas não é só isso, e a questão que se coloca é ao nível da estrutura agrícola que temos no nosso país. F. o que irá acontecer, como referi, é precisamente aquilo que também acontece hoje ao nível da CEE: é a destruição de cerca de 2 milhões de pequenas e médias explorações agrícolas. É essa a situação. Ao nível dos próprios produtos veríamos, em muitos casos, que o nosso país (aliás isso é mais evidente) seria transformado numa verdadeira floresta. Era essa a única alternativa que tínhamos após a integração na CEE.

Quanto à questão da substituição dos monopólios, o problema não se coloca tal como o Sr. Deputado o fez. O problema não é esse, o problema é saber se a EPAC, tal como funciona, interessa ou não interessa. Diremos que a EPAC, tal como está a funcionar, talvez não funcione correctamente. Mas a solução está em modificar o seu funcionamento e pô-la a funcionar correctamente e não em substituir, como a AD pretende, um monopólio por outro, esse, sim, entregue ao capital privado.

O que a AD pretende não é destruir um monopólio para haver uma certa liberdade na comercialização; o que lhe interessa — e isso hoje já é público — é a entrega da comercialização e das importações de cereais a três multinacionais. É isso que lhe interessa.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — Sobre a questão dos lagares cooperativos, penso que o próprio facto de o Sr. Deputado vir à baila com esta questão é bem o sinal daquilo que referi: é que, na verdade, não se trata de lagares cooperativos.

O Sr. Carvalho Cardoso (CDS): — São cooperativas!

O Orador: — Não é isso, inclusivamente, que está no próprio despacho conjunto. No que ali se fala é no «núcleo de lagares contínuos de Portalegre». Mais nada, Sr. Deputado.

Diz o Sr. Deputado que são cooperativas, mas o despacho não diz isso.

E mais: o que interessa salientar é que neste conjunto contínuo estão apenas integrados os lagares

que pertencem a associações dominadas pela CAP e exclusivamente esses.

Na questão da comercialização e importação de cereais o que se verifica é a transferência de uma verba de uma empresa pública, neste caso a EPAC, para sucursais da CAP. É o Estado a subsidiar diretamente a própria CAP. É o que se verifica e com isso, naturalmente, estamos em desacordo.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — É um escândalo!

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Lopes.

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Apenas vou fazer uma pergunta muito simples ao Sr. Deputado Joaquim Miranda. É esta: entende o Sr. Deputado que devemos fazer uma reconversão cultural ou devemos manter o País na situação em que está?

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Miranda.

O Sr. Joaquim Miranda (PCP): — Sr. Deputado, é evidente que em relação à questão da reconversão cultural muito se poderia dizer. Não sei se o Sr. Deputado se estaria a referir às questões culturais que aqui levantou a Sr.ª Deputada Natália Correia ...

Risos do PCP.

... naturalmente que não é a isso.

Somos a favor de uma verdadeira reconversão agrícola no nosso país, só que não é aquela que é apregoada pela AD. O que a AD pretende não é qualquer reconversão agrícola, como demonstrei; o que a AD pretende, neste momento, é, pura e simplesmente, alcançar três objectivos fundamentais: a destruição da pequena e média propriedade no nosso país; a reconstituição do latifúndio, e a entrega dos circuitos de comercialização aos grandes armazénistas e mesmo a empresas multinacionais. São estes os três objectivos da AD.

Neste momento, aquilo que se encontra ao nível das próprias grandes opções do Plano são puras generalidades, às quais o Sr. Ministro agora deu eco novamente, mas não entrou nunca no debate das questões concretas, tal como nós fizemos.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Anacoreta Correia (CDS): — O que vocês queriam era estepes!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Lopes.

O Sr. Mário Lopes (PSD): — O Sr. Deputado Joaquim Miranda lembra-se certamente de que no ano passado foi aprovado nesta Assembleia um programa de acção do Banco Mundial para arborização de 150 000 ha. dos quais 90 000 pertencem à Portucel. Como pode afirmar agora que estamos a defender monopólios?

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Não brinque comigo!

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vamos fazer agora o nosso intervalo regimental. A Mesa pede que seja mesmo de 30 minutos e que haja inscrições logo de início.

Está suspensa a sessão.

Eram 17 horas e 25 minutos.

Após o intervalo reassumiu a Presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a sessão.

Eram 18 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Se dúvidas existissem, bastaria a organização deste debate para tornar claro o que verdadeiramente significa a dignificação do Parlamento, o seu prestígio e eficácia no entendimento da maioria parlamentar.

O Governo entende a Assembleia da República como um estorvo. Que apenas, e lamentavelmente, porventura, é de bom tom europeu. Por isso o Governo usa o Parlamento como a gravata em dias de muito calor: é um suplício, mas os «bons costumes e maneiras» a tanto obrigam.

Por isso as perguntas dos deputados ficam sem resposta ou esta chega tornada inútil pelo tempo decorrido. Por isso os debates, mesmo de diplomas a ratificar ou de urgências a conceder, esperam pela chegada dos membros do Governo. Por isso todas as propostas do Governo são urgentes e têm prioridade.

O Parlamento é entendido pelo Governo como o meio de obter aquilo que sozinho não pode. Por isso se sacrificou a este debate, em que nos deram dezasseis minutos para falar de projectos até 1984.

Quando meses atrás o Governo entendeu não dever apresentar um programa, mas aguardar as eleições presidenciais, foi, apesar de tudo, anunciada a existência de um plano a médio prazo.

Teremos que admitir que o Plano estava, portanto, em condições de ser apresentado à Assembleia da República antes de 7 de Dezembro.

Não poderemos, aliás, aceitar outra hipótese, que levaria a confirmar, por insuspeitas vozes, que o Governo mentiu à Assembleia da República e aos Portugueses e que a maioria confere confiança e vota... sem saber o quê, mas simplesmente porque apoia tudo.

O Plano estava, portanto, pronto antes de Dezembro de 1980. Trata-se de um plano a médio prazo. A primeira questão que se suscita é, assim, a de saber porquê só há uns dias o seu texto foi enviado à Assembleia. O Sr. Primeiro-Ministro e o Sr. Ministro das Finanças e do Plano devem aos Portugueses uma explicação que é seu dever de honra não escamotear. Se o Plano que nos orientará até 1984 teve de sofrer alterações, isso é importante para conhecermos da bondade das suas previsões e para podemos — ou não — alimentar a esperança de que nos falava o Sr. Ministro das Finanças e do Plano.

Mas se o Plano permaneceu intocado, então o desrespeito por esta Assembleia, a quem se escamoteou o conhecimento atempado de textos, é comportamento que merece o protesto indignado de todos

os que entendem que a democracia é a transparência dos actos, sede de claridade, em que não há privilégios nem favores. Ao negar o conhecimento dos textos aos deputados das oposições, ao regatear sobre as suas faculdades de acção e de expressão, é parte dos portugueses que é marginalizada. É um Portugal de alguns que se pretendeu e pretende.

E pretende, repito, porque este Plano procura «corrigir os efeitos sociais negativos do desenvolvimento económico, atenuando as dificuldades de adaptação das populações», como se escreve na alínea h) e última das grandes opções (p. 123). Por isso a sua concepção é, irremediavelmente, conservadora e, quando muito, aqui ou ali, liberal.

Na verdade, se tal se evidencia pelo próprio carácter vago e impreciso do Plano. A p. 143 do texto da proposta de lei pode, aliás, ler-se: «O Plano desempenhará um papel importante na orientação dos investimentos, mas inserindo-se no funcionamento de uma economia de mercado.»

Não será exactamente assim, mas a frase assume proporções de «acto falhado». Ou seja, está-se longe dos objectivos constitucionais do Plano, sequer os enumerados no n.º 2 do artigo 91.º da Constituição da República, isto é, a garantia do «desenvolvimento harmonioso dos sectores e regiões, a eficiente utilização das forças produtivas, a justa repartição individual e regional do produto nacional, e coordenação da política económica com a política social, educacional e cultural, a preservação do equilíbrio ecológico, a defesa do ambiente e a qualidade de vida do povo português».

E está-se igualmente longe do comando do artigo 92.º da Constituição, nos termos do qual o Plano tem carácter imperativo para o sector público estadual e é obrigatório, por força da contratos-programa, para outras actividades de interesse público e em que o Plano «define ainda o enquadramento a que hão-de submeter-se as empresas dos outros sectores».

Não vamos, neste momento e lugar, ocuparmo-nos da constitucionalidade desta proposta de lei. Os argumentos utilizados contra a sua admissão não foram sequer respondidos e, como tal, o problema não só se manteve como se agravou. O que, neste momento, interessa salientar é que ao planamento se confere um papel meramente indicativo, ainda que importante, isto é, em retrocesso à própria concepção do planeamento vigente em Portugal no âmbito da Constituição de 1933.

A verdade é que, em tal concepção, a economia não só domina mas coloniza a política. São as suas exigências e valores que são erigidos em senhores da vida colectiva. Compreende-se que assim seja. Como escreveu Georges Burdeau, «admitir uma liberdade que não seja balizada pelas estruturas da economia é aceitar ver posta em causa a ordem existente [...]», é consentir à política a faculdade de agir sobre o social [...]. Os governantes não têm por missão violentar (o) meio, antes devem ser-lhe dóceis; registar as suas maneiras de ser, mais do que impor-lhes regras; traçar quadros e não directrizes».

Nem é outra a raiz da desconfiança em relação ao Estado que sob o slogan de «libertação da sociedade civil» se vai proclamando.

O mesmo Burdeau põe o dedo na ferida ao escrever que esta hostilidade veemente sobre mal, com pre-

texto doutrinário, o seu verdadeiro objectivo: «impeir a democracia de passar do estádio de democracia governada para o estádio de democracia governante.

Na medida em que o Estado representa a disciplina, a segurança, a ordem material, as classes médias nunca lhe foram hostis. Mas as suas preferências vão para uma ordem que não lhes peça nada em troca: uma ordem de que aproveitem sem que ela lhes custe seja o que for [...]. A burguesia liberal prefere uma anarquia policiada. Policiada porque, assim, as suas posses lhe estão garantidas; anarquia porque pode fruir dela sem condições.»

Usei, propositadamente, as citações. A radiografia deste Plano está feita e de há muito. E não se diga que o Plano não é liberal por ter entre os seus objectivos a defesa das classes mais desfavorecidas.

A legislação social dos governos liberais do séc. XIX é abundante. E, por exemplo, à 3.ª República da França que se devem leis sobre a liberdade sindical, os acidentes de trabalho, a higiene e segurança no trabalho, o trabalho das mulheres e crianças, até os despedimentos e a reforma dos operários e dos camponeses. Mas o Estado é apenas tutor porque protege contra os perigos; não visa suprimi-los. «Socialmente, o Estado liberal admite o mal; corrige-lhe os efeitos sem lhe atacar o princípio.»

Sendo escasso o tempo, não poderei demonstrar, tão completamente como desejaria, que assim é.

Vejo-me assim forçado a exemplificar com uma análise — a da proposta de descentralização que nos é presente. Leio rapidamente, mas porque esclarecedora, a p. 241, sob a epígrafe Desenvolvimento das regiões portuguesas:

A resolução dos problemas do País passa, também, pela resolução dos problemas específicos de cada região, facto que leva a que, para além de uma regionalização do plano nacional, assuma primeira importância a elaboração de programas regionais em colaboração estreita com os órgãos competentes da Administração Regional e Local e sempre que possível por iniciativa destes. Definidas para cada região áreas de problemas com particular gravidade, justifica-se a definição de tais programas, que incluirão a clara delimitação dos objectivos e metas a atingir, das acções a empreender para a sua consecução e dos recursos a afectar.

Mais vago, mais discursivo do que isto é difícil encontrar-se.

Se a libertação da sociedade civil fosse mais que um slogan ou uma concepção mediocremente paisana, que tem subjacente uma ideia medieval de exércitos privativos e partidários, a descentralização seria essencial e prioritária.

Trata-se não só de recuperar do Estado competências que ele usurpou como de permitir aos cidadãos que o sejam inteiramente, ocupando-se dos seus próprios assuntos. Mas o Governo sabe não ser possível descentralizar competências apenas administrativas e é um poder local autêntico poder político que se não deseja.

Por isso não cumpre a Lei das Finanças Locais, mas mantém a forma centralista e ilegal das participações através do que chama os investimentos intermunicipais comparticipados. Demasiado sabemos

todos o que a fórmula oculta de clientelismo e de favor.

O Ministro das Finanças e do Plano foi ao ponto — 23 do seu discurso — de deixar subentendido que ao cumprimento da lei das autarquias corresponderia o prejuízo do investimento produtivo, a diminuição do crédito à economia, o cessar da criação de empregos.

E não deixou de queixar-se da sua própria inércia. De só depois de votados planos e Orçamento poder a Assembleia delimitar competências em matéria de investimentos e de atribuições.

Ou ignora o Governo que a sua proposta de lei, que tem o n.º 24/II, deu entrada na Mesa em 19 do corrente e que foi a maioria que o apoia que, desde 1979, tem impedido a concretização de tal delimitação?

A insinceridade da posição do Governo é, aliás, facilmente testável: está o Governo disposto a alterar o Orçamento e cumprir a Lei das Finanças Locais, depois de aprovada a delimitação de competências?

O Governo «fabrica» os justificativos para as suas pretensões; repete a anedota clássica do médico que manda o doente tossir e depois lhe diagnostica a tosse.

Risos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Face aos desafios que nós defrontamos, o modelo de resposta que nos é proposto, exclusivamente assente nos mecanismos de mercado e no livre jogo da economia privada, é insuficiente e é injusto.

A maioria aceitá-lo-á. Nós votaremos contra.

Pedi-nos o Sr. Ministro esperança. Temo-la em Portugal e nos Portugueses. Não neste governo, nem no seu projecto.

Aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Azevedo Soares.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Apesar do ritmo algo sonolento com que o Sr. Deputado Magalhães Mota interveio, não posso deixar de registar, dele me penitenciando, enquanto elemento da maioria, o mau negócio que fizemos ao conceder quinze minutos ao Sr. Deputado Magalhães Mota.

Risos do CDS e de alguns deputados do PSD.

Num debate sobre as grandes opções do Plano, em que a parte mais substancial da sua intervenção é, no fundo, uma lamúria pelo pouco tempo que teve, em vez de o utilizar utilmente, prova à saciedade que o Sr. Deputado Magalhães Mota não se sentia à vontade para criticar o Plano, senão numa perspectiva lateral ou, eventualmente, meramente política.

Assim, procurou escudar-se — para ser um pouco benévolos, como fica bem aos grandes partidos — atrás de uma afirmação, produzida aqui antes de 7 de Dezembro, de que o Plano estava pronto, esquecendo-se — e isto é grave, Sr. Deputado — de que o Primeiro-Ministro não é o mesmo, pelas razões que V. Ex.^a conhece. E mais: de que um governo novo,

necessariamente, para que o seja — e nós queremos que seja um governo, enquanto tal, com responsabilidade —, teria que se debruçar sobre esses documentos.

Por outro lado, o Sr. Deputado Magalhães Mota procura refugiar-se em puras citações extensas, para no fim concluir tratar-se de um modelo liberal, retomando a velha questão do modelo liberal-conservador. Esquece-se o Sr. Deputado de que, acerca das teses da libertação da sociedade civil, o debate do Programa do Governo deixou claro que, se o nosso projecto era apelidado pelas forças da oposição como liberal-conservador houve um esforço titânico — direi — dos elementos da FRS para se apoderarem precisamente do projecto liberal-conservador.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Não somos nós, portanto, que nos apoderamos de tal projecto, como tal não receamos os qualificativos vindos da oposição, preocupamo-nos, isso sim, com as consequências políticas, económicas e sociais da política geral e das políticas sectoriais que vamos executando. E essas, quer o Sr. Deputado queira, quer não, deram-nos, em apresentação directa ao sufrágio, uma maioria alargada nas eleições de 5 de Outubro.

É esse aspecto que V. Ex.^a, Sr. Deputado Magalhães Mota, terá que esclarecer. Se o modelo liberal-conservador é nosso, porquê tanta preocupação ideológica das bancadas da coligação em que V. Ex.^a se insere para se apoderar desse mesmo projecto liberal-conservador? Isto é, à falha de qualquer fundamentação ideológica, o Sr. Deputado apresenta-se social-democrata na fachada, mas no fundo cheio de resquícios de situações puramente conservadoras. Conservadoras de muitas situações, designadamente conservadoras de poder, conservadoras do *status quo*, que, mal ou bem, teve que aceitar em determinada situação da evolução histórica portuguesa e em que, portanto, perdeu toda a perspectiva de desenvolvimento dinâmico de uma sociedade para se agarrar às conquistas irreversíveis.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Sr. Rogério Brito (PCP): — E aos costumes disse nada!

Uma voz do CDS: — Não diga isso, Sr. Deputado!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Magalhães Mota.

O Sr. Magalhães Mota (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não consegui saber se se tratava de um pedido de esclarecimento ou de um protesto. De qualquer modo, responderia a um pedido de esclarecimento, porque me parece que aí se situava a intervenção do Sr. Deputado Azevedo Soares, a quem agradeço, aliás, as concessões, a benevolência e outras prodigalidades democráticas, que revelam o espírito com que trata esta Casa e os deputados.

Gostaria tão-somente de lhe lembrar que eu julgava, mas pelos visos enganei-me, que a palavra «liberal» para si e para o seu partido seria um elogio.

Afinal não era. Creio que o Sr. Deputado estaria pelo menos muito adormecido para que não tivesse entendido que a coerência nesse liberalismo lhe assentava bem, e não mal.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Sr. Deputado Azevedo Soares, pela minha parte, por tudo aquilo quanto deixei dito no tempo que benevolamente me concedeu, não invejo o seu modelo nem penso que ele seja o mais útil à sociedade portuguesa.

Aplausos da ASDI, do PS e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção,, tem a palavra o Sr. Deputado Jerónimo de Sousa.

O Sr. Jerónimo de Sousa (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Com as suas opções, com este Orçamento Geral do Estado e pelo tom do discurso do Ministro apresentador da passada sexta-feira, este governo demonstra afinal o que é: uma chapa (porventura mais deficiente e mais fraca) do anterior governo AD, na procura de retomar a ofensiva restauracionista, inconstitucional e antilaboral.

Em nome da crise e da seca, em nome das dificuldades da sociedade capitalista, o Governo exibe arrogantemente a factura a pagar, exige sacrifícios e austeridade ao povo português, não se coibindo mesmo de fazer ameaças veladas aos que lutam pelos seus direitos e interesses de classe. Impõe a carga fiscal sobre os trabalhadores, tentando que estes paguem de imposto complementar mais 6,3 milhões de contos que em 1980.

Para o grande capital vão as grandes dedicatórias de apreço, incentivo e subserviência, a promessas de lucro fácil à custa dos trabalhadores e do ataque às grandes transformações democráticas, nomeadamente as nacionalizações e a Reforma Agrária.

É da história o facto de os governos direitistas e reaccionários atirarem sempre para os ombros dos que trabalham as consequências da crise que a sua própria política provoca.

Este governo não é exceção, mas a sua visão clássica é tanto mais retrógrada se tivermos em conta que se prepara para entregar as riquezas nacionais e os instrumentos económicos ao grande capital e aos monopólios, base material da ditadura fascista, responsáveis pela mais violenta exploração e opressão e que atiraram Portugal para a cauda da Europa em todos os indicadores económicos, sociais e culturais.

Sete anos não bastaram para fazer esquecer isto, Srs. Membros do Governo!

A Sr.^a Alda Nogueira (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Perante as linhas orientadoras das opções dos planos e do Orçamento Geral do Estado, os menos surpreendidos serão os trabalhadores, que nunca tiveram ilusões quanto à política futura do governo Balsemão.

Nas fábricas e nas empresas os sinais da continuidade já se vinham verificando. Desde o anúncio da imposição de um tecto salarial ao aumento da exploração em nome do «aumento da produtividade e do combate ao absentismo», à proliferação dessa chaga

social que são os contratos a prazo, ao recurso a despedimentos individuais e colectivos, assim como à exigência de passagem compulsiva à reforma, passando pela restrição do direito de negociação e de outros direitos fundamentais, o governo AD vai servindo de guia e mandatário do patronato, imprimindo, por outro lado, o ritmo que convém às administrações das empresas públicas e nacionalizadas.

Vejamos, na prática, o que significa a chamada «moderação dos aumentos salariais» e o «condicionar o aumento do poder de compra dos trabalhadores aos aumentos da produtividade», referidas a pp. 134 e 157 das grandes opções. Nas empresas públicas os traços característicos na contratação colectiva são a limitação de aumentos salariais, procurando-se impor um tecto salarial de 16%, boicote à publicação dos textos negociados e acordados, declaração das empresas em situação económica difícil, para impor medidas antitrabalhadoras, prática de aumentos selectivos e, nalguns casos, confidenciais, à margem da contratação colectiva.

Na Petroquímica, EDP, Quimigal, STCP, Covina e Portucel as organizações sindicais apresentaram propostas de negociação de 29%, de 25,5%, de 32%, de 31%, de 21% e de 28%, respectivamente. A todas o Governo e as Administrações responderam com uma contraproposta de 16%, sendo de denunciar a contraproposta da administração da Covina que se ficou nos 12%.

Por outro lado, apesar do controle rígido e burocrático das negociações nas empresas públicas pelo Ministério da tutela, ainda assim o Governo leva meses para publicar os textos aprovados.

Na EPAL, na CP, no Metro e na RTP foi necessário anunciar o caminho da luta para que o Governo enviasse para publicação os textos acordados. Durante o ano de 1980, os governos AD declararam em situação económica difícil a RN, Sorefame, TAP, Seilaneve, RDP e EPNC. A análise das situações nestas empresas mostra que o objectivo não é de, forma alguma, a sua recuperação, pois nenhuma medida nesse sentido foi tomada.

Verifiquemos, por último, até onde está a ir e de quem é a intransigência nas negociações da contratação colectiva.

Os conselhos de gerência invocam sempre directrizes superiores; nalguns casos, as posições iniciais aparentem logo como «última» posição; noutras casos, a desvergonha é tanta que a abertura das negociações só existe se os trabalhadores aceitarem que se retirem direitos e se reduzam ou diminuam regalias. A isto a AD e o seu governo chamam «diálogo e negociação».

Toda esta política é acompanhada de medidas de repressão directa e selectiva. Na Petrogal, por exemplo, foram aplicadas recentemente sanções a oito trabalhadores, alvo de processos disciplinares por se recusarem a aceitar a requisição civil durante as paralisações de Abril e Março, relacionadas com a revisão do acordo da empresa, conforme foi decidido em plenários gerais de trabalhadores. Esta acção punitiva e revanchista atingiu precisamente os trabalhadores que mais se destacaram na luta.

Tudo isto ocorre numa empresa onde não é dado cumprimento global ao acordo, onde não se reconhece a subcomissão de trabalhadores e se restringe o direito ao controle de gestão. Guardando prudente silêncio

em relação à justeza das reivindicações dos trabalhadores da Petroquímica, o Sr. Ministro Baião Horta exclama: o que está em causa é a política económica do Governo. A ela devem ser sacrificados os direitos dos trabalhadores.

Tais «exemplos» justificam.

O grande patronato começa também a tomar como sua esta tese a esta política laboral, apresentando contrapropostas de negociação que, no mínimo, se podem considerar de provocatórias.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Aquilo que o Governo e a AD querem, aquilo para que apontam nas grandes opções e no OGE, é coisa totalmente distinta daquilo que pensam e querem os trabalhadores e as suas organizações. Já no tempo de Sá Carneiro-Freitas do Amaral se anunciou como coisa certa, e em estilo arrogante, a imposição de um tecto salarial e o breve aparecimento de um pacote laboral para restringir direitos fundamentais. Esqueceu-se o anterior governo da capacidade de resistência e de luta das classes trabalhadoras. Foi obrigado a recuar, impedido de aplicar o tecto salarial, e acabou por meter na gaveta a pacotada laboral.

Hoje, novos perigos, ameaçam os direitos mais sagrados dos trabalhadores e as conquistas de Abril, para as quais contribuíram com toda a sua iniciativa criadora, as suas energias e a força do seu trabalho, na perspectiva exaltante da construção de uma sociedade nova, que tivesse como lema o progresso, a justiça e a sua libertação e emancipação.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E porque não abdicam destes grandes objectivos, hoje nas empresas milhares de trabalhadores fazem frente à política restauracionista do governo AD. Na Carris, no Metro, na Transtejo, na Marconi, na Torralta, na CP, os vidreiros, os jornalistas, os trabalhadores da construção civil, dos CTT e da RN, através da sua unidade, organização e luta, já aplicaram os primeiros amargos de boca ao patronato e ao seu governo. Contra o imposicionismo e a prepotência nas negociações das convenções colectivas e nos cadernos reivindicativos, só em Lisboa existem 80 000 trabalhadores em luta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Ao ouvir o Ministro apresentador da passada sexta-feira, lembrei-me de outros Ministros. Alguns mais, outros menos, arrogantes do que Moraes Leitão. Desta mesma tribuna disseram palavras e definiram objectivos de destruição e afronta dos direitos dos trabalhadores portugueses. Ficaram para trás. Pertencem aos acidentes da história e acabaram por ir para a rua.

Que o mesmo aconteça a este governo, a estas opções e a esta política são os votos sinceros do PCP.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador: — E neste sentido não pouparemos esforços, no quadro da Constituição, com os trabalhadores e ao lado das forças democráticas, para que este objectivo seja alcançado.

Aplausos do PCP, da UEDS, do MDP/CDE e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia (Baião Horta): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Neste debate sobre as propostas de lei do Plano e do Orçamento que pela primeira vez inclui o debate sobre as grandes opções de um plano a médio prazo compete-me, como Ministro da Indústria e Energia, explicitar perante esta Assembleia as grandes linhas de orientação da política industrial e energética do Governo e que estão implícitas nos documentos em debate.

Cumpro esta missão com a consciência plena de que, representando o sector industrial cerca de 40 % da produção da nossa riqueza nacional, cerca de um terço do emprego e dois terços das exportações, grande parte do bem-estar e do progresso do povo português dependem de uma política industrial correcta nos seus diversos parâmetros fundamentais, coerente com a nossa política económica e social global e inserida de uma forma coerente com as características intrínsecas do nosso país na dinâmica internacional enquadrante.

Por outro lado, da correcta perspectiva da nossa política energética, numa altura em que, como se sabe, profunda transformação a nível mundial está em curso nesta matéria, dependerá decisivamente o êxito da política industrial que tem aliás de aceitar aquela como condicionamento de base, isto é, as políticas industrial e energética ter-se-ão de conjugar harmoniosamente e ambas serão factores determinantes de progresso do nosso país.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Espero sinceramente que este debate possa permitir enriquecer a perspectiva do Governo em matéria de tão crucial importância para o povo português.

Abordemos em primeiro lugar a política industrial.

Apesar de a nossa indústria ter experimentado um apreciável desenvolvimento nas últimas décadas que a transformou no sector predominante da nossa economia, a sua estrutura apresenta insuficiências profundas, que lhe conferem uma grande vulnerabilidade face à dinâmica de evolução do mundo moderno.

O esforço de reconstrução da fase após a 2.ª Grande Guerra Mundial permitiu à generalidade dos países industrializados um período de crescimento acelerado, pleno emprego, renovação conceptual e física de infra-estruturas e desenvolvimento tecnológico sem precedentes. Esta fase correspondeu, afinal, à maturação efectiva da sociedade industrial clássica com todas as suas características fundamentais.

Enquanto isto se processava, Portugal entregava-se a um desenvolvimento industrial acelerado também, mas incaracterístico nos seus parâmetros fundamentais e filosofia de base, por falta de perspectiva endogenizante e portanto com reduzido grau de compatibilidade com as nossas características próprias de natureza humana e material.

Assim se construiu uma indústria com pouco suporte nas nossas matérias-primas, com pouca inte-

gração intersectorial e com pouquíssima autonomia tecnológica.

No inicio da década de 70 já se começava a vislumbrar que à evolução a que me referi a nível mundial começava a ser assimptótica e de imediato novas ideias e concepções de política industrial começaram a surgir. A crise energética desencadeada pela subida em flecha para 20 vezes do preço da matéria-prima básica do modelo industrial vigente — o petróleo — somente precipitou uma modificação que, em qualquer caso, se sentia ser inevitável.

Tendo o desencadear da crise energética sido quase simultânea com as profundas transformações política, económica e social que o nosso país atravessou a partir de 25 de Abril de 1974, não foram serena e oportunamente avaliadas com a rapidez, perspicácia e sentido das realidades indispensáveis as consequências que de imediato se iriam reflectir na nossa indústria e que exigiam uma imediata inflexão de alguns dos seus parâmetros fundamentais. Antes se continuou na mesma linha tornada então ainda mais incoerente com o nosso país pela crise energética internacional em pleno desenvolvimento.

Por outro lado, as mudanças de política industrial processadas logo após o 25 de Abril foram preponderantemente de natureza político-demagógica com a introdução com toda a intensidade do Estado «patrão industrial» e todo-poderoso procurando fazer acreditar ao povo português que assim a sua riqueza e bem-estar estariam garantidamente acrescidos.

Como se sabe, a dura realidade veio demonstrar que tal não era verdade.

Nos últimos 6 anos, sucessivos governos entregaram-se, por razões diversas, a uma governação conjuntural sem estratégia sólida para introduzir as mudanças estruturais na nossa indústria que a situação nacional e internacional impunham com evidência. Isto é, foram gerindo o sistema, ao mesmo tempo que em múltiplos diagnósticos diziam mal dele, apontando-lhe constantemente os seus defeitos.

O I Governo da Aliança Democrática, com um mandato de menos de um ano, teve o grande mérito de frenar o crescente desfasamento do nosso modelo de desenvolvimento industrial com a realidade nacional e internacional...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — ...; o II Governo da Aliança Democrática, com uma perspectiva de longo prazo e aceitando generosa e conscientemente a vulnerabilidade da situação de partida, assume plenamente a responsabilidade de conceber e implementar as transformações estruturais na nossa indústria que a torne moderna, dinâmica, competitiva nos mercados internacionais, tecnologicamente autónoma em grau apreciável, em suma, garante firme de poder corresponder à responsabilidade que lhe cabe na criação de bem-estar e progresso do povo português.

Aplausos do CDS, do PPM e de alguns deputados do PSD.

É esta óptica de modernização estrutural numa perspectiva da futura integração do nosso país na Comunidade Económica Europeia que está na base da política de desenvolvimento industrial do Go-

verno. Mas esta modernização não significa, como muitas vezes erradamente tem sido no passado, uma importação incaracterística e homotética da «moda industrial» predominante nos países economicamente mais avançados. Aliás, pela força da crise energética, da tomada de consciência ecológica colectiva e de diversos aspectos da evolução social induzida pelo próprio desenvolvimento, os países mais desenvolvidos em geral e os da CEE em particular estão, eles próprios, também a promover profundas alterações nas suas estruturas industriais. Tal atitude de cópia seria portanto nestas circunstâncias duplamente errada.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Muito bem!

O Orador: — Esta situação, que poderia à primeira vista ser considerada como adversa, oferece-nos contudo uma oportunidade singular para, saltando por cima de etapas que outros percorreram em condições de enquadramento internacional completamente diferente do actual, criarmos corajosa e inteligentemente uma estrutura industrial coerente com as nossas características intrínsecas e com a evolução do referencial enquadrande, e tendo em atenção a nossa integração na CEE. É oportunidade que não pode ser perdida.

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É neste sentido de mudança estrutural que as grandes opções do Plano a médio prazo apontam e que me permito explicitar claramente enunciando as quatro prioridades da política de desenvolvimento industrial para conseguir tal objectivo:

- 1) Exploração optimizando o valor acrescentado nacional de todos os recursos naturais existentes;
- 2) Evolução qualitativa, sem expansão significativa das indústrias transformadoras tradicionais no sentido de preservar a sua competitividade externa. Portanto uma estratégia defensiva e de salto qualitativo nesta área;

Vozes do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: —

- 3) Desenvolvimento intenso de natureza qualitativa e também expansionista das indústrias em que já possuímos alguma tecnologia própria e em que as nossas vantagens comparativas se apresentam com carácter estável e mesmo ampliável. Uma estratégia agressiva nesta área, criando novas fontes de exportação de bens e serviços com apreciável valor acrescentado nacional;
- 4) Criação de um núcleo de tecnologias avançadas criteriosamente seleccionadas face aos nossos recursos humanos e materiais visando o incremento futuro da nossa autonomia tecnológica. Uma estratégia ousada, talvez pouco idealista, para desencadear a inovação nesta área.

Vozes do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: —

Esta estratégia que aqui naturalmente me limito a enunciar resumidamente, foi já objecto de dois documentos de fundo, um de política industrial e outro de política tecnológica por mim elaborados, e em que se explicitam com apreciável detalhe e exemplificação as orientações que podem conduzir à sua concretização.

Neste debate parece-me antes importante realçar que algumas batalhas importantes estão implícitas nestes objectivos e prioridades e que têm de ser ganhas para que eles possam ser oportuna e cabalmente conseguidos. Referir-me-ei somente às principais:

A) Em primeiro lugar, a batalha da produtividade. — É talvez este, considerado obviamente no seu sentido lato, o aspecto crucial, dele dependendo muito o êxito global. É indispensável que Estado, empresários e trabalhadores se empenhem intensamente em todas as acções que conduzam a um claro e efectivo aumento de produtividade da nossa indústria; de contrário, a sua competitividade degradar-se-á gradualmente e toda a situação se agravará, com especial relevo para a do emprego e da capacidade exportadora.

A batalha do aumento de produtividade é assim um ponto crucial e, por muito que custe aos defensores de certos *slogans* demagógicos, é indispensável que se proceda a uma efectiva moralização das regras de remuneração do trabalho, pois não é socialmente justo que trabalhadores claramente faltosos não sejam penalizados correspondentemente.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Quando um trabalhador falta por baixa fictícia, por exemplo, recebendo por inteiro da empresa onde trabalha para ir trabalhar noutro sítio, como infelizmente sucede frequentemente, está a tirar possibilidades a trabalhadores desempregados e a defraudar a sociedade e portanto a prejudicar o progresso global do País.

Applausos do CDS, do PPM e de alguns deputados do PSD.

De modo semelhante, o empresário deve sentir que não só a função económica como a função social da sua actividade lhe impõe a obrigação de investir oportuna e inteligentemente para melhorar a produtividade de todos os factores de produção e preservar assim a sua indispensável competitividade.

Uma voz do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo, como é sua obrigação, adoptará medidas adequadas para incentivar uns e outros.

B) Em segundo lugar, a dinamização do investimento privado, dentro das prioridades definidas, correndo os riscos e obtendo os lucros que lhe são inerentes.

É preciso que se crie na sociedade industrial portuguesa a ambição pelo êxito e pela sua retribuição dentro da legalidade estabelecida. Só com empresas

fortes, dinâmicas e lucrativas, criando riqueza real que o Estado distribuirá conforme os seus justos critérios de justiça social, poderemos encontrar solução para os nossos problemas.

O Governo projecta um crescimento do investimento privado ao ritmo de 10 % e do investimento público produtivo ao ritmo de 6 %. São metas fundamentais dentro da orientação qualitativa já referida.

As quatro prioridades da política do desenvolvimento industrial que já explicitei oferecem oportunidades importantes ao investimento privado dinâmico e inovador.

Assim, sem querer entrar em detalhes, não deixarei de exemplificar algumas dessas oportunidades:

Na área da primeira prioridade referente às matérias-primas nacionais, a reavaliação com os critérios do futuro do potencial das nossas matérias-primas é indispensável, pois algumas delas são hoje susceptíveis de ser utilizadas para fabricos de muito maior valor. Matérias-primas cerâmicas, algas, recursos florestais são alguns exemplos.

Na área da indústria tradicional, o salto qualitativo e conceptual deverá ser o ponto fundamental. Novos produtos, processos mais eficientes e menos consumidores de energia, ou usando energias nacionais, etc. deverá ser a tónica de investimento em indústrias como a têxtil, o vidro nas suas diversas formas, cortiça, calçado, algumas cerâmicas, etc. Enorme campo de acção e de desafio que aqui se põe.

Na área da terceira prioridade inserem-se os fabricos de equipamentos e máquinas mecânicas e eléctricas, toda a metalomecânica ligeira, electrónica profissional, concepção e fabrico de novos materiais, etc.

Finalmente, na área da quarta prioridade os programas de investigação e desenvolvimento conjuntos entre empresas e organismos do Estado no sentido da inovação e criação de autonomia tecnológica abrem um campo de actuação quase totalmente novo no nosso país.

Com este leque de oportunidades que evolução das condições mundiais favorece, o Governo pensa existirem condições para se conseguir realmente tão elevada meta de investimento privado como o que indica o plano a médio prazo.

C) Em terceiro lugar e sem entrar na controvérsia da delimitação dos sectores público e privado que será oportunamente discutido nesta Assembleia, uma rigorosa selecção dos investimentos do sector público empresarial adequando-o às prioridades da política industrial definida e aos constrangimentos decorrentes da política económica e financeira global. Isto significa muito claramente e em termos concretos que os investimentos de muitos milhões de contos que as empresas públicas industriais realizaram durante os últimos anos, sem uma óptica integrada e financeiramente concertada que lhe servisse de suporte, não serão mais admitidos.

Para aquelas que já estão em fase avançada deste tipo de investimento adoptar-se-á uma estratégia da melhor defesa possível dos capitais já investidos, mas não uma estratégia de continuada expansão.

Assim, de acordo com as prioridades definidas, não se continuará a investir em desenvolvimento das

indústrias de raiz petrolífera, por exemplo, mas sim nas de raiz de matéria-prima nacional.

Vozes do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Igualmente, a não ser em casos de significativa componente social que na indústria são raros, não se aceitarão investimentos de empresas públicas sem a garantia de adequado autofinanciamento e rentabilidade, e os subsídios a fundo perdido serão drasticamente diminuídos já em 1981 e procurar-se-á que sejam mesmo zero em 1982.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Os casos específicos de indústrias em declarada crise internacional como é o caso, por exemplo, da construção naval, serão tratados, dentro da filosofia do Governo, de forma construtiva, isto é, incentivar-se-ão encomendas e criar-se-ão condições semelhantes às da concorrência internacional, mas não se subsidiarão com o dinheiro de todos os portugueses o comodismo e inépcia de alguns.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — O espírito do Decreto-Lei n.º 345/80, do governo anterior aponta já neste sentido e ele será mantido e ampliado.

D) Em quarto lugar o incentivo à inovação tecnológica com um suporte sólido e coordenado das actividades de investigação e desenvolvimento, única via para a indispensável autonomia tecnológica.

E) Em quinto lugar, a adaptação do tecido existente de pequenas e médias empresas industriais, uma das grandes riquezas potenciais do nosso país, no sentido de lhes introduzir os indispensáveis factores de modernização.

F) Finalmente, e muito como corolário de todas as batalhas anteriores, a batalha da exportação. Através do incremento e constante defesa da produtividade, investimento dinâmico e inteligentemente orientado e eficientemente gerido e constante capacidade inovadora das nossas empresas, teremos de vencer a batalha de criarmos um sector industrial com um saldo cambial clara e duradouramente positivo e podermos assim percorrer durante muitos anos a curva ascendente do progresso económico e social que desejamos.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A nova Lei de Bases da Indústria, que o Governo no documento das grandes opções a médio prazo se compromete a elaborar e a submeter oportunamente à apreciação desta Assembleia, assim como a proposta da nova Lei de Minas, já praticamente acabada, reflectirão estas orientações e disporão os mecanismos adequados para a sua implementação.

Abordemos agora a política energética.

Tal como no caso da indústria, os nossos sistemas produtor e consumidor de energia exigem igualmente uma abordagem de mudança estrutural profunda, ousada e perspectivada no futuro.

É evidente que, face ao desencadeamento da crise energética internacional a que já me referi, quase

todos os países terão de modificar profundamente os respectivos sistemas produtor e consumidor de energia, e o nosso país apresenta-se como dos que mais profunda modificação tem de operar e mais atrasado se encontra na sua implementação. É assim imperiosa a necessidade de elaboração do plano energético nacional que se inclui como prioridade no documento das grandes opções a médio prazo.

De novo neste caso, sendo Portugal dos países europeus de menor consumo energético *per capita*, devemos olhar para este facto não como uma fatalidade, antes tirar dele as vantagens possíveis ...

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Muito bem!

O Orador: — ... fazendo com que o indispensável desenvolvimento dos consumos energéticos sejam concretizados, não segundo as concepções e critérios do passado, mas sim do futuro.

Vozes do PSD e do CDS: — Muito bem!

O Orador: — A elaboração deste plano energético nacional é um trabalho de grande envergadura, que vai envolver numerosos estudos de diversa natureza para com alguma segurança quantificar os objectivos desejáveis para o nosso sistema energético nos próximos vinte anos em diversos cenários alternativos. Não estando ainda feitos estes estudos de base, não se devem antecipar quantificações parciais pouco fundamentadas e provavelmente enganadoras da perspectiva global. Considero contudo oportuno explicitar algumas linhas de orientação geral no sentido de procurar colocar correcta e objectivamente alguns dos problemas principais em causa.

Caracterizemos resumidamente a nossa situação:

A) A energia primária consumida no País apresenta uma distribuição pelas várias fontes que é, aproximadamente: o petróleo, cerca de 77 % em 1977, tendo evoluído para cerca de 82 % em 1980; o hídrico, cerca de 10 % em 1977 tendo descido a cerca de 7 % em 1980; o carvão, mantendo-se à roda do nível dos 4,5%; outras fontes mantendo-se à roda do nível dos 7,5%.

Penso serem dispensáveis os comentários, só acrescentando que a factura petrolífera em 1981 excederá os 3 biliões de dólares.

B) O petróleo tem sido utilizado da seguinte forma: os transportes, cerca de 31 % em 1977, evoluindo para 27 % em 1980; a indústria, cerca de 31 % em 1977, passando a cerca de 28 % em 1980; a electricidade, cerca de 11 % em 1977, passando a cerca de 17 % em 1980; outras utilizações, cerca de 27 % em 1977, passando a cerca de 28 % em 1980.

C) A electricidade representa, relativamente ao consumo energético global, cerca de 14 % (13,2 % em 1977, 13,3 % em 1978, 14,2 % em 1979 e 14,6 % em 1980), distribuindo-se o seu consumo aproximadamente por 56 % para a indústria, 24 % para o consumo doméstico e os restantes 20 % em diversas utilizações.

Assim, as prioridades que se definem no documento das grandes opções aparecem evidentes:

1) Diversificação das fontes e da natureza da energia produzida e consumida. — O ponto central desta diversificação é talvez mesmo a prioridade máxima

de toda a nossa política energética é a diminuição da nossa dependência do petróleo. Esta diversificação terá de considerar diversos graus, contemplando diversificação de entre as diversas fontes de importação e introdução de fontes energéticas nacionais.

Uma quantificação clara do ritmo possível para esta diminuição de dependência do petróleo será um elemento central do plano energético.

2) Racionalizar a produção e o consumo reduzindo ao mínimo a margem — actualmente enorme — entre as quantidades de energia primária produzida ou importada e as quantidades de energia utilizável à disposição do consumidor final. A poupança está obviamente implícita nesta racionalização.

Trata-se de actuar em duas áreas fundamentais:

A) Primeiro, hierarquizar a qualidade da energia produzida optimizando o rendimento de transformação da energia da fonte primária. Notemos, por exemplo, que a produção de electricidade a partir de carvão, fuel ou urânio desperdiça, pelas tecnologias actuais, cerca de, dois terços da energia contida na matéria-prima, em grande parte, pelo simples facto de que a energia eléctrica é termodinamicamente muito nobre.

B) Em segundo lugar e na mesma linha de pensamento, toda a utilização deve emprregar a natureza energética menos nobre com ela compatível.

Em resumo, as prioridades são diversificar, poupar, diminuir a dependência externa e melhorar o dimensionamento e gestão do potencial termodinâmico dos sistemas produtor e consumidor.

Chamarei agora a atenção para três características importantes da crise energética que afectam o mundo, para depois referir algumas reflexões que considero importantes para o nosso caso específico:

1) A crise energética não tem soluções isoladas e únicas, mas sim soluções globais em que uma grande variedade de componentes terão ponderações diferentes conforme os países.

2) A crise, sendo generalizada, desenvolve a solidariedade e cooperação entre países.

3) As soluções afectarão profundamente alguns dos critérios tradicionais da sociedade actual e criarião novas oportunidades que deverão ser aproveitadas.

Vejamos agora as reflexões que me parecem oportunas neste momento para colocar algumas questões importantes numa óptica de análise serena e objectiva: Em primeiro lugar, energia não é só energia eléctrica. Muitas vezes discute-se no nosso país, esquecendo esta realidade. A energia eléctrica é, sem dúvida, uma parte importante, termodinamicamente muito nobre, como já referi, mas representa cerca de 14 % das nossas necessidades energéticas e dificilmente chegará aos 20 % na próxima década.

Em segundo lugar, a natureza diversificada da solução da crise energética faz aparecer um novo sector industrial com características novas — as indústrias de produção de energia nas suas diversas formas, utilizando tecnologias diversificadas com o objectivo de optimizar o potencial energético natural.

Produção de combustíveis gasosos e líquidos a partir de carvão, de recursos e resíduos florestais e agrícolas, energia solar, etc., darão cada um a sua contribuição parcial.

Assim, o modelo energético futuro não será um modelo centralizado, unificado tecnologicamente, mas descentralizado e tecnologicamente muito diversificado.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Muito bem!

O Orador: — As oportunidades que se abrem ao nosso país numa situação destas são bastante maiores que na contrária, mas temos de as saber aproveitar com determinação.

Algumas novas matérias-primas energéticas são produto da terra e o problema da optimização entre os abastecimentos alimentar e energético da nossa sociedade é assim um ponto crucial que o Governo ponderará devidamente.

Finalmente, é neste contexto de abordagem global do nosso problema energético, e nunca numa análise isolada, que a importante opção nuclear no nosso país se deve pôr.

Vozes do PSD e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — O urânio representa uma das poucas reservas energéticas de que dispomos, mas a sua utilização, como se sabe, tem implicações profundas de toda a natureza. Está portanto bem longe de ser uma opção de natureza exclusivamente energética.

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — Muito bem!

O Orador: — O Governo considera essencial que o problema seja examinado com serena e absoluta objectividade e promoverá uma análise profunda de todos os aspectos envolvidos, devidamente inserida na óptica global referida, do nosso problema energético.

Adientemos contudo algumas observações que me parecem oportunas na colocação do problema para ponto de partida de uma análise fria e sem ideias premeditadas.

Como já disse, energia não é só energia eléctrica. A energia nuclear produz hoje só energia eléctrica. Assim, qualquer afirmação de que a energia nuclear é a única solução para o nosso problema energético carece tanto de fundamento real como a afirmação de que as centrais nucleares são um perigo inaceitável para as populações quando há dezenas em funcionamento sem que tal se verifique.

Vozes do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Uma e outra são afirmações extremas que devem ser objectivamente, e sem emotividade desnecessária, reduzidas ao seu real valor dentro do contexto global que expus.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

As primeiras centrais nucleares datam de há cerca de trinta anos. Alguns aspectos secundários da sua tecnologia, a tecnologia do ciclo do combustível nuclear e da forma de eliminar os detritos radioactivos e a tecnologia nuclear propriamente dita com o aparecimento provável nos próximos anos dos reactores regeneradores à escala comercial (que multiplicariam por cerca de 100 a capacidade energética utilizável do urânio), estão em sensível e rápida evolução

durante a década presente. O nosso país não dispõe de recursos científicos, técnicos e financeiros para conseguir uma autonomia tecnológica nuclear nos tempos mais próximos.

O Sr. Portugal da Silveira (PPM): — Muito bem!

O Orador: — De um ponto de vista objectivo de política tecnológica, não parece adequado que se invista fortemente numa área tecnologicamente exógena, seja ela qual for, quando ela atravessa um período de evolução significativa, pois então o perigo de obsoletismo é enorme e incontrolável.

Em conclusão, e dentro da perspectiva global já referida, a opção nuclear positiva ou negativa é, sem dúvida, uma opção fundamental do nosso plano energético a longo prazo, mas não é por si só a solução, não é a mais urgente nem a oportunidade é das mais favoráveis tecnologicamente.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Acresce que alguns passos intermédios essenciais de diversa natureza terão de ser dados antes de uma luz verde ou vermelha poder realmente ter efeitos práticos. Há portanto muito a fazer antes que o sim ou o não definitivo e consciente apareça no caminho crítico das nossas decisões.

A opção mais urgente é sem dúvida a forma de diminuir a nossa dependência do petróleo e a diminuição da elasticidade da função energia/produto interno bruto da nossa economia que hoje tem o altíssimo valor de 1,3 (só para ilustrar, 0,6 é o objectivo global da OCDE para 1990!)

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Procurei ser claro e objectivo ao expor em mais detalhe a filosofia subjacente às políticas industrial e energética constante das grandes opções do plano a médio prazo.

Procurei não iludir dificuldades, mas abordá-las com determinação e confiança nas oportunidades do futuro.

Identifico VV. Ex.^{as} algumas discrepâncias entre alguns aspectos das políticas que acabo de expor e a sua tradução em termos de valores inscritos no OGE e no Plano. É verdade, e infelizmente que assim é, porque este OGE e este Plano ainda não puderam traduzir totalmente as opções de política do Governo, nestas duas áreas fundamentais, mas somente a compatibilização possível entre um ponto de partida distorcido e o início das transformações estruturais a que o Governo corajosa e conscientemente mete ombros.

O Governo não vai gerir o sistema que encontrou, vai transformá-lo, tem políticas e opções claras e estratégias definidas para a sua implementação. 1981 será, portanto, o ano do início de uma profunda transformação estrutural nos nossos sistemas energético e industrial para a melhoria do bem-estar e do progresso do povo português.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Membros do Governo: Serei ex-

tremamente breve, porque a limitação do tempo a isso me obriga.

Em primeiro lugar, quero dizer a esta Câmara que apreciamos a isenção, a seriedade e o esforço com que o Ministro da Indústria e Energia aqui nos falou de problemas tão importantes. Digo isto com gosto, conhecendo eu muito bem o Sr. Ministro. Conheço a sua inteligência e o seu bom senso de há muitos anos, pelo que não me surpreendeu a sua atitude.

Já outro tanto não devo dizer em relação à compatibilidade do que nos acaba de expor com a política geral que este governo vai seguir ou está seguindo. As contradições são muitas e o esforço pessoal do Sr. Ministro será bem-vindo, testemunhando uma boa vontade, mas não mais do que isso.

Começo por dizer, desde já, que o Sr. Ministro acabou de nos falar da opção nuclear em termos realistas, em termos de bom senso. Enquanto falava eu olhava para o Sr. Deputado Portugal da Silveira e via que a sua expressão era a de quem se livrava do pesadelo de ter de ir votar já pela opção nuclear. Não é já, é daqui a uns tempos, Sr. Deputado.

Risos.

Recorde-lhe a entrevista muito recente dada por um membro do Governo — o seu predecessor, o Sr. Engenheiro Álvaro Barreto, que é pena que não esteja cá — à revista da Associação Industrial Portuguesa (AIP), na qual dizia que Portugal tinha de, desde já, tomar uma opção nuclear. Esse senhor é membro do Governo, era o seu predecessor no Ministério da Indústria e Energia, suponho que tem algumas responsabilidades dentro do colectivo que é o Conselho de Ministros, suponho que assinou também esta proposta de lei das grandes opções do Plano. Ou não terá assinado? — vou verificar. Se calhar não assinou, porque não o vejo aqui.

Portanto, as contradições ao nível do próprio Governo estão aí patentes. São iniludíveis, não vale a pena iludi-las, não há palavras que as possam iludir.

Em segundo lugar, direi que o Sr. Ministro foi extremamente corajoso, pelo que o felicito, ao vir aqui reconhecer que o Plano que estamos a discutir é falho, é carente, é mal fundamentado, no sentido de que há trabalhos em curso que são extremamente importantes. O Sr. Ministro, pelas suas próprias palavras, deu uma tal imagem deles que subscrevo também a ideia, e não preciso de me alongar para que toda a Câmara o comprehenda, de que de facto, sem esses projectos minimamente adiantados, sem esses estudos minimamente feitos, este Plano é vazio, como adianto referirei.

O plano energético nacional é, como o Sr. Ministro diz, uma obra que põe, essencial e profundamente, em causa um modelo de desenvolvimento. Tem de ser assim. É da natureza das coisas que assim seja. As grandes transições energéticas, ao longo da história, muitas vezes acompanharam grandes transformações políticas, económicas e sociais. Mas não é preciso falar disso, porque toda a gente o sabe.

É que pela primeira vez na história, estamos perante uma transição energética voluntariamente projectada e voluntariamente executada. É um facto de extraordinário significado na história humana, que o Sr. Ministro muito bem conhece e que mostrou conhecer.

Estou absolutamente convencido de que os seus colegas membros do Governo nem sequer isso sabem, porque senão não se atreveriam a apresentar aqui uma proposta de lei do Plano como a que foi apresentada.

Gostaria de falar das contradições que existem nessa proposta de lei — que são inúmeras —, mas o tempo é limitado. Refiro, no entanto, as contradições entre os interesses nacionais e os interesses estrangeiros. Por exemplo, no campo da electrónica, quando se trata de conceber os planos de desenvolvimento de certas infra-estruturas nacionais — os CTT-TLP, a Carris, os transportes —, o Sr. Ministro sabe a luta que pessoalmente teve e, com certeza, continuará a ter para que os interesses nacionais não sejam prejudicados pelos interesses estrangeiros.

Isso vem de dentro do seu governo, ou de dentro da coligação ou da maioria a que pertence. Sei que a vontade não é sua, mas também sei que o Sr. Ministro sozinho não é, com certeza, um gigante que a tudo se sobreponha.

Relativamente a este assunto poder-lhe-ia dizer muito mais, mas limitar-me-ei a referir-lhe que de facto as contradições internas que roem esta coligação serão patentes dentro de pouco tempo, quando houver centenas, talvez milhares, de desempregados, quando houver a tal abertura ao mercado, quando houver a fobia ao sector público, que tudo tenta destruir.

A alínea h) dos grandes objectivos do Plano até é incompreensível em termos de lógica económica. Gostaria que me esclarecessem o que significa — se é que significa alguma coisa — o que nessa alínea se diz: «limitar o crescimento do sector público.» Portanto o objectivo do Governo é o de limitar o crescimento. Mas porquê o crescimento do sector público? A fobia chega aí! É preciso que a Turquia não se desenvolva para que os nossos índices de desenvolvimento não sejam mais baixos que os da Turquia!!!

Risos do PS.

Limitar o crescimento do sector público, de modo que o volume global dos recursos por ele directamente absorvidos não aumente no período abrangido por este plano em relação ao produto interno bruto? Não é nada disso que os senhores querem dizer. Suponho que o que querem dizer é que não querem que o sector público cresça a sua participação no produto interno bruto. Mas isso não tem nada a ver com o que aqui está escrito nesta proposta de lei, que é incompreensível. Quer dizer, a fobia é tal que é preciso: sector público — mata, tira, põe!

De facto isto não lhe vai permitir realizar o seu trabalho. O Sr. Ministro tem uma larga experiência no que é hoje o sector público e conhece, como poucas pessoas conhecem, o que é a indústria pesada em Portugal. O Sr. Ministro lutou para que o Plano Siderúrgico Nacional fosse qualquer coisa de significativo em Portugal — honra lhe seja feita — e sabe o que esse Plano representa em relação ao desenvolvimento tecnológico do nosso país. Sabe o que isso representa de progresso em relação às ligações com outras actividades, com outros sectores.

Há outros planos — não o Siderúrgico —, há outros campos, onde o sector público poderia fazer

tanto ou mais. Simplesmente, ainda que o Sr. Ministro compreenda isso — e nalguns casos compreenderá, noutras não, não somos omniscientes —, encontrará pela frente os seus amigos políticos, aqueles que não reconhecerão, como o Sr. Ministro sabe reconhecer, onde está o interesse nacional. Mas em breve, Sr. Ministro, dos seus discursos, que muitas vezes são importantes, ficarão as palavras, as intenções e a dimensão de um homem, que a tem, mas ficará também o retrato de uma coligação, a ignorância e a apatia de uma maioria, que está aqui para limitar.

Aplausos do PS, da ASDI, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.º Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.º Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Ministro, na primeira parte da sua intervenção reafirmou aquilo que nós já aqui tínhamos dito acerca das grandes opções do Plano: o ataque às empresas do sector empresarial do Estado, a destruição das pequenas e médias empresas.

E em relação a isto queria pôr-lhe a seguinte questão: quando o Sr. Ministro fala na limitação do crescimento das empresas do sector público será porque é esta a via para poder demonstrar que o sector privado está a crescer mais do que o sector público? Limita-se o crescimento do sector público para assim se provar que o sector privado está a crescer mais?

Uma outra questão: quando o Sr. Ministro fala nas medidas de reestruturação dos sectores das indústrias tradicionais para assegurar a competição nos mercados da CEE — nomeadamente nas indústrias dos têxteis, do calçado, etc. — está a ter em conta os poucos estudos governamentais que já se conhecem para a reestruturação desses sectores com vista à entrada de Portugal na CEE e que apontam, por exemplo, para a necessidade do encerramento de cerca de 70 % das pequenas e médias empresas e da redução do emprego para cerca de 40 % do actual? Se não está a ter em conta estes estudos, será que existem outros? Quais?

Queria ainda referir uma outra questão. Em relação à batalha da produtividade, o Sr. Ministro apontou-a como essencial, mas depois, nas medidas propostas, aquela a que deu realce foi a da redução das remunerações do trabalho. Insere-se esta perspectiva, portanto, nas dos poucos estudos governamentais existentes para a reestruturação dos sectores tradicionais — por exemplo, o caso da indústria têxtil —, que apontam para a redução dos postos de trabalho, que sei situa, como eu já disse, entre 40 % a 50 %, e para a eliminação das pequenas e médias empresas, que é de 70 % a 75 %? É este o apoio ao sector privado? É este o apoio a essas pequenas e médias empresas?

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Veiga de Oliveira.

O Sr. Velga de Oliveira (PCP): — Sr. Ministro, sinceramente, depois de o ouvir, fiquei preocupado.

Risos do PSD, do CDS e do PPM.

E fiquei preocupado porque o seu discurso nada tem a ver com o Plano que aqui está a ser apresentado e também porque, pese embora certas boas intenções que já lhe foram reconhecidas, o discurso é vazio, excepto naquilo que se traduz, mais uma vez, no ataque ao 25 de Abril, na obsessão de liquidar o sector público, seja acabando com os investimentos nesse sector, seja reprivatizando-o. Excepto nesse ódio vago ao 25 de Abril e à democracia portuguesa, o seu discurso é de facto vazio.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — É espantoso!

O Orador: — Pergunto-lhe, pois, o que é que significa — não tenho cópia do seu discurso, mas tomei nota — «investir oportunamente e inteligentemente [...] medidas adequadas para incentivar uns e outros»? A expressão «uns e outros» sei o que significa: os empresários e os trabalhadores. O que é que isto tem a ver com o Plano e o que é que significa?

Gostaria também de saber o que é que significa a frase — que é linda, calcule! — «é preciso que se crie na sociedade industrial portuguesa a ambição pelo êxito».

Nós pensávamos que estávamos aqui a discutir as grandes opções do Plano e o Orçamento Geral do Estado. Pelos vistos, estamos a discutir literatura.

Vozes do PCP: — Muito bem!

Risos da AD.

O Sr. Borges de Carvalho (PPM): — Que miséria!

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia, para responder, se assim o entender, aos pedidos de esclarecimento que lhe foram formulados.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em primeiro lugar, devo dizer que as palavras amáveis que o Sr. Deputado João Cravinho me quis dirigir são obviamente dirigidas a todo o Governo...

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

... porque eu não disse nada que não decorresse linearmente da filosofia dos documentos em debate.

Relativamente a algumas das outras questões possas, penso que talvez seja importante referir o que é que significa esse problema da limitação do crescimento do sector público que preocupa muita gente.

Ora, como eu disse na minha intervenção, o investimento do sector público produtivo na indústria nos últimos anos tem sido anárquico, tem sido mais o resultado de um lobby dos diversos conselhos de gerência ou dos trabalhadores...

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — ... junto dos sucessivos governos para conseguir isto ou aquilo. É precisamente a essa situação que se põe termo com esta actuação do Governo.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O Governo define as prioridades da política industrial, e os investimentos do sector público têm, naturalmente, que se integrar nelas.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sobre a preocupação de que o montante global dos investimentos é reduzido, direi que os investimentos previstos para 1981 são de 90 milhões de contos. Aliás, posso explicitar: Centralcer — 356 000 contos; Unicer — 370 000 contos; Tabaqueira — 1 milhão de contos; Portucel — 1 800 000 contos; Petrogal — 7 milhões de contos; Quimigal — 10 milhões de contos; Petroquímica — 6 800 000 contos; Siderurgia — 9 milhões de contos; Ferrominas — 1 milhão e tal; EDP — 43 milhões de contos, e por aí adiante.

Ora não me parece que, dados os montantes gerais dos documentos em debate, se possa falar em limitação.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Mas as empresas do sector público empresarial propuseram 125 milhões de contos!

O Orador: — Relativamente ao problema da produtividade das pequenas e médias empresas, muito especialmente do sector têxtil, devo dizer — como, aliás, suponho ter afirmado claramente na minha intervenção — que, de facto, as pequenas e médias empresas são uma preocupação dominante do Governo. Muito particularmente o caso do sector têxtil, que a Sr.ª Deputada Ilda Figueiredo referiu, é extremamente importante, e por isso o Governo tem em preparação adiantada o decreto-lei quadro do sector têxtil, onde se tomam as medidas necessárias para que o nível de emprego não diminua, mas sem que os empregos sejam economicamente inviáveis, como de facto são muitos dos existentes. O que o Governo vai fazer é orientar o sector, no sentido de que cada emprego que se mantiver seja de facto um emprego material e socialmente gratificante.

A Sr.ª Ilda Figueiredo (PCP): — Se se mantiverem, porque muitos vão ser destruídos.

O Orador: — Relativamente à eliminação das pequenas e médias empresas, a mesma coisa. O Governo tem programas extremamente largos para incentivar e preparar as pequenas e médias empresas na sua modernização tecnológica, precisamente para conseguir fazer face às modificações e à competição que hão-de surgir.

Finalmente, em relação à questão do ataque ao 25 de Abril levantada pelo Sr. Deputado Veiga de Oliveira, disse o Sr. Deputado que tinha ficado perplexo, mas perplexo também eu fiquei com a sua observação, Sr. Deputado, porque nada disto tem que ver com o ataque ao 25 de Abril. Tem que ver, sim, com o futuro do povo português.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É apenas para dizer ao Sr. Ministro

Baião Horta que aquilo que penso acerca do Governo na globalidade di-lo-ei dentro de muito pouco tempo, pois já estou inscrito para o efeito.

Todavia, devo dizer que, se o Sr. Ministro resolvesse distribuir, por sua conta e risco, aquilo que eu disse pelos seus colegas, e ainda que a média fosse boa, tal como V. Ex.^a sabe, a média é um péssimo indicador da distribuição — e sobre ela falaremos daqui a pouco.

Riscos do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo.

A Sr.^a Ilda Figueiredo (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Quero apenas dizer ao Sr. Ministro que, tanto quanto sei, as propostas apresentadas pelas empresas do sector público empresarial de investimentos para 1981 foram de 125 milhões de contos. Ora, se o Governo se propõe investir apenas 90 milhões, isso significa que pelo menos lhe retirou 35 milhões.

Além disso, gostava ainda de lhe referir que em relação ao sector têxtil o estudo governamental que o Ministério da Indústria me mandou aponta de facto para o encerramento de 70 % das empresas daquele sector e para o desemprego de 40 % dos seus trabalhadores. Pedi os estudos que existiam, e esses foi o único que o Ministério da Indústria me enviou.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro da Indústria e Energia.

O Sr. Ministro da Indústria e Energia: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: De facto a Sr.^a Deputada Ilda Figueiredo concluiu bem.

Efectivamente as empresas públicas mandaram o *shopping-list* do supermercado com 125 milhões, mas o Governo, obviamente, não vai por aí. O Governo tem os seus critérios de selecção.

Relativamente ao problema do sector têxtil, a Sr.^a Deputada confunde diagnóstico com terapêutica. O diagnóstico é esse e a terapêutica do Governo é que isso não suceda.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Coimbra.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não posso tecer melhores elogios às palavras proferidas pelo Sr. Ministro da Indústria e Energia na sua intervenção e, à laia de aparte, devo, em nome do meu partido, dizer claramente ao meu amigo deputado João Cravinho que, para além da solidariedade deste governo para com o Sr. Ministro, ele pode contar também com o apoio inequívoco do meu partido, parte integrante da Aliança Democrática cujo programa foi apresentado ao eleitorado em 1979 e que está de facto a ser cumprido.

— Vozes do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Para além disso, devo dizer que, tal como o Sr. Deputado João Cravinho sabe, tão bem como eu, andámos alguns de nós — e isto sem re-

curso ao auto-elogo — a «pregar no deserto», desde a crise de 1973, sobre a política industrial errada que neste país se seguia. De facto, graves erros foram cometidos em matéria de política industrial em 1975 — ainda no tempo dos governos provisórios — e em 1976-1977, no tempo do I Governo Constitucional.

Efectivamente, estas grandes linhas de política industrial — como sejam, a definição de prioridades quanto à utilização e maximização do aproveitamento nacional das matérias-primas nacionais, o salto qualitativo tecnológico, numa óptica de melhorar a competitividade das nossas indústrias tradicionais, o salto qualitativo nas metalomecânicas ligeiras e indústrias semelhantes, o esforço significativo na investigação e no desenvolvimento — são aspectos que realmente são a imagem, pelo positivo, daquilo que os Governos do Partido Socialista nunca souberam fazer ou que então puseram em prática exactamente ao contrário.

A caracterização da pesada herança que a Aliança Democrática recebeu foi muito bem feita pelo Sr. Ministro da Indústria: falta de características endogenizantes, modelo industrial copiado, e ainda por cima mal, de outros modelos de sociedades mais desenvolvidas, noutras contextos, noutras épocas e com outros custos energéticos, pouco aproveitamento das matérias-primas nacionais, etc.

Abrem-se de facto algumas perspectivas para, no aspecto da política industrial, podermos caminhar no sentido certo.

Lembro aos Srs. Deputados Ilda Figueiredo e João Cravinho que aquilo que o Sr. Ministro aqui veio dizer, não apenas pessoalmente, é o reflexo do muito que foi feito o ano passado pelo primeiro governo da Aliança Democrática. O Decreto-Lei n.º 194/80 (sobre o sistema integrado de incentivos), o Decreto-Lei n.º 408/80 (sobre os novos regimes de incentivos fiscais à exportação) e o decreto-lei referente aos incentivos à criação de indústrias de trabalho intensivo são de facto exactamente o contrário do modelo para que os governos socialistas apontavam e que era o recurso à substituição de produtos tradicionais pela importação maciça de matérias-primas para transformação em Portugal.

Trata-se de facto de uma política diferente, de uma política que vai procurar — e estou certo que o conseguirá — minimizar os constantes aumentos dos preços do petróleo, que, tudo o indica, irão para o dobro dos preços actuais nos próximos quatro ou cinco anos.

Disse o Sr. Ministro — e muito bem — que uma política industrial tem que estar relacionada com uma política energética, e, se alguma das muitas virtudes que tiveram as suas palavras é sensibilizante, pela nossa parte ela refere-se à maneira como o Sr. Ministro desdramatizou a questão nuclear.

De facto o nuclear não pode ser visto como a ameaça que paira sobre as nossas cabeças. Aliás, o nuclear existe a duzentos e tal quilómetros do litoral de Portugal, com as centrais nucleares que a Espanha está a construir junto à nossa fronteira, mas lá chegarei a este aspecto.

O Sr. Ministro, tendo desdramatizado o assunto, referiu-se ao facto de que a energia nuclear não só não é uma componente essencial, já que apenas 14 % a 15 % da electricidade representa o nosso consumo energético, mas é sobretudo uma indústria e uma

actividade em grande fase de transição, eu diria mesmo em grande fase de crise, pois os custos das centrais são conhecidos e os custos de inflação muito superiores aos níveis de inflação registados em 1973.

Bastaria, aliás, frisar que ao pico de iniciativas na construção de novas centrais nucleares observado em 1973, que poderia levar a pensar que a partir dessa data e com a crise do petróleo esse número iria aumentar, correspondia em 1978, e antes do desastre da central nuclear de Three Mile Island, uma situação em que não havia uma única encomenda no mercado mundial para novas centrais nucleares no Ocidente. É claro que dos países de Leste nós não sabemos de nada, a não ser que houve um cientista, Jaurès Medvedev, que denunciou que em 1957 tinha havido um acidente bastante grave na Sibéria Ocidental, de uma gravidade que ainda se não registou em mais parte nenhuma do Mundo. Mas é claro que nada sabemos do país das «amplos liberdades»!

Portanto, como dizia, é uma indústria em crise. O ciclo do combustível e o do tratamento dos resíduos, dos detritos ou do combustível da futura geração de reactores encontra-se permanentemente em crise.

A central de La Hague é uma central saturada, que é considerada pelos próprios técnicos numa situação de pouca segurança, em virtude da sua localização geográfica. A central de reprocessamento de Gorleben, na Alemanha Federal, poderá vir a custar 10 biliões de dólares e a Alemanha Federal, embora seja um país rico, talvez não tenha rapidamente os recursos disponíveis para tal investimento. Enfim, todos os países desenvolvidos aguardam esta fase, que será decisiva nos próximos dez anos. Vamos a ver como é que funciona o Super Phénix em França, pois por enquanto as nossas expectativas serão não por razões ambientais, mas por meras razões económicas e financeiras. Aguardemos, pois, que as autoridades francesas dentro de dez anos consigam provar aquilo que hoje parece ser bastante difícil, ou seja, que o Super Phénix não é o projecto industrial que corresponde ao maior desastre financeiro em França.

Mas as bases da política energética foram de facto claramente delineadas pelo Sr. Primeiro-Ministro, e aproveito esta oportunidade para me referir à necessidade de na futura política energética portuguesa termos de considerar uma interligação estreita com a vizinha Espanha.

Oportunamente voltaremos a este assunto, pois neste momento podemos apenas dizer que as relações entre Portugal e Espanha em matéria hidráulica e energética são simplesmente deploráveis: nos rios internacionais Tejo e Douro, centrais hidroelétricas em Espanha, com centrais nucleares a montante dessas centrais hidroelétricas, centrais nucleares essas que vão ser montadas com o circuito de refrigeração em aberto, sendo a água evidentemente despejada para Portugal, porque eles também produzirão electricidade. No caso do Guadiana, a Espanha irá aproveitar os caudais do rio — se é que eles ainda existirão no futuro —, não para produção hidroelétrica, mas produção hidroagrícola — central nuclear de Valle de Caballeros, em circuito fechado. Isto é sintomático.

Aliás, no que respeita aos convénios com a Espanha, impõe-se — como de resto o Sr. Deputado José Vitorino já referiu num requerimento ao Governo —, como parte integrante dessa política energética, sabermos como controlar a situação existente neste momento em relação às centrais nucleares espanholas. É que a Espanha recusa-se sistematicamente a assinar qualquer tratado internacional em matéria de poluição interfronteiras.

Alguma coisa foi feita no ano passado — honra seja feita ao Sr. Prof. Freitas do Amaral como Ministro dos Negócios Estrangeiros e Vice-Primeiro-Ministro — porque, de facto, pela primeira vez foi assinado um Acordo Luso-Espanhol sobre Cooperação em Matéria de Segurança das Instalações Nucleares de Fronteira, acordo esse celebrado em 31 de Março de 1980, e que, pensamos, está a ser boicotado no Parlamento espanhol.

Sobre todos estes aspectos muito mais haveria a dizer. Limitar-me-ei, contudo, por falta de tempo, a perguntar à oposição onde é que ela pretende que o Governo vá — para já subservientemente — investir mais nas empresas públicas. Será no Complexo Petroquímico de Sines, para que os senhores dentro de dez anos tenham o povo português obrigado a consumir dez vezes mais plástico do que consome neste momento? É na Pertoquímica de Sines que os senhores querem que o Governo vá financiar e subsidiar, a fundos perdidos, essas indústrias? Quererão subsídios ainda superiores àqueles que são atribuídos à Quimigal para subsidiarem fábricas de fosgénio no Complexo Petroquímico de Estarreja? Querem mais subsídios para a Portucel, para acabarem de arrasar todas as nossas florestas? É esse o modelo de avanço do sector público que os senhores querem? É que é pura demagogia, Srs. Deputados — e falo concretamente em relação às afirmações do Partido Comunista —, dizer-se que o Governo cortou 35 milhões de contos de investimentos às empresas públicas sem se saber em quê. E os senhores têm que me responder a isto: querem de facto a sociedade do desperdício, do plástico, do papel, do mau cheiro, a qualquer custo, ou seja, à custa de grandes investimentos no sector público? Que modelo de sociedade é que os senhores propõem perante estes investimentos?

O Governo faz bem em tomar a posição que toma, isto é, as indústrias infelizmente existem, não são da responsabilidade deste governo, são da responsabilidade de governos anteriores, e, portanto, se conseguirem autofinanciar-se, muito bem, continuam com os projectos dentro das normas, dentro dos parâmetros, dentro dos planos estabelecidos pelo Governo e pela maioria. Assim, concordo que deve haver uma política de um investimento para o sector público.

De resto, a prova de que neste momento o poder político está sobre o poder económico — e este nos últimos seis anos foram as empresas públicas —, a prova, dizia eu, de que o poder político finalmente deixou de estar sujeito ao poder económico foi a resposta clara deste governo, procedendo a uma contenção dos investimentos previstos para o sector público.

Aplausos do PPM, do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Desejo fazer ao Sr. Deputado Luís Coimbra duas ou três observações.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado está solidário com o Sr. Ministro Baião Horta nas suas declarações sobre a energia nuclear, o Sr. Deputado está solidário com o Governo, o Sr. Deputado está solidário com o Sr. Ministro Álvaro Barreto nas suas declarações a favor do nuclear. Afinal o Sr. Deputado é um sistema integrado de solidariedade. Já o sabíamos.

Risos.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado perguntou se nós queremos subsídios para a Portucel e eu pergunto-lhe o que é o que o Sr. Deputado vai fazer, como membro da maioria, para impedir — e não é para protestar, porque às vezes os protestos são úteis, pois a parra, a uva, tudo isso faz parte da vida — que os subsídios que vão para a Soporcel — e são gigantescos — lá vão parar. Ou será que a Soporcel não destrói e a Portucel destrói?

Em terceiro lugar, quero dizer-lhe, Sr. Deputado, quanto às suas preocupações pelo desenvolvimento industrial, que eu comprehendo-as. São de 1973, como V. Ex.^a disse. É mais novo do que eu. As minhas são de 1963. Outras pessoas terão ainda preocupações mais velhas do que as minhas e melhores do que as minhas e as suas.

Mas em relação à política industrial aqui exposta pelo Sr. Ministro, há nela elementos que reconheço que são úteis, que são proveitosos, que são a bem do nosso país, e por isso lho referi também toda a abertura. Porém, a política que o Sr. Ministro faz como um todo, como parte integrante da política que o Governo está fazendo, nessa com certeza que não nos encontraremos.

A FRS apresentou um modelo de política, o eleitorado deu a vitória à AD, por isso a AD que execute o seu, que nós executaremos o nosso. Nada de confusões.

Não estamos aqui para o «bota abaixo» sistemático. Quando há elementos que nos parecem úteis, apresentamos positivamente a nossa visão sobre eles e, se não estão bem, fazemos perguntas. Aliás, eu próprio coloquei algumas a que o Sr. Ministro infelizmente não pôde responder. Mas suponho que ainda dispõe de muito tempo e por isso ficarei aguardando a resposta.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Coimbra, para responder.

Antes, devo avisá-lo que esgotou já o tempo de que o seu partido dispunha para hoje e que o que a partir de agora utilizar será descontado no tempo de amanhã.

O Sr. Luís Coimbra (PPM): — Agradeço-lhe o aviso, Sr. Presidente, mas direi apenas que o exemplo da Soporcel que o Sr. Deputado João Cravinho apresentou foi um exemplo infeliz. O Sr. Deputado sabe tão bem como eu que a Câmara socialista de Salvaterra de Magos, antes das eleições de 1979, aprovou o projecto Soporcel e foi precisa a iniciativa do PPM e de alguns deputados do seu partido, também com a presença de alguns deputados do PCP e da maioria, para

que a Assembleia Municipal de Salvaterra rejeitasse, por unanimidade, há cerca de três meses, aí a localização.

Por outro lado, o Sr. Deputado também sabe tão bem como eu que a política de ordenamento florestal virá aqui a esta Assembleia e que será essa política que condicionará a produção e as características da produção da pasta de papel, ou da indústria de celulose em geral, em Portugal, e não o contrário.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado João Cravinho.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, é apenas para dizer ao Sr. Deputado Luís Coimbra que não é a Câmara de Salvaterra que vai dar os milhões de contos que a Soporcel vai receber.

Já agora, para finalizar esta breve troca de impressões, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Luís Coimbra que, se julga que o investimento em Portugal se faz pelo autofinanciamento, o Sr. Deputado é realmente conhecedor dos assuntos ...

Risos do PS e do PCP.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Cravinho, tem agora V. Ex.^a a palavra para produzir a sua intervenção.

O Sr. João Cravinho (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É com um sentimento de esperança que entro neste debate em nome do Partido Socialista. Mas faço-o também com o sentimento de alguma vergonha, que nenhuma esperança, por maior que ela fosse, conseguira calar.

Tenho a certeza de que encontrarei em todas as bancadas, e até no Governo, quem comprehenda as razões da minha vergonha — melhor, da nossa vergonha. E é essa certeza que justifica a minha esperança de ver em breve escutadas e ponderadas as vozes que se erguem em todos os quadrantes, no sentido de se defenderem as instituições democráticas da degradação em que estão caindo pela observância repetida de grandes actos formais, a que falta um mínimo de conteúdo. Como sucede inequivocamente agora com a apresentação e discussão das grandes opções do plano a médio prazo. Mas irei criticar a sua lógica. Para isso seria preciso que a tivesse bem defendida e plenamente assumida. O que tem chega para saber de onde vem, mas não chega para se saber ao que vem, ou então chega bem de mais!

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A proposta de lei n.º 18/II abre com uma afirmação peremptória logo na sua primeira linha:

Desde o regresso à democracia política em 1974 que não se faz planeamento de médio prazo em Portugal, para além da tentativa de formulação de um plano 1977-1980 ...

Vista a proposta de lei n.º 18/II, isso continua sendo tristemente verdade. Mesmo depois de aprovada, esta proposta de lei — porque o será, porventura cegamente —, mesmo então o Governo continuará tendo toda a razão para escrever, como escreveu, que o Governo não fez e não faz planeamento de médio prazo.

O Sr. Carlos Lage (PS): — Muito bem!

O Orador: — Srs. Deputados, não é qualquer conjunto mal articulado de 300 páginas que pode ganhar juz ao bom nome de uma proposta de grandes opções do Plano 1981-1984.

A proposta que o Governo apresentou ao Conselho Nacional do Plano, a proposta que o Governo apresentou à Assembleia da República, envergonha-nos a todos.

— Envergonha o Governo, envergonha a Assembleia da República, envergonha a maioria, envergonha as oposições.

A proposta de lei n.º 18/II envergonha-nos a todos porque testemunha da parte dos seus proponentes um estado de espírito insensível à vivência democrática, à participação democrática, à mobilização democrática, em ordem a garantir, como o prescreve a Constituição no seu artigo 91.º, «o desenvolvimento harmonioso dos sectores e regiões, a eficiente atribuição das forças produtivas, a justa repartição industrial e regional do produto nacional, a coordenação da política económica com a política social, educacional e cultural, a preservação do equilíbrio ecológico, a defesa do ambiente e a qualidade de vida do povo português».

Não há papel algum que possa condignamente ser apresentado como uma proposta de grandes opções do Plano, não há papel algum que possa consubstanciar justamente as escolhas acima ditadas se a sua elaboração não tiver sido o produto de um largo movimento participativo e porque participativo, também mobilizador.

A verdade, Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo, é que o chamado plano de médio prazo actualmente em gestação será, com certeza, a tentativa de planificação mais centralizada, mais burocratizada, mais secretista que alguma vez se fez em Portugal desde 1965. Será vergonha dizê-lo, mas também será totalmente impossível escondê-lo: o Plano que este Governo tem em preparação é, praticamente, um plano secreto.

Antes do 25 de Abril, quando não havia instituições democráticas, a elaboração do que então se chamava de planos de fomento movimentava alguns milhares de pessoas, entre técnicos, advogados de interesses e chefes de fila de grupos de pressão. Eram milhares. É óbvio que não defendi a sua representatividade democrática. Todos sabemos que não a tinham. Mas representavam, isso sim, pontos de vista múltiplos e parciais, alguns dos quais, não todos, continuam a ter acesso às antecâmaras do Poder. Esses estarão satisfeitos, e satisfeitos estarão aqueles que votarão com eles. Mas onde está hoje em dia a participação democrática na elaboração Plano?

Pois bem, hoje que existem instituições democráticas, foram excepcionalmente poucos os que tiveram oportunidade de dar a sua contribuição de modo formal, adequado e atempado.

A elaboração do Plano que o Governo diz ter em preparação é muito mais um plano de «gabinetes» do que o foram o Plano Intercalar, o III Plano de Fomento ou o IV Plano de Fomento.

Que o Governo não venha escudar-se com a discussão nesta Assembleia, para dela tirar a noção de participação. Seria impróprio que o fizesse. Melhor, seria escandaloso que o fizesse.

Srs. Deputados da maioria: não será o facto de o Governo vir a obter uma maioria confortável que impedirá a verdade de vir ao de cima.

Vós que ides votar favoravelmente a proposta de lei do Governo, quantos de vós leu atentamente, estudou ou chegou sequer a compulsar o relatório da proposta de lei n.º 18/II?

Srs. Deputados da maioria: quantos entre vós se debruçaram sobre os 10 princípios fundamentais, as 8 grandes opções, os 9 objectivos económicos propostos pelo Governo. Quantos entre vós estudaram as vezes necessárias para compreender que se trata de uma colecção recheada de lugares-comuns sem especial significado?

É ou não é um lugar-comum, por exemplo, escrever que é uma das grandes opções do Plano «melhorar as condições de vida dos Portugueses»? Com certeza que o Governo não poderia apresentar como grande opção do Plano o piorar as condições de vida dos Portugueses!

Pode fazê-lo, e por este andar fá-lo-á!

O Sr. Ângelo Correia (PSD): — E se não fizer?

O Orador: — Srs. Membros do Governo: As grandes opções não estão nos enunciados grandiloquentes, estereotipados e de circunstância.

As grandes opções estão nas acções concretas, nas prioridades concretas, nas omissões concretas que enformam as políticas do Governo, que enformam as relações do Governo com os cidadãos, em si mesmo, ou plural e legitimamente organizados nas mais diversas situações e para as mais diversas finalidades.

Isso mesmo sentiu o Conselho Nacional do Plano. A vacuidade dos 10 princípios fundamentais, das 8 grandes opções e dos 9 objectivos económicos, contrapõe o parecer do Conselho Nacional do Plano que no documento apresentado à Assembleia da República o Governo não considerou «[...] aspectos do seu parecer incluídos na área de consenso, nem sequer esses, e entre os quais se referem uma maior taxa de crescimento da produção e do emprego e a melhoria da distribuição do rendimento». Por outro lado também, «o Conselho Nacional do Plano reafirma a necessidade de se desenvolverem estudos no sentido de se alcançarem maiores taxas de crescimento económico, de forma a minorar a gravidade dos problemas decorrentes do nível de desemprego, designadamente dos jovens, numa óptica de racional utilização dos recursos naturais e de adequado ordenamento do território».

Também pelo mesmo motivo o parecer é claro que, «no que respeita à distribuição do rendimento, a médio prazo, o Conselho Nacional do Plano reitera a sua afirmação da necessidade de uma maior justiça social».

Por aqui se vê a atenção que o Governo deu ao parecer do Conselho Nacional do Plano. Não venha agora o Governo invocar a sua audiência em termos puramente formais para falar da larga participação a que foi sujeita a elaboração das grandes opções do Plano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: A proposta do Governo é tecnicamente mal elaborada. Baralha conceitos, fraqueja nas hipóteses, foge aos problemas.

Baralha conceitos, numa orgia terminológica sem sistema, sem lógica, sem senso. Entre 10 princípios fundamentais, 8 grandes opções e 9 objectivos económicos, o que se percebe é, unicamente a confusão de ideias.

«Apoiar o território de Macau na promoção do seu progresso» seria um princípio fundamental, nunca uma grande opção ou um objectivo.

Já «melhorar as condições de vida dos Portugueses» seria uma grande opção, nunca um princípio fundamental ou um objectivo. Por sua vez, «limitar o crescimento do sector público» já seria um objectivo, nunca uma grande opção ou um princípio fundamental.

É natural que haja deputados da maioria que estejam chocados com a proposta que o seu Governo apresentou.

O Sr. Luís Martins (PSD): — Não estamos, não!

O Orador: — Para esses, por exemplo, melhorar as condições de vida dos portugueses seria um princípio fundamental ou então um objectivo, mas nunca uma opção. E ainda por cima uma grande opção. Quanto a isto, de uma vez para sempre, Srs. Deputados da maioria e Srs. Membros do Governo, entendam-se, se puderem.

A proposta de lei fraqueja nas hipóteses porque aceita premissas irrealistas ou carentes de justificação. Basta ver o que se passa com um aspecto tão fundamental como o projectado desequilíbrio externo. As propostas do Governo baseiam-se num crescimento das importações ao mesmo ritmo que o produto interno bruto. A realidade observada em 1980 sobre gestão AD e a prevista para 1981 sobre gestão AD mostram que o ritmo de crescimento das importações vem excedendo o do produto em cerca de 40% a 50%. Não se poderia dar melhor sinal de perspicácia.

A proposta de lei foge aos problemas concretos do desenvolvimento português, como foi demonstrado nas numerosas intervenções já produzidas nesta Assembleia pelos meus camaradas e por deputados de outras bancadas. É também isso o que resulta do parecer do Conselho Nacional do Plano, de que já citei trechos suficientemente elucidativos. Para terminar, gostaria ainda de fazer duas perguntas. Gostaria de perguntar aos Srs. Membros do Governo por que razão insistem em esconder os programas de acção prioritária que tencionam executar.

Srs. Ministros: Não acham que todos temos o direito de conhecer os seus planos de acção prioritária?

E aos Srs. Deputados da maioria que não são de Lisboa ou do Porto, que não vivem em Lisboa ou no Porto, e, sobretudo, os que não foram eleitos por Lisboa ou pelo Porto, como é que vão explicar ao vosso eleitorado as opções regionais deste Governo? Como é que vão justificar o silêncio que o Governo lança sobre as promessas eleitorais de desenvolvimento regional que tão abundantemente foram espalhadas na última campanha? Não terão vergonha de lhes confessar que até agora o Governo não foi capaz de ir além de uma esquálida amostra de palavras sitas a pp. 248 e 249? Quantos desses Srs. Depu-

tados as leram, quantos ponderaram nelas, quantos as viram escritas? Certamente poder-se-iam contar pelos dedos, Srs. Deputados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Esta proposta de lei foi preparada sobre o joelho e foi presente a esta Câmara porque o anterior governo prometera ao País o que nunca poderia cumprir, isto é, a elaboração em escassos meses de um plano a médio prazo. Nem o anterior governo, nem qualquer outro, um plano a médio prazo não se elabora em escassos meses. Foi um acto irresponsável do anterior governo, que este se sente compungido a aceitar como seu executor testamentário. Irresponsáveis seremos também nós se cobrirmos com o nosso assentimento a irresponsabilidade do anterior governo e a viuez compungida do actual executivo. Um plano de médio prazo exige dezenas e dezenas de estudos, que não foram feitos. Tivemos hoje disso a prova pela boca do Sr. Ministro, que teve a seriedade de nos explicar o que realmente se passa. Poderia citar-vos uma longa lista de elementos que não existem e que deveriam existir, de conhecimentos que não temos e deveríamos ter, antes de estarmos a discutir aqui as propostas.

Próximos de uma entrada no Mercado Comum, não podemos brincar, nem podemos deixar que se brinque com coisas de tanta seriedade. Tenhamos todos a coragem de reconhecer que este governo não poderia elaborar uma proposta de lei decente. Isso é-lhe materialmente impossível. Reconheçamo-lo, sem desse facto tentar extrair abusivamente capital político contra os interesses do povo português.

Por isso, seria natural que o Governo voltasse a esta Câmara dentro de algum tempo com uma proposta séria, ainda que controversa. Esta é apenas incontroversamente pouco séria.

Isso mesmo o reconhece explicitamente o Governo ao escrever na introdução à proposta de lei n.º 18/II que «é de admitir desde já a utilidade, senão a indispensabilidade, de vir a proceder oportunamente ao longo do ano de 1982 a uma revisão profunda do conteúdo das grandes opções e do plano de médio prazo». Melhor fora que fechasse o Governo. Tal como está a proposta de lei n.º 18/II é, pois, um documento de propaganda. Um mau documento de propaganda, o que em nada me regozija, o que me envergonha e que me entristece.

O Sr. Luís Martins (PSD): — Tape à cara!

O Orador: — Que vale a proposta se até se admite desde já uma revisão profunda em 1982. Até das grandes opções. Depois disto, quem vai ligar alguma importância ao papel que o Governo agora nos apresenta? Não certamente os empresários, muito menos os trabalhadores. Quando o Governo tiver uma proposta séria, o Partido Socialista dar-lhe-á a resposta adequada. Por agora, há apenas uma pseudo-proposta.

Se o Governo mantiver a presente pseudo-proposta, é evidente que não opta pelo futuro. Limitar-se-á a descongelar o passado. E, ainda assim, fa-lo-á mal.

De que vale um Governo que, ao apresentar as suas grandes opções, logo promete revê-las profundamente no ano seguinte?

De que valem os Governos quando só são capazes das pequenas opções?

Aplausos do PSD, da UEDS e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Alberto Xerez.

O Sr. José Alberto Xerez (CDS): — Ouvi a intervenção do Sr. Deputado João Cravinho com imensa curiosidade. Achei extremamente curiosa a sua referência de que melhorar as necessidades globais da população é um lugar-comum

Eu começaria por perguntar ao Sr. Deputado João Cravinho o seguinte: e é ou não um lugar-comum dizer que é preciso melhorar a repartição funcional do rendimento? O único projecto de modelo alternativo de que eu tenho ouvido falar ao longo das intervenções do Partido Socialista é precisamente este: a todo o transe e em todas as oportunidades lá vem o fétiche de que é fundamental melhorar a repartição funcional do rendimento. Isto também não será um lugar-comum? Eu pergunto ao Sr. Deputado João Cravinho em que dados é que se apoia para garantir, com a sua firme convicção, tal como outro dia o Sr. Deputado Vítor Constâncio, que a repartição funcional do rendimento se tem degradado.

São algumas perguntas que eu deixo à sua consideração, porque não vejo nas propostas do Partido Socialista nenhum modelo alternativo e agora acabei de ver uma proposta gongórica, vaga e aberrante.

Aplausos do CDS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro.

O Sr. Ministro de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro (Basilio Horta): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Vou fazer um curtíssimo protesto.

A intervenção do Sr. Deputado João Cravinho não poderia deixar de merecer da parte do Governo um sentimento de pena. Com efeito o Sr. Deputado João Cravinho sentiu vergonha só por uma coisa: é porque, se calhar, não leu a proposta das grandes opções do Plano, não leu a proposta do Orçamento Geral do Estado. Se as tivesse lido, certamente esse sentimento não seria de vergonha.

O Sr. Deputado João Cravinho diz que o Governo se apresentou perante esta Câmara com projectos pouco sérios. Que havemos nós de dizer da sua intervenção, Sr. Deputado? O Sr. Deputado, que é um técnico reputado nas matérias em debate, em vez de se cingir ao debate para o qual estava especialmente preparado, incapaz, por exemplo, de criticar a política industrial do Governo, tentou, através da sua intervenção, dividir o Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Depois, com ar paternalista, tentou dar conselhos ao Governo e à maioria no sentido de ler os documentos que o Governo aqui apresentou. Não sei, Sr. Deputado, com que direito o faz. Era bem mais útil, para o Governo e para o País, que a sua intervenção se pautasse, essa sim, por

critérios de seriedade técnica, com a qual certamente o Governo teria também a ganhar.

Finalmente, não posso deixar de referir o ar — perdão-me, Sr. Deputado — de certa forma petulante da sua intervenção. O Sr. Deputado chega a esta Assembleia e faz uma intervenção como se tivesse um modelo alternativo, como se a sua bancada estivesse segura do que quer e do que deseja para o nosso país.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — O Sr. Deputado sabe perfeitamente que a proposta do Governo é clara, a proposta do Governo tem realmente um modelo de esperança. Mas qual é o seu modelo? Qual é o modelo que o seu partido defende, Sr. Deputado? As bancadas vazias do seu partido são a resposta clara à pergunta que acabo de formular.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Deputado, para terminar, quero dizer-lhe que o Governo se honra de se apresentar frente a esta Assembleia. Pela primeira vez tem o Sr. Deputado grandes opções do plano a médio prazo. É o primeiro Governo que o faz.

O Sr. Aquilino Ribeiro Machado (PS): — É conversa!

O Orador: — E honra-se de o'fazer. Não confunda, Sr. Deputado, grandes opções com plano. O Sr. Deputado sabe que são coisas diferentes. Nem seja saudoso de um passado que o Sr. Deputado combateu e agora parece recordar com insistente saudade.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado João Cravinho. antes de lhe dar a palavra devo esclarecer-lhe que a sua última intervenção excedeu já em dois minutos o tempo atribuído ao Partido Socialista para hoje. Com direito a continuar a usar da palavra, está no entanto, a entrar no tempo disponível de amanhã.

Tem, portanto, a palavra.

O Sr. João Cravinho (PS): — Uma vez que não disponho de tempo, estou numa posição incómoda, Sr. Ministro.

Uma voz do CDS: — Já estava!

O Orador: — Estou numa posição incómoda porque teria algumas coisas a dizer-lhe sobre o passado, presente e futuro. Mas vamos ao que interessa. Se o Sr. Ministro, bem como a sua equipa, entende que se pode fazer um plano de médio prazo nas circunstâncias em que este foi feito, em meses, então estamos conversados. Se o Sr. Ministro entende que isto é um plano bem feito, bem preparado, bem discutido, bem visto, se entende que de facto houve uma participação ampla, se estas grandes opções foram amplamente elaboradas, então estamos conversados. Se o Sr. Ministro não conhece como outros planos semelhantes ao nosso são preparados, há quem os conheça — eu tenho aqui uma lista que tem 34 títu-

los de estudos que foram feitos, a quase totalidade não existente no nosso, para um plano semelhante ao nosso vigorar precisamente num período semelhante. Tenho aqui a lista. Desculpe-me agora que seja também petulante, Sr. Ministro — e agora sou-o de facto. Tenho os preços também e podem ser comprados na Clássica Editora. Agora é que eu sou petulante, Sr. Ministro. Há bocado não o fui. Poderei ter falado com maior ou menor ênfase, mas pode ter a certeza, Sr. Ministro, que foi na ideia de dar uma contribuição.

O Sr. Theodoro da Silva (PSD): — Essa é boa!

O Orador: — Se de facto o Sr. Ministro aqui se arvora em árbitro das petulâncias, depois de ser árbitro de elegâncias, então Sr. Ministro, o melhor será talvez ir para o Chiado, onde o Eça o teria colocado.

Quanto ao Sr. Deputado José Alberto Xerez, tenho a dizer-lhe que eu não fiz nenhuma proposta de plano — o Sr. Deputado está perfeitamente enganado. De facto não fiz nenhuma proposta de plano, mas, se a fizesse, contra este plano invocaria a melhor distribuição do rendimento, como fez o Conselho Nacional do Plano. Não como fétiche, mas como um combate justo contra a degradação da repartição do rendimento que este plano representa.

Uma voz do PS: — Muito bem!

O Orador: — E isso é claro no que está escrito aqui, no que é confesso neste texto. O Sr. Deputado José Alberto Xerez escolheu o pior dos exemplos possíveis. Teria outros que eu lhe poderia facultar. E não gasto mais tempo, porque de facto não me preocupo com a viuvez de ninguém.

Aplausos do PS e da UEDS.

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Martins.

O Sr. Luís Martins (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Portugal enfrenta neste momento uma das etapas mais difíceis da sua história. Mas se Portugal soube conquistar a sua independência como Estado, se foi capaz de descobrir e consolidar um império, se foi capaz de criar novos Estados soberanos, agora reduzido ao rectângulo e aos arquipélagos europeus, também será capaz de se consolidar como Estado democrático numa Europa que desejamos.

Aceitamos o desafio que nos é lançado e é nessa perspectiva que olhamos o Plano para 1981-1984. Temos consciência de que tempos difíceis se aproximam para um país como o nosso, que, na cauda da Europa, quer entrar nela, não como um parente pobre, mas como um Estado igual.

O sector industrial português terá neste período um papel fundamental. Embora a sua contribuição para o produto interno bruto (PIB) tenha aumentado entre 1962 e 1979, essa contribuição está muito aquém da dos países da CEE. Ainda que o sector empregue 38 % da população activa, verificamos que na Europa emprega cerca de 45 %. Será necessário, de facto, que Portugal dê o salto em frente.

A oposição tem acusado a falta de um plano energético a médio e longo prazo, que o Governo anuncia no Plano, como uma das acções a empreender no imediato, assim como os pontos fundamentais desse plano.

Para nós é prioritário investir na pesquisa de novos recursos energéticos, nomeadamente no carvão, álcool, energia eólica e solar, energias residuais e autoprodução.

Portugal tem, nos últimos anos, investido muito pouco na investigação e no apoio a investigadores particulares, para a pesquisa de novos recursos energéticos.

Mas será nos próximos tempos que Portugal, tal como disse o Sr. Ministro da Indústria e Energia, terá que fazer uma opção relativa à produção de energia eléctrica pela via nuclear. Sobre esta opção há os radicalistas, que dizem que as centrais nucleares irão destruir Portugal, e aqueles que dizem que as centrais nucleares irão resolver todos os problemas energéticos do dia para a noite.

Não concordamos com uns nem com os outros. Aos primeiros diremos que Portugal corre, neste momento, todos os riscos dos restantes países que já fizeram a opção pelo nuclear. Que Portugal exporta a matéria-prima, corre os riscos e importa a energia. Não corremos nós os riscos das centrais nucleares espanholas e mais ainda das francesas? Não estará Portugal a fazer como aquele cidadão que não quer morrer de desastre de automóvel e caminha a pé pelo centro da via pública entre os automóveis?

Aos segundos diremos que a construção de uma central nuclear «doméstica» demora a construir cerca de dez anos e custa cerca de 100 milhões de contos. Que a opção pela central nuclear «doméstica» deveria ter sido feita há vinte anos, e que agora há que optar imediatamente e só, após o salto tecnológico. A opção nuclear terá que ser, em Portugal, uma opção sem radicalismos, consciente dos possíveis riscos e das vantagens. Será necessário ainda, se possível, procurar alternativas. Já que temos a matéria-prima e os riscos, procuraremos recolher dividendos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É com satisfação que verificamos que o Governo irá elaborar uma lei de bases da indústria, assim como diplomas de âmbito sectorial. É tempo de programarmos um desenvolvimento industrial ordenado e dinâmico, com incentivos mas também com obrigações.

Se estas e outras acções, enunciadas no Plano e a empreender no âmbito da energia e da indústria, têm o nosso aplauso, outras, porque não enunciadas, têm a nossa interrogação. Não se fala no plano da descentralização na implantação de novas indústrias. Não pode o Governo esquecer que Portugal não é só o litoral e que Trás-os-Montes, as Beiras, o Alentejo e as ilhas também precisam de indústria que seja capaz de produzir riqueza, e fixar as pessoas, para que estas regiões deixem de ser só a maternidade dos que emigram para o litoral e para o estrangeiro. Se é com as remessas destes emigrantes que se investe, que se invista na sua terra.

Fala-se no Plano, com pouca clareza, no redimensionamento do sector público produtivo. O povo português não pode continuar a pagar factura dos desvarios cometidos nas empresas nacionalizadas. Os Portugueses vendem as matérias-primas que produzem para as empresas monopolistas do Estado por preços

de feira e compram caro o que as mesmas produzem. A gestão ruínosa das empresas públicas não é culpa dos gestores e muito menos dos trabalhadores que nelas trabalham. Ela é, de facto, consequência do projecto que as forças marxistas, nomeadamente o Partido Socialista, lhe impuseram. Como se comprehende que empresas rentáveis e competitivas sejam agora ruinosas e amorfas? Como se comprehende que deveriam ser o motor da iniciativa privada, por serem dos sectores fundamentais da economia, sejam de facto um peso morto para o País? Como se comprehende, por exemplo, que as empresas de celulose, que antes eram empresas rentáveis, tenham de 1975 a 1980 dado de prejuízos directos e indirectos ao País cerca de 40 milhões de contos, ou seja, quase tanto como o que as autarquias locais recebem durante um ano?

O projecto das forças marxistas, nomeadamente o Partido Socialista, que fez a fusão, criou as superempresas, estas sim monopólios, que lhe criou as superestruturas, onde empregou todos os amigos e compadres, faliu. Não pode o governo da Aliança Democrática fazer a gestão de um projecto falido. O Governo tem que redimensionar e racionalizar as empresas públicas, transformando-as em empresas economicamente viáveis e competitivas.

Uma voz do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Os trabalhadores, que durante todo o processo de integração não foram ouvidos nem achados, que se viram esvaziados de funções, que viram o poder de decisão caminhar para Lisboa, que viram criar autênticos «tachos» para pessoas que não conheciam e, em muitos casos, para pessoas a quem não reconheciam competência, são injustamente acusados de responsáveis pelos prejuízos das empresas públicas. O Governo tem de criar uma dinâmica nova nas empresas públicas, os trabalhadores querem trabalhar, querem segurança, e não reestruturações permanentes, querem responsabilidades.

O Governo saberá enfrentar este desafio decisivo para a dinamização da indústria nacional e imprescindível na caminhada para a Europa.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Manuel Mendes, para uma intervenção.

O Sr. José Manuel Mendes (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: As linhas gerais do plano a médio prazo, do plano anual e do Orçamento para 1981 em matéria relativa à educação, ensino e ciência confirmam, de modo evidente, a política obscurantista do governo AD. Com efeito, apostado numa proposta que privilegia a dinâmica do lucro, com o consequente agravamento das condições de vida do povo, o executivo Balsemão não se mostra vocacionado para as arrojadas medidas de transformação que o panorama do ensino e da ciência reclama.

Onde estão consagradas, Sr. Ministro da Educação, as orientações atinentes à solução de problemas tão graves como o 12.º ano, que a experiência confirma como um tumor maligno do actual sistema educativo? o acesso às universidades? A melhoria de equipamentos e da qualidade do ensino? E não se venha, com um laivo de hipocrisia, escamotear os problemas com

base no argumento de que, curando-se agora das realidades dos números, não seria de enveredar por outros feixes de elementos, destinados a uma outra sede. Por hipótese, a interpelação que terá lugar, dentro de dias, nesta Câmara sobre matéria de educação. É que se não vê como possa defender-se um orçamento sem o subsumir aos níveis projectivos, de que ele não é mais do que uma expressão.

Os objectivos declarados pelo MEC são de tal maneira verbosos, vagos, ainda que mantendo uma linguagem de intenções demiúrgica e redentorista, que se torna imperativo concluir que aquilo que se visa não é a sua realização, mas tão-só o fomentar a ilusão de uma capacidade governativa que não tem.

Entretanto, interrogamos: como aceitar a constrição real das receitas do MEC, sobretudo as referentes ao IASE, que baixam, relativamente ao ano transacto, em 366 000 contos?

Quando haveria que intensificar a área de intervenção dos IASE, assiste-se ao seu enfraquecimento. Tão notórias e gritantes são as carencias neste domínio, tão quotidianas as reclamações oriundas dos conselhos directivos, professores e alunos, que uma tal diminuição de verbas orçamentadas só pode entender-se em função de uma opção obscurantizadora, bem compaginável com a política global reaccionária da AD.

O Governo advoga, por outro lado, e bem, a regionalização do ensino, através, nomeadamente, da criação de institutos politécnicos. Como atingirá, porém, uma tal meta, se não programa, paralelamente, a criação de redes sociais de apoio aos estudantes? Almejar objectivos é fácil. Fácil também, demagogicamente, asseverar que serão cumpridos. Impossível, no entanto, realizá-los sem as infra-estruturas pertinentes. Cai a máscara do ilusionismo e ficam por terra as reais intencionalidades do Executivo e da maioria que o sustenta.

Outro exemplo: o MEC fala no alargamento da escolaridade obrigatória para nove anos. O Ministério da Habitação e Obras Públicas preconiza o fortalecimento do parque escolar com 350 unidades, o que constitui necessidade de há muito reconhecida como elementar. Tendo em conta os ritmos de edificação, mesmo não relevando outros aspectos nucleares, como a ampliação e a substituição de muitas das unidades existentes, como poderá o Governo alcançar, no médio prazo, uma tal finalidade?

No âmbito da Secretaria de Estado da Cultura, agora expurgada, ao que se crê, da ganga ultramoniana que caracterizou o anterior inquilino, Correia Guedes, havendo que registar uma ligeira subida, em termos reais, dos quantitativos orçados, não os podemos deixar de reputar, ainda assim, bastante escassos, quer tendo em consideração os valores comparados de outros países europeus, quer face às exigências crescentes da iniciativa e do suporte das acções culturais no nosso país.

As dotações estabelecidas são, de resto, em parte substancial, em mais de 50 %, hauridas pelos serviços administrativos, o que minoriza a percentagem de 0,34 %, relativamente ao Orçamento Geral do Estado, já insuficientíssima no presente enquadramento. Como será possível, nestas circunstâncias, prosseguir uma política descentralizadora, de incremento às actividades das delegações regionais (aliás em muito

pequeno número), de correção das graves assimetrias que se registam entre as diferentes áreas, deixando ao abandono as zonas interiores, aquelas, justamente, onde mais urgente se torna a intervenção do Estado?

Como poderá a SEC, para já das proclamações, prestar um efectivo apoio à produção cinematográfica e aos grupos de teatro independentes, sobretudo na província, às associações recreativas de cunho amador e às colectividades, verdadeira seiva cultural que importa preservar e implementar?

São insignificantes as verbas, oneradas pelos custos da máquina burocrática. Como estimular a criatividade popular, das bandas de música aos certames artísticos, das artes plásticas à literatura? Como desenvolver as redes infra-estruturais indispensáveis à recolha e ao enfraquecimento desse vasto legado, dessa cultura viva em fermentação? Como, para além dos subsídios financeiros a filmes portugueses, promover texturas que interfiram nos seus sistemas de produção e distribuição, resolvendo-os pela eficácia não lucrativa, uma vez que, a manter-se o *status quo*, a nossa cinematografia continuará a encontrar graves ilaqueações?

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — Muito bem!

O Orador: — Alguns dos propósitos enunciados pelo Sr. Secretário de Estado são, certamente, correctos. Mas nenhum projecto se cumpre com uma tal magreza de meios. É o caso, entre outros, da criação de novos museus e a conservação, o reapetrechamento e a remodelação dos actualmente existentes. Não se vê, todavia, como possa tal intenção efectivar-se, nem se vislumbram medidas destinadas à formação de pessoal técnico especializado na defesa do património. Ademais, os planos culturais da AD são de molde a merecer a nossa mais frontal reserva, porque se nutrem da preocupação da obra de fachada, sectária e bloqueadora, em detrimento das acções de fundo. Apesar do seu discurso, formalmente aberto, poderá o Sr. Secretário de Estado sepultar o cadáver herdado, e, adentro das fronteiras da AD, o espectro de uma política cultural retrógrada?

Tanto como saber que novos filmes iremos ver realizados por cineastas portugueses, que novas planificações do teatro amador vão receber o beneplácito da SEC, ou, por exemplo, que apoio se pretende dar à divulgação, no País e no estrangeiro, da literatura e das artes, urge conhecer até que ponto as parcelas territoriais que não cabem na esfera da capital passarão a dispor de subsídios técnicos e financeiros que lhes facultem a prossecução de uma obra insustituível. Será que, a coberto das boas palavras, continuaremos, culturalmente, macrocéfalos?

Por estas e outras razões opomos fundadas reservas ao Plano e Orçamento previstos, já que não respondem, nem ao nível da concretização das grandes linhas adiantadas, nem ao das quantias que se lhes associam, às necessidades efectivas das populações e dos intelectuais produtores de cultura.

Aplausos do PCP, do MDP/CDE e de alguns deputados do PS.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Lopes.

O Sr. Mário Lopes (PSD): — Sr. Presidente Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Apresentou-se o governo da Aliança Democrática perante o Parlamento para discussão das grandes opções do Plano para 1981-1984, do Plano para 1981 e do Orçamento Geral do Estado.

É evidente que a oposição procura fazer crer ao povo português que a discussão do plano a médio prazo deveria estar dissociada das restantes peças apresentadas. Esta tem sido a tónica de parte das suas intervenções.

No sector da agricultura as opções terão que ser tomadas a médio prazo, pois que a crise do mundo rural não se compadece com opções pontuais como as que, há alguns anos a esta parte, têm vindo a ser tomadas.

Os agricultores portugueses necessitam de orientações precisas para se orientarem nos caminhos que hão-de percorrer no futuro. Necessitamos de empresários agrícolas virados à Europa, sejam eles pequenos ou médios, e que se defina de uma vez por todas uma política agrícola global, para que dê confiança àqueles que trabalham a terra, para enveredarem pelo investimento, na adaptação das suas estruturas, de forma a torná-las viáveis no aspecto sócio-económico, e adquirirem o espírito de confiança que até aqui lhes tem faltado.

Assim, deixaremos de ouvir que os agricultores não têm dado resposta às necessidades da sociedade em que vivem e que possuem uma agricultura de subsistência, apoiada num Estado paternalista.

As opções a médio e a longo prazo apresentadas à Assembleia são uma linha de orientação para que isso não suceda. Só uma visão obtusa desta perspectiva poderá discordar da tese que se propõe, a não ser que os objectivos a atingir sejam os de continuar a explorar demagogicamente a situação de crise da agricultura portuguesa.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Muito se tem especulado na concessão de crédito à agricultura, não escamoteamos que não funciona em termos de plena eficiência, mas, compilando a p. 91, vimos a panorâmica da concessão e utilização desse crédito agrícola. Não se faz referência ao crédito agrícola de emergência nos anos anteriores a 1978, que, como é sabido, foi canalizado para as UCPs em cerca de 64,5 %, sendo os restantes 35 % utilizados pelo resto do País, que representa 80 % da superfície agrícola cultivada.

Mas, valorando desde 1978, verifica-se que: em 1978 a agricultura portuguesa utilizou de créditos 17,1 milhões de contos; em 1979, 21,9 milhões de contos e em 1980, 30,2 milhões de contos.

Isto demonstra a eficácia relativa do VI Governo Constitucional, que o VII Governo vai continuar a manter.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — A frieza dos números demonstra que muitas das atoardas que têm sido lançadas são apenas especulativas. É evidente que teremos que fazer um melhoramento dos serviços para benefício dos agricultores, mas também não poderemos deixar de focar que a concessão do crédito tem que ser orientada no âmbito do ordenamento cultural e, conse-

quentemente, do investimento produtivo. Assim, a p. 167, numa alínea referente a cooperativas poder-se-á concluir, contrariamente às posições assumidas pela oposição, que o Governo está aberto ao fomento do crédito cooperativo como ao desenvolvimento das caixas de crédito agrícola mútuo, tão de cariz social-democrata.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Omite a oposição a distribuição sectorial do crédito prioritário para a dinamização dos investimentos cooperativos, porque tal não lhe interessa, mas os agricultores tomarão conhecimento e irão responder à chamada. Não foi por acaso que o governo da Aliança Democrática fez aprovar, e foi ele que o fez, um Código Cooperativo.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Os factores de produção e, consequentemente, o seu aumento por situações impossíveis de controlar têm sido o cavalo de batalha da oposição neste Parlamento, mas os agricultores procuram optar por preços de custo de produção competitivos e, por isso, terão de evoluir no espaço da adaptação técnico-cultural. Para evitar os agravamentos desses factores, de que estamos dependentes, por ora, do exterior, temos que encarar a hipótese de regressar aos tempos da velha agricultura do arado de pau.

Será certamente isto que quererá a oposição, regressar aos tempos ancestrais da agricultura? Espero que não.

A grandes opções do Plano para 1981-1984 têm objectivos concretos, que não podem ser escamoteados, nomeadamente o aumento de produção agrícola, pecuária e silvícola, com vista à redução gradual do défice externo e redução do subemprego. Mas como factor inovador deste plano propõe-se o Governo corrigir as assimetrias regionais, e só quem não vive no interior as poderá ignorar. Parece-me que isto não é vago, não é impreciso.

Esboça-se um ordenamento cultural, para que a nossa adesão à CEE se processe gradual e constante, sem provocar desequilíbrios conjunturais da nossa agricultura. Para tal é necessária a simbiose da disponibilidade organizada dos agricultores com os serviços e os meios que a Administração irá pôr ao seu dispor, para que possa aumentar a procura interna de bens alimentares. A agricultura portuguesa, como empresa, terá de viver por si própria, abandonando as culturas tradicionais de baixos rendimentos unitários e procurando a substituição por outras de alto rendimento, adaptadas ao binómio edafo-climático. Assim se aponta para o plano de desenvolvimento forrajeiro, como apoio à produção de carne, em especial de ovinos e caprinos, aproveitando assim os solos de fracos recursos agrícolas.

Aproveitar e implementar os potenciais derivados da floresta, grande potencial exportador, dando-lhe uma orientação técnico-cultural adequada, de forma a protegê-los com infra-estruturas do sector industrial, a jusante, nomeadamente, das empresas nacionalizadas, da Portucel, que neste momento cancelou a recepção de madeiras cortadas por noventa dias. Isto é contra os produtores agrícolas.

O sector agrícola tem aparecido como frenador do desenvolvimento global que se pretende atingir. Sen-

timos a necessidade de dinamizar e acelerar a vida agrícola.

Nas grandes opções do Plano apresentadas pelo Governo aponta-se para a utilização das formações de montanha, para a criação de complexos empresariais destinados à criação de riqueza pela floresta, de recriação pelo turismo e de conservação do património, no quadro dos princípios de formação de grupos de protecção da Natureza.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: no aspecto regional existem desigualdades económicas e sociais que colocam as regiões do interior num plano inferior ao do resto do País. As causas são o baixo nível de investimento e o desaproveitamento dos magros recursos agrícolas. Assim, tem o País assistido à deserção das populações para zonas onde o bem-estar económico-social lhes é proporcionado. O plano a médio prazo equaciona a pp. 242 e seguintes, as medidas para a estagnação de tal deserção.

Tenho pena de que o Sr. Deputado João Cravinho não esteja na Sala, porque queria dizer-lhe que não sou deputado nem por Lisboa, nem por Coimbra, nem pelo Porto, sou deputado por uma região do interior, e serei capaz de levar aos eleitores precisamente as sociedades de desenvolvimento para que as grandes opções do Plano apontam.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Fala-se muito na integração na CEE, fala-se muito nos monopólios e na agricultura de subsistência, mas o que é certo é que os partidos da oposição, nomeadamente o Partido Comunista, procuram manter o estado de subsistência, procuram manter na agricultura 30 % da sua população activa, quando nós temos que nos preparar para os níveis do Mercado Comum. Não quero chegar aos 10 %, mas pelo menos entendo que nos devemos aproximar.

O Partido Social-Democrata, virado à Europa, a uma economia de mercado, acredita que o Plano é realizável, que o mundo rural poderá responder positivamente ao desafio, porque quer viver em paz, liberdade e fraternidade e com Portugal.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Ministro das Finanças e do Plano.

O Sr. Ministro das Finanças e do Plano (Morais Leitão): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Está a chegar-se ao fim do dia de debate que a Assembleia dedicou às grandes opções do médio prazo. Verifico com gosto que o Sr. Deputado João Cravinho pôde neste momento regressar à Sala, porque tenho estado todo dia a tentar escolher o momento em que a maior parte dos interpellantes estejam presentes a fim de poder fazer uma intervenção que ansiava há muito e de que já desesperava. Mas finalmente, e felizmente, de todos os interventores do Partido Socialista o Sr. Deputado João Cravinho deu-nos a honra de voltar a esta Sala.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. João Cravinho (PS): — Tenho cá estado todo o dia, Sr. Ministro!

O Orador: — Não vou intervir em resposta às diversas questões que foram hoje formuladas nesta Sala, mas não poderei deixar de fazer uma síntese de dois pontos que sem a minha resposta, dentro do princípio de quem cala consente, poderiam significar aceitação humilde das teses da oposição. Há realmente, Srs. Deputados da oposição, uma concepção divergente de planeamento entre a oposição, por um lado, e o Governo e os partidos que servem de sua base de apoio, por outro.

Para a oposição — e só assim eu compreenderia que o Sr. Deputado João Cravinho tenha defendido no semanário *Expresso* que só daqui a dois anos deveríamos ter o Plano —, o Plano é um documento fixo, definidor das regras totais da economia e, portanto, nem sequer revisível. Eu não compreenderia as críticas, hoje aqui formuladas, de que o Governo até prevê que em 1982 reverá o Plano a médio prazo se não vislumbrasse nessas críticas a visão colectivista, totalitária que a oposição tem do Plano.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Para a maioria e para o Governo, planear não é fixar uma sociedade no imobilismo dos quatro anos.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — Para o Governo, planear é definir as regras do jogo, é fixar objectivos económicos, é tentar conhecer constantemente a conjuntura para melhor adequar a evolução da sociedade aos objectivos gerais dessa mesma sociedade.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Planear é um processo permanente, planear não é um processo fixo que *ab initio* se mantém inalterado.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — É possível — e eu disse-o — que este documento tenha os seus defeitos, porque humano, mas acrescento: também tem os seus defeitos porque a oposição, enquanto foi Governo, destruiu os nossos hábitos e a nossa estrutura de planeamento.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — No tempo do fascismo eram óptimos!

O Orador: — Não fui eu que o invoquei, minha senhora!

A Sr.ª Zita Seabra (PCP): — O Sr. Ministro disse que os destruíram.

O Orador: — Não fui eu que o invoquei.

A oposição acusou o Governo de apresentar ao País um modelo de esperança, quando afinal se trata de um modelo liberal. É um modelo liberal que

apresenta como grande opção fundamental a melhoria do nível de vida dos Portugueses, mas é um modelo a que a oposição não apresenta alternativa, escondida como está do seu modelo, esse sim, burocrata ...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — ..., porque a opção que se põe não é entre um modelo liberal e um modelo progressivo. A opção que está posta é entre o modelo do passado, do retrocesso e o modelo do progresso, que é o nosso.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — Lamento que, à custa de tanto alcunhar, a oposição tenha aqui afirmado — nomeadamente na intervenção, que eu não queria adjetivar, porque a pessoa não está presente, da Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio —, o mínimo que se pode dizer, verdadeiras falsidades. Afirmar, como a Sr.ª Deputada Teresa Ambrósio fez, que este Plano das grandes opções representa um modelo meramente economicista sem nenhuns objectivos sociais — foi a expressão que usou —, é levar-me à afronta de dizer que não leu o documento anexo à proposta de lei em discussão. A Câmara sabe bem, mas não é de mais repeti-lo, que este Governo enche o seu documento de grandes opções com objectivos sociais de melhoria, de distribuição da desigualdade dos rendimentos, de correcção das assimetrias regionais, de melhoria da situação dos mais desfavorecidos e não só proclama esses objectivos como já os praticou o ano passado e ainda os pratica.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Eu não tomo nem reivindico, como desde Janeiro de 1980 vimos defendendo nesta bancada, o monopólio da justiça social. A oposição, sim, reivindicou-o durante quatro anos e levou este país onde? Não a atingiu o quadrado mágico que hoje aqui mereceu comentários tão gozosos de alguns dos Srs. Deputados, nomeadamente do Sr. Deputado Veiga de Oliveira. A oposição, que levou, nestes quatro anos, a expressão «justiça social» para as primeiras páginas dos jornais, conduziu as classes que carecem de justiça social para as zonas mais longínquas e mais desgraçadas da miséria.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Ora não é possível — e o Governo tem, nesse aspecto, a calma segurança de o ter feito — continuarmos a apregoar justiça social sem que efectivamente combatamos as desigualdades e corrijamos a situação real de tantos reformados titulares de pensões certas, titulares de rendimentos fixos, situação de que a inflação, tão do gosto da oposição, é causa.

De modo que em matéria de objectivos sociais o povo português sabe bem distinguir entre quem fala e quem fez e vai continuar a fazer.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Muito bem!

O Orador: — De modo que em matéria de objectivo sociais o julgamento que eu quero sobre a validade deste documento não é o da oposição, é sim, daqui a três ou quatro anos o do povo português verificando se, sim ou não, foram alcançados os objectivos concretos que estão no documento.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — E não alteremos a dialéctica do debate, para quem não soube equilibrar uma Previdência, para quem não soube senão aumentar os impostos, para quem não soube senão aumentar as desigualdades, introduzindo-lhe agora o papão do objectivo «repartição funcional do rendimento». Os próprios deputados da oposição que intervieram criticaram o quadrado mágico dizendo que é impossível atingir em simultaneidade o pleno emprego, a estabilidade dos preços, o equilíbrio das contas com o exterior, a expansão da economia, mas não foi esse pleno emprego que o Governo se propôs atingir, foi o combate ao desemprego, foi a redução do desemprego, foi a redução da inflação, foi a expansão da economia, foi uma melhor evolução das contas com o exterior. Foi, portanto, uma meta mais modesta e mais realista que o Governo se propôs atingir ao procurar garantir um crescimento moderado para a economia. É evidente que o Governo tem a preocupação de conseguir uma melhoria de participação dos salários na totalidade do rendimento nacional, mas não transforma essa melhoria em objectivo n.º 1 da sua política económica.

O Sr. António Mota (PCP): — As indemnizações, essas sim!

O Orador: — Os Srs. Deputados sabem, e bem, que o objectivo n.º 1 deste país é combater, esta sim, a chaga social que é o desemprego.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. António Mota (PCP): — Nota-se!

O Orador: — E não há combate efectivo ao desemprego sem aumento do investimento. Assim, transformar o objectivo prioritário, repito-o — sejamos sérios nas palavras —, não já a estabilidade dos preços, não já o combate ao desemprego, mas a repartição funcional do rendimento, isso sim, Srs. Deputados da oposição, é pura demagogia.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — De modo que quando acusam as grandes opções do Plano de ser um documento incoerente, eu diria que o provérbio dos telhados de vidro terá aqui plena aplicação.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Orador: — Outra razão de queixa, para além de algumas de pormenor, é a trazida aqui pelo Sr. Deputado: «Srs. Ministros, onde é que estão os PAP's?»

Os PAP's, Sr. Deputado, estão nas grandes opções sectoriais, nos programas de acção de todos os minis-

térios, até alguns casos elogiados pela oposição. O Governo já trouxe a esta Assembleia a discussão dos programas da habitação, da indústria, da agricultura, dos assuntos sociais, da política financeira e amanhã virá aqui o programa do trabalho. Apresentaram-se, portanto, as grandes opções em todos os sectores. Não se transformou nem eu quis transformar este debate na política do *one man show*. Houve, assim, participação integral do Governo, há coerência nas opções e a oposição diz: este Plano é uma vergonha!

Vozes do PCP: — E é!

O Orador: — Vergonha é utilizar tal linguagem para qualificar o Plano.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

Coitadinho do sector público!

Risos.

Esta é outra das grandes posições desta Câmara: coitadinho do sector público!

Risos.

Esse sector público que a oposição criou e que a oposição deixou na mais completa e perfeita anarquia, em termos de se dizer que, quando a dotação do OGE não cresce em termos reais, já está o Governo a acabar com o sector público. Como se a dotação do OGE devesse ser, numa economia moderna e progressiva, a única fonte de financiamento do sector público!

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Orador: — O sector público, Sr. Deputado João Cravinho e Sr. Deputado Veiga de Oliveira, já teve nestes três meses uma tentativa de tratamento sistematizado e controlado como não teve durante os anos em que VV. Ex.^{as} foram Governo.

Vozes do PSD, do CDS e do PPM: — Muito bem!

O Sr. João Cravinho (PS): — Mas quando é que eu fui Governo com alguns de VV. Ex.^{as}?! O CDS também foi Governo!

O Orador: — Ah, é uma questão de V. Ex.^a!

Risos.

O sector público apresentou — e essa é uma vantagem de começar desde já o planeamento e não aguardar dois anos, que seria, quanto ao Sr. Deputado, o prazo mínimo para um plano a médio prazo — uma lista de investimentos que montavam a cerca de 800 milhões de contos. O sector público tem, numa economia como a nossa, o efeito automático de arrastamento que, se não for controlado, é a totalidade do investimento que é gerada no sector público. E quando o Sr. Deputado João Cravinho ironiza com o objectivo «limitar o sector público», o Sr. Deputado começa por não ler a totalidade do

objectivo. O que lá se diz é: «limitar a totalidade do sector público mantendo a mesma percentagem em relação ao PIB», o que não é, evidentemente, diminuir, mas sim crescer, sem ser em termos reais.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — O sector público apresentou uma lista, dizia eu, de 800 milhões de contos de investimento e estava tão bem orquestrado, estava tão bem feito o planeamento que vinha do passado que esse mesmo sector público — já ontem o disse, mas repito-o gostosamente — apresentava, como faseamento desses mesmos investimentos, que 44 % do total do investimento, na previsão do sector empresarial do Estado, teria de ser feito este ano. Para quatro anos, 44 % iriam ser executados este ano.

É evidente que o Governo se preocupa em que o sector público faça investimentos. Mas compete ao sector público fazer com que sejam viáveis e rentáveis. É precisamente por isso, e sem alongar mais as minhas considerações, que nos próximos quatro anos o sector público vai dispor de um montante de 480 milhões de contos para desenvolver e financiar os investimentos a seu cargo. O que importa, meus senhores, não é discutirmos à partida se é pouco ou muito os 480 milhões de contos, o que importa é criar condições de acesso ao financiamento, de rentabilidade dos projectos, de viabilidade das soluções, de modo que daqui a quatro anos possamos dizer: O sector público investiu produtivamente 480 milhões de contos, e ainda bem que o fez, porque 480 milhões de contos é muito mais do que aquilo que os senhores conseguiram nos últimos quatro anos.

Vozes do CDS: — Muito bem!

O Orador: — Daí que seja possível — e tenho o maior gosto nisso, pois trata-se de decreto-lei que está sujeito a ratificação desta Assembleia — elaborar até final do próximo mês de Abril o PISEE 81 e até final de Junho o PISEE 81/84, que não será apenas, como esta Câmara verá, um *shopping-list* de investimentos e projectos ambiciosos, mas garantirá o financiamento, o faseamento e a adequação desses investimentos ao desenvolvimento do nosso país. Dizer que isto não é planear, francamente! Não será com certeza o Plano, com letra grande, o documento fixo que a oposição ambiciona, mas é sem dúvida planear o desenvolvimento social, o desenvolvimento económico do nosso país para melhorar o bem-estar, para melhorar a qualidade e o nível de vida de todos nós, de todo o povo português.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Vidigal Amaro.

O Sr. Vidigal Amaro: — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Todos reconhecemos que as verbas para a saúde, entenda-se Secretaria de Estado da Saúde ou Serviço Nacional de Saúde (!) conforme cínica e pomposamente são denominados no OGE, são manifestamente insuficientes.

Como será gasta a verba orçamentada, explicou-nos o Sr. Secretário de Estado na reunião que teve com a

Comissão de Saúde e Segurança Social, de uma maneira fácil e linear: «Como este ano a verba total orçada diz ser superior em 21 % ao orçamento do ano anterior, e como se trata de um orçamento de exploração, é só uma questão de calcular esta percentagem nas diferentes rubricas do Orçamento do ano anterior.» Citei de cor.

Assim sendo, ficámos imediatamente esclarecidos sobre a política de saúde do actual Governo. Será igual à do anterior, isto é, não irá cumprir a Lei de Bases do Serviço Nacional de Saúde.

Será que para a equipa do MAS isto da aprovação do OGE e Plano é um pró-forma que a democracia obriga e que depois as verbas do MAS serão geridas ao sabor das ondas (qual mercearia de província) ou, melhor, ao sabor de pressões.

Num país que se reconhece ter dos índices sanitários piores da Europa, a política de saúde deste Governo e esta exiguidade de verbas, irá agravar a situação criada nos hospitais e maternidades centrais e nos serviços de urgência.

Quais as verbas disponíveis para a educação e promoção da saúde? Quais os planos a efectuar? Quais as metas a atingir? Quando deixarão de morrer neste país crianças com sarampo e difteria por falta de vacinação?

Com a contenção e mesmo diminuição dos salários reais dos trabalhadores, com o agravamento do seu nível de vida, como poderão melhorar os índices sanitários?

Com o não cumprimento da Lei das Finanças Locais, como poderão as autarquias resolver o problema gravíssimo com que se debatem para dotar as populações com redes de água e esgotos?

Sem uma política habitacional válida, como melhorar as condições sanitárias da habitação?

Com um «Cabaz de 4», como se pode vir falar em melhorar a qualidade de alimentação da população?

No campo da saúde tomou este Governo, até esta data, uma grande e «educadora» medida. O aumento especulativo e brutal das taxas moderadoras dos Serviços Médico-Sociais para «racionização da procura».

Estranho método pedagógico!

No que diz respeito aos meios complementares de diagnóstico, que são sempre de prescrição médica, como vai o utente «racionizar»?

Porque não o médico que os prescreve pagar também uma «taxazinha moderadora»?

E este dinheiro que os trabalhadores e o povo português vão pagar, onde vai ser aplicado?

Na melhoria dos serviços de atendimento existentes? Na criação de novos serviços? Na introdução de nova tecnologia?

Não. Essas verbas irão seguramente pagar a «medicina convencionada» — encher os bolsos dos que ganham com a doença.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Com este Plano (chamar-lhe-ia uma lista má de «boas intenções») e este OGE poderemos estar certos que não será nos próximos anos que a educação para a saúde, a promoção da saúde e a prevenção da doença sofrerão o planeamento, a execução e a avaliação desejáveis, que a rede de cuidados primários não será posta em prática, que a descentralização tão falada não se fará, que os serviços de saúde conti-

nuarão a servir utentes esporádicos e não a população em geral; que os índices sanitários continuarão muito inferiores aos europeus.

Esta Secretaria de Estado é da doença e não da saúde.

A Sr.ª Ercilia Talhadas (PCP): — Muito bem!

O Orador: — O Governo está enfermo. O povo português saberá prescrever-lhe a terapêutica. O prognóstico é reservado.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. Presidente: — Não há neste momento mais inscrições. O único partido que ainda teria tempo disponível é o PSD, que acaba de informar não desejá-lo utilizá-lo.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Sr. Presidente, nós não vamos de facto utilizar o tempo de que dispomos. Pretendíamos, todavia — e isso foi combinado com o Governo —, que o tempo que o Governo excedeu fosse retirado do nosso tempo.

O Sr. Presidente: — Há alguma objecção?

Pausa.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Eu ouvi dizer que foi estabelecido isso, que poderia transitar o tempo de um lado para outro, mas ainda há bem pouco se estabeleceu, segundo creio, que ninguém poderia dar nem receber tempos. Mas, se foi como diz o Sr. Deputado Amândio de Azevedo, naturalmente que não temos objecção.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — Eu penso que não se pode fazer livremente cedência de tempos, mas, desde que não haja objecções, acho que é possível. Isso pressupõe que as cedências serão razoáveis, em termos, digamos, de alguns minutos.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — Quanto tempo é?

O Sr. Amândio de Azevedo (PSD): — São nove minutos e meio. Como ainda temos quarenta minutos, penso que não haverá problemas.

O Sr. Veiga de Oliveira (PCP): — É razoável.

O Sr. Presidente: — O PSD, como disse, não utilizou todo o seu tempo, mas este, é evidente, não transita para amanhã. Em todo o caso, considera-se

que o Governo pode dispor amanhã de todo o seu tempo devido à cedência de tempo que hoje lhe foi feita pelo PSD.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Dá-me licença, Sr. Presidente?

O Sr. Presidente: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. Azevedo Soares (CDS): — Sr. Presidente, quero interpelar a Mesa na sequência da intervenção do Sr. Deputado Veiga de Oliveira, que julgo, terá querido referir-se a uma intervenção minha na última sessão.

A cedência de tempos, como critério geral, não existe. Simplesmente ficou acordada, em conferência dos líderes, a transferência de tempos, nestes debates, entre os grupos parlamentares e os grupos parlamentares e o Governo.

O Sr. Presidente: — Como quer que seja, o problema está resolvido pelo consenso estabelecido.

Srs. Deputados, o debate continuará amanhã, às 9 horas e 30 minutos.

Está encerrada a sessão.

Eram 21 horas e 5 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa F. de Moura Guedes.
Alberto Augusto Faria dos Santos.
Amândio Anes de Azevedo.
Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.
Amélia Cavaleiro M. de Andrade Azevedo.
António Augusto Lacerda de Queiroz.
António Duarte e Duarte Chagas.
António Roleira Marinho.
António Sérgio Barbosa de Azevedo.
António Vilar Ribeiro.
Armando Lopes Correia Costa.
Arménio dos Santos.
Carlos Manuel Pereira Pinho.
Cecília Pita Catarino.
Cipriano Rodrigues Martins.
Cristóvão Guerreiro Norte.
Dinah Serrão Alhandra.
Daniel Abílio Ferreira Bastos.
Eleutério Manuel Alves.
Fernando José da Costa.
Fernando José F. Fleming d'Oliveira.
Fernando Manuel A. Cardoso Ferreira.
João Afonso Gonçalves.
João Aurélio Dias Mendes.
João Evangelista Rocha de Almeida.
José Adriano Gago Vitorino.
José Augusto de Oliveira Baptista.
José Augusto Santos da Silva Marques.
José Mário de Lemos Damião.
José Theodoro de Jesus da Silva.
Júlio de Lemos Castro Caldas.
Manuel António Araújo dos Santos.
Manuel António Lopes Ribeiro.
Manuel Ferreira Martins.

Manuel Maria Moreira.
 Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva.
 Maria Helena do Rego C. Salema Roseta.
 Mário Ferreira Bastos Raposo.
 Mário Marques Ferreira Maduro.
 Natália de Oliveira Correia.
 Nicolau Gregório de Freitas.
 Pedro Miguel Santana Lopes.
 Rui Alberto Barradas do Amaral.

Partido Socialista (PS)

Alberto Arons Braga de Carvalho.
 Alberto Marques Antunes.
 Alfredo José Somera Simões Barroso.
 António Duarte Arnaut.
 António Francisco Barroso Sousa Gomes.
 António José Sanches Esteves.
 António Manuel de Oliveira Guterres.
 Aquilino Ribeiro Machado.
 Beatriz Cal Brandão.
 Carlos Cardoso Lage.
 Eduardo Ribeiro Pereira.
 Guilherme Gomes dos Santos.
 Jaime José Matos da Gama.
 João Alfredo Félix Vieira Lima.
 João Francisco Ludovico da Costa.
 José Manuel Niza Antunes Mendes.
 Júlio Francisco Miranda Calha.
 Luís Manuel César Nunes de Almeida.
 Luís Manuel dos Santos Silva Patrão.
 Manuel Alegre de Melo Duarte.
 Manuel Alfredo Tito de Moraes.
 Manuel dos Santos.
 Manuel Trindade Reis.
 Maria Teresa V. Bastos Ramos Ambrósio.
 Mário Manuel Cal Brandão.
 Rui Fernando Pereira Mateus.
 Virgílio Fernando Marques Rodrigues.
 Victor Manuel Brás.
 Victor Manuel Ribeiro Constâncio.

Centro Democrático Social (CDS)

Adriano José Alves Moreira.
 Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues.
 Alberto Henriques Coimbra.
 Álvaro Manuel M. Brandão Estêvão.
 António Jacinto Martins Canaverde.
 Emídio Ferrão da Costa Pinheiro.
 Emílio Leitão Paulo.
 Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia.
 Francisco G. Cavaleiro de Ferreira.
 Henrique José C. M. Pereira de Moraes.
 Henrique Manuel Soares Cruz.
 João Lopes Porto.
 José Augusto Gama.
 José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro.
 José Vicente de J. Carvalho Cardoso.
 José Manuel Rodrigues Casqueiro.
 Luís Carlos Calheiros Veloso Sampaio.
 Manuel A. de Almeida de A. Vasconcelos.
 Manuel Eugénio Pimentel Cavaleiro Brandão.
 Maria José Paulo Sampaio.
 Mário Gaioso Henriques.
 Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.
 Ruy Garcia de Oliveira.

Partido Comunista Português (PCP)

António Dias Lourenço da Silva.
 António da Silva Mota.
 Domingos Abrantes Ferreira.
 Ercília Carreira Pimenta Talhadas.
 Joaquim Gomes dos Santos.
 Jorge Manuel Abreu de Lemos.
 José Manuel Maia Nunes de Almeida.
 Lino Carvalho de Lima.
 Manuel Correia Lopes.
 Maria Ilda Costa Figueiredo.
 Maria Odete dos Santos.
 Octávio Augusto Teixeira.
 Octávio Floriano Rodrigues Pato.

Partido Popular Monárquico (PPM)

Eurico de Campos Gondim.
 Gonçalo Pereira Ribeiro Telles.
 Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

Joaquim Jorge de Magalhães S. da Mota
 Jorge Manuel M. Loureiro de Miranda.

União da Esquerda para a Democracia Socialista (UEDS)

António Ferreira Guedes.

Deputados que faltaram à sessão:**Partido Social-Democrata (PSD)**

Américo Abreu Dias.
 Bernardino da Costa Pereira.
 Fernando José Sequeira Roriz.
 Fernando dos Reis Conde.
 João Vasco da Luz Botelho Paiva.
 Joaquim Manuel Cabrita Neto.
 José de Vargas Bulcão.
 Manuel da Costa Andrade.
 Marília Dulce Coelho Pires D. Raimundo.
 Mário Júlio Montalvão Machado.

Partido Socialista (PS)

Alberto Marques de Oliveira e Silva.
 Alfredo Pinto da Silva.
 António de Almeida Santos.
 António Azévedo Gomes.
 António Cândido Miranda Macedo.
 António Carlos Ribeiro Campos.
 António Emídio Teixeira Lopes.
 António Gonçalves Janeiro.
 António José Vieira de Freitas.
 António Magalhães da Silva.
 António Manuel Maldonado Gonelha.
 Armando dos Santos Lopes.
 Avelino Ferreira Loureiro-Zenha.
 Bento Elísio de Azevedo.
 Carlos Manuel Natividade Costa Candal.
 Fernando Torres Marinho.
 Fernando Verdasca Vieira.
 Francisco de Almeida Salgado Zenha.
 Francisco Manuel Marcelo Curto.

Joaquim José Catanho Menezes.
 Joaquim Sousa Gomes Carneiro.
 Jorge Fernando Branco Sampaio.
 José Gomes Fernandes.
 José Luís Amaral Nunes.
 José Luís Ferreira Araújo.
 Luís Filipe Nascimento Madeira.
 Mário Alberto Lopes Soáres.
 Raul d'Assunção Pimenta Rego.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira.
 Américo Maria Coelho Gomes de Sá.
 Daniel Fernandes Domingues.
 Francisco António Lucas Pires.
 Francisco Manuel de Menezes Falcão.
 João da Silva Mendes Morgado.
 José Girão Pereira.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Barreirinhos Cunhal.
 Armando Teixeira da Silva.
 Fernando de Almeida Sousa Marques.
 José Manuel da Costa Carreira Marques.
 Vital Martins Moreira.

Acção Social-Democrata Independente (ASDI)

António Luciano Pacheco Sousa Franco.

**União da Esquerda para a Democracia Socialista
(UEDS)**

António César Gouveia de Oliveira.

O REDATOR PRINCIPAL, *Manuel Adolfo de Vasconcelos*. — O CHEFE DA DIVISÃO DE REDAÇÃO,
José Pinto.